

Série Conhecimento 45

γνῶσις

Teses e Dissertações

UNISC



Vilmar Antônio Boff

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO COMPARADO DE DUAS REGIÕES
TURÍSTICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL**

TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO COMPARADO DE DUAS REGIÕES
TURÍSTICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Reitor

Vilmar Thomé

Vice-Reitor

José Antônio Pastoriza Fontoura

Pró-Reitora de Graduação

Carmen Lúcia de Lima Helfer

Pró-Reitor de Pesquisa

e Pós-Graduação

Liane Mählmann Kipper

Pró-Reitora de Extensão

e Relações Comunitárias

Luiz Augusto Costa a Campis

Pró-Reitor de Administração

Jaime Laufer

Pró-Reitor de Planejamento

e Desenvolvimento Institucional

João Pedro Schmidt

EDITORIA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Liane Mählmann Kipper

Ademir Müller

Eduardo Alexis Lobo Alcayaga

Elenor José Schneider

Irineu Afonso Frey

Vanderlei Becker Ribeiro

Valter de Almeida Freitas



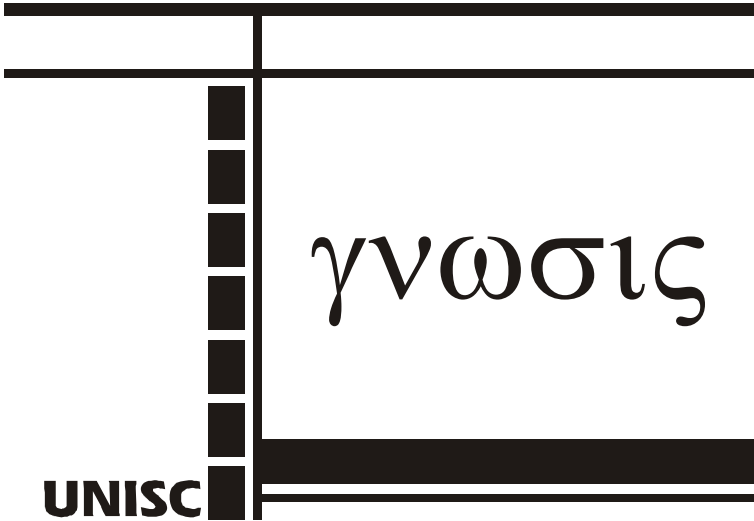
Av. Independência, 2293

96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS

Fones: (51) 3717 7462, (51) 3717 7461 - Fax: (51) 3717 7402

E-mail: editora@unisc.br

<http://www.unisc.br>



Vilmar Antônio Boff

TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO COMPARADO DE DUAS REGIÕES
TURÍSTICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2008

© Copyright:
1ª edição 2008

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: Clarice Agnes, Ubiratan de Carvalho

Capa: EDUNISC (a partir da concepção de Rafael Barletta)

B673t Boff, Vilmar Antônio
Turismo e desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: um estudo
comparado de duas regiões turísticas do Estado do Rio Grande do Sul /
Vilmar Antônio Boff. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2008.
Dados eletrônicos. - (Conhecimento ; 45)
Texto eletrônico.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://www.unisc.br/deptos/editoras/index.htm>>

1. Turismo – Rio Grande do Sul. 2. Desenvolvimento regional –
Rio Grande do Sul. 3. Capital Social. I. Título. II. Série.

CDD: 338.4791

Catálogo: Bibliotecária Muriel Thürmer CRB-10/1558

ISBN 978-85-7578-207-1

APRESENTAÇÃO

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então deixo de ajudarte e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua.

(David Hume, 1740. Citado em Robert Putnam: "Comunidade e Democracia", 2002.)

A necessidade de aumentar o capital social como estratégia de desenvolvimento regional tornou-se uma bandeira para vários autores ligados a essa perspectiva, especialmente vinculada ao processo de facilitação à incorporação das inovações tecnológicas. Nessa lógica, ocupa importância central e apresenta-se como uma variável que condiciona diretamente os processos de aprendizado individual e coletivo, e, indiretamente, a competitividade econômica dessas regiões e a inclusão social. Com a mesma intensidade, o capital social é fator determinante para o desenvolvimento socioeconômico e potencialização de dinâmicas empreendedoras nos clusters, distritos industriais, arranjos produtivos locais, sistemas locais de produção e organizações correlatas. Em todas as formas organizacionais mencionadas o aumento do capital social dá-se pela lógica da confiança, cooperação e solidariedade empreendida entre os envolvidos e disseminada em forma tecnologia social beneficiando o conjunto dos participantes.

O presente livro resulta da Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), que tive o privilégio

de contar com a banca examinadora: Professor Dr. Milton Luiz Wittmann, orientador; Professor Dr. Marcos Artêmio Fiscborn Ferreira, coordenador do Programa; Professor Dr. Mario Riedl, coordenador adjunto do Programa; Professor Dr. Walter Frantz, UNIJUI; Professor Dr. Dante Pinheiro Martinelli, USP. Trata da investigação das dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento de duas regiões turísticas do Estado do Rio Grande do Sul - Região das Hortênsias e Região das Missões.

A partir de pesquisa bibliográfica e acesso a fontes primárias a entidades regionais, desenvolveu-se um estudo comparado objetivando analisar a dotação de capital social em fatores competitivos nas atividades de turismo e seus reflexos para o desenvolvimento integrado com os demais setores econômicos e sociais das regiões. Tomou-se como pressuposto básico para a investigação o exame das características da organização social, na qual a capacidade de interação e ação articulada entre os diversos atores locais e regionais é concebida como determinante do grau de desenvolvimento regional. Na pesquisa de campo, a coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas e questionários com dirigentes de entidades selecionadas. Nessa etapa, o trabalho de investigação deu-se com a participação de representantes dos principais segmentos comunitários que, de acordo com os propósitos do trabalho, se enquadram como atores sociais da comunidade regional. Os resultados foram sistematizados em um quadro analítico por fatores de influência, cuja análise permitiu inferir que o turismo, quando operado isoladamente, limita-se ao crescimento econômico, beneficiando alguns pontos isolados da iniciativa privada, sem corresponder às características de promover o desenvolvimento integrado. Nesse sentido, a região que apresentou melhor desempenho dos indicadores de capital social também obteve os melhores índices de avaliação nos fatores de competitividade investigados. Resultante desse processo de análise tem-se a ampliação do capital social como elemento central com capacidade para impulsionar o desenvolvimento, por meio da elevação da eficiência no planejamento regional e coordenação de ações coletivas.

Com esse trabalho pretende-se apresentar subsídios para facilitar a compreensão das tendências do processo de desenvolvimento local e regional contemporâneo.

Boa leitura!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	11
1.1 Tema: dinâmicas regionais do desenvolvimento	11
1.2 Premissas, pressupostos e formulação do problema	15
1.3 Objetivos da pesquisa	24
1.4 Justificativa e relevância do trabalho	24
2 CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTUDO	27
2.1 Descrição das regiões	27
2.2 Indicadores sociais e econômicos	28
2.3 Base produtiva regional por setor econômico	29
2.4 Região das Hortênsias	32
2.4.1 Localização dos municípios que compõem a região	32
2.4.2 Dados municipais	33
2.4.3 Aspectos da infra-estrutura e organização do turismo regional	35
2.4.4 Aspectos históricos da formação sociocultural	36
2.5 Região das Missões	40
2.5.1 Localização dos municípios que compõem a região	40
2.5.2 Dados municipais	40
2.5.3 Aspectos da infra-estrutura e organização do turismo regional	46
2.5.4 Aspectos históricos da formação sociocultural	47
3 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA PESQUISA	51
3.1 Desenvolvimento regional e capital social: uma revisão conceitual	51
3.1.1 O capital social como facilitador no processo de inovação	53
3.1.2 Aumento da participação social por meio do	

associativismo	54
3.2 Estratégias de desenvolvimento: abordagens em <i>cluster</i> e derivações semelhantes	56
3.2.1 Desenvolvimento local e fatores endógenos	60
3.2.2 O desenvolvimento e as redes sociais	65
3.3 Competitividade territorial	68
3.3.1 Especialização setorial e mercado flexível	71
3.3.2 As inovações no meio empresarial	75
3.4 Turismo e integração de fatores de desenvolvimento	76
3.4.1 Vantagens competitivas no turismo	81
3.4.2 Turismo e desempenho institucional	83
3.4.3 O turismo baseado na teoria dos sistemas	86
4 APRESENTAÇÃO E RESULTADOS DA PESQUISA	
DE CAMPO	92
4.1 Aspectos operacionais e metodológicos	92
4.2 Capital social	97
4.2.1 Associativismo	98
4.2.2 Confiança e solidariedade	102
4.2.3 Participação e freqüência em reuniões comunitárias ..	105
4.2.4 Informação e comunicação	107
4.2.5 Capacitação de agentes	111
4.3 Competitividade	113
4.3.1 Qualificação profissional	113
4.3.2 Organização dos fatores de produção	115
4.3.3 Região como meio inovador	117
4.3.4 Formação de redes empresariais e interinstitucionais .	120
4.3.5 Atração de investimentos	122
4.4 Mensuração de fatores de capital social e competitividade	124
4.4.1 Dotação de capital social	124
4.4.2 Fatores de competitividade	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
NOTAS	135
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cotidiano das pessoas, das organizações e instituições tornou-se alvo de permanente adequação pela existência de um novo pensamento, embasado na percepção sistêmica que interliga ações nos campos social, político, econômico, sociológico, psicológico, condicionando novas configurações na estrutura organizacional das sociedades e no tratamento das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional como: qualidade de vida, aumento da participação social no poder, distribuição de renda, acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia.

Nesse contexto, o enquadramento do turismo, como força motora suscetível de potencializar o desenvolvimento regional, requer que a base operacional de suas atividades esteja alinhada numa dimensão multissetorial e multidisciplinar. Dessa forma, os desafios que se apresentam ao planejamento e à execução das ações regionais assumem caráter comunitário no que concerne à sua autogestão, pois as atuais características da demanda exigem um esforço institucional que supere o estigma tradicional e fragmentado. Esse pressuposto pode ser validado pela análise do que acontece nas regiões mais desenvolvidas do mundo como: Quebec no Canadá, Vale do Silício nos Estados Unidos, o Norte da Itália, Cataluña na Espanha, os Vales do centro da Alemanha e da França e outras.

A presente tese baseia-se na concepção de que o fator determinante no desenvolvimento e na própria competitividade da região está no formato institucional da organização social da própria sociedade, em que a capacidade de integração e articulação das ações entre os diversos atores sociais revertem-se em estratégias competitivas e de facilitação para o processo de incorporação das inovações. Nesse ponto, destaca-se a importância que o capital social representa como instrumento catalisador de valores e normas pertencentes a uma coletividade devidamente estruturada.

Para tanto, tomou-se como referência analisar um conjunto de fatores propulsores de desenvolvimento regional, amplamente reconhecido na comunidade acadêmica como vetores condicionantes para aumentar e aperfeiçoar o capital social e a competitividade setorial.

Nesse sentido, coletaram-se os dados por meio de informações fornecidas por um conjunto de entidades sociais e atores que se inter-relacionam com o setor turístico de duas regiões no Rio Grande do Sul – Região das Hortênsias e Região das Missões.

Com base nessas informações, realizou-se um estudo comparado entre as entidades com a mesma natureza, porém atuando em contextos regionais distintos, procurando evidenciar diferentes percepções de apoio e procedimentos operacionais em ações vinculadas às variáveis capital social e fatores competitivos no turismo. De posse dos resultados de avaliação de desempenho verificados, segundo notas atribuídas pelos participantes, buscou-se avaliar a associação desses desempenhos com os reflexos provocados nas dinâmicas de desenvolvimento de cada região.

Esta tese, além da introdução, estrutura-se em quatro partes. No primeiro capítulo, é apresentada a sua contextualização, em que são destacadas as questões e premissas que a fundamentam e a justificam, bem como a delimitação do tema, do problema e de seus objetivos. O segundo capítulo trata da caracterização das regiões selecionadas para o estudo, situando-as no contexto da localização geográfica, de indicadores socioeconômicos com especificidades aos municípios pertinentes e de aspectos socioculturais da formação histórica.

No terceiro capítulo, discutem-se os conceitos fundamentais e o embasamento teórico que sustentam a pesquisa, buscando-se caracterizar o ponto de vista dos principais autores que tratam das questões do desenvolvimento regional, por meio de associação da temática do capital social e da competitividade setorial com a Teoria dos Aglomerados. Na mesma linha, são examinadas experiências bem-sucedidas no setor de turismo, impulsionadas pela formação e desenvolvimento de cadeias produtivas e *clusters* (aglomerações) regionais.

O quarto capítulo trata da análise da pesquisa de campo. Inicialmente são detalhados os procedimentos operacionais e metodológicos utilizados, em seguida apresentam-se os gráficos com resultados de desempenho por entidades e, ao final, é feita a análise correspondente ordenada por assunto investigado. Finalmente, são apresentadas as conclusões gerais e possibilidades de encaminhamentos para estudos futuros, bem como as referências bibliográficas e apêndices.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente capítulo trata da apresentação e da contextualização da pesquisa. São abordados aspectos teóricos e citações de fontes consultadas que fundamentam a escolha e definição do tema, as premissas e os pressupostos da investigação, da formulação do problema, da definição dos objetivos e da justificativa do trabalho.

1.1 Tema: dinâmicas regionais do desenvolvimento

O tema desta pesquisa se insere no contexto de análises das dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento regional¹, com base na investigação das “características da organização social” (PUTNAM, 2002, p. 182), na qual a capacidade de interação e a ação articulada entre os diversos atores locais são determinantes do grau de competitividade da região (PORTER, 1989; CASTELLS, 1999; BANDEIRA, 2003; BECKER, 2002; COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Entende-se que um dos aspectos que poderá contribuir para o avanço dessa temática seja a investigação de desempenho quanto à dotação de capital social e fatores de competitividade nas entidades/instituições regionais². No âmbito deste trabalho, avalia-se o grau de comprometimento e apoio institucional das entidades e instituições regionais nas ações que visam aumentar o capital social e fomentar a competitividade dos espaços regionais selecionados – regiões das Hortênsias e Missões no RS.

Nesse contexto, tem-se que as mais recentes e bem sucedidas experiências de desenvolvimento regional se baseiam na concepção de que o fator determinante no desenvolvimento e na competitividade de uma região é a capacidade de atuação organizada da própria sociedade local (PIRES, 2001). Esse argumento pode ser validado pela análise do que acontece nas regiões de países desenvolvidos, sejam elas localizadas no Japão, nos Estados Unidos, sejam na França e na Itália, onde a capacidade de integração e ação articulada entre os diversos atores sociais vêm se tornando cada vez maior. Tais fatores são determinantes para explicar em grande parte o sucesso dessas nações (BERTINI, 1998; BIANCHI, 1996).

Salienta-se que os países em desenvolvimento têm estimulado os modelos de crescimento baseados na regionalização dos fatores competitivos (em contraposição à globalização do capital e das megacorporações), caracterizados por redes de pequenas e micros empresas, em resposta às grandes corporações. Esse modelo se mostra mais adequado à realidade da região em desenvolvimento, pois não é intensivo em capital e não pressupõe grandes investimentos estatais em infra-estrutura, sendo, ao mesmo tempo, socialmente mais justo (distribuição de renda e de emprego) e competitivamente mais adequado (BIANCHI, 1996).

De fato, esse modelo, que parece caracterizar uma mudança de paradigma em termos de desenvolvimento regional, tem por base pressupostos diferentes daqueles utilizados anteriormente, que poderia ser chamado de exógeno, no qual muitas das políticas e ações desenvolvimentistas brasileiras são enquadradas. Sustenta-se este modelo na oferta de condições e incentivos diretos para o desenvolvimento de uma região, como na construção de estradas, na fixação de juros baixos, na concessão de incentivos tributários, na implementação de programas de modernização tecnológica, na aquisição de equipamentos, a exemplo da modernização da agricultura proposto nas décadas de 1960 e 1970.

Tratando dos aspectos endógenos do desenvolvimento regional, Barquero (2001) remete ao assunto da seguinte forma:

é nesse entorno de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surge o conceito de desenvolvimento endógeno. Este encara o desenvolvimento econômico como sendo resultante da aplicação do conhecimento aos processos produtivos e da utilização das economias externas geradas nos sistemas produtivos e nas cidades, o que resulta em rendimentos crescentes e, portanto, em crescimento econômico. (...) São as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões (p. 10).

Obviamente, não existe um modelo de desenvolvimento puramente endógeno ou exógeno. Entretanto, percebe-se que muitas

nações têm obtido grande sucesso com modelos de desenvolvimento que priorizam a capacidade das forças locais em criar e sustentar o seu desenvolvimento.

Os padrões de desenvolvimento regionais devem ser compreendidos como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação possuem em razão de suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais). A inserção no processo de desenvolvimento fica facilitada por meio da construção regional de um modelo específico, ou seja, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos para constituir, de forma coletiva e associada, seu próprio padrão de desenvolvimento.

Becker (2003) esclarece que esse padrão de desenvolvimento próprio só é possível potencializando as especificidades sociais e culturais de cada região que, por si só, são inserções diferenciadas. Segundo apresenta o autor, “a crescente interação/integração dos agentes do desenvolvimento regional transforma-os em sujeito coletivo regional e é o que viabiliza um processo de desenvolvimento diferenciado de outras regiões” (p. 95).

Na busca desse enquadramento, o capital social desempenha importante estratégia de redução das desigualdades sociais. Segundo consta no documento sob o título Questionário Integrado para Medir Capital Social - QI-MCS³ – Banco Mundial (2003), os resultados de estudos analíticos sobre capital social podem ter várias implicações diretas sobre o desenvolvimento de políticas e projetos:

a presença e as formas de capital social em uma comunidade podem levar ao desenho de atividades que, no mínimo, não afetam negativamente as estruturas e as normas sociais existentes. Além disso, os resultados do estudo podem ajudar na seleção de projetos alternativos. As informações sobre a existência e as formas de capital social em uma comunidade podem ajudar a selecionar o desenho que maximize o papel do capital social sobre os resultados dos projetos. Nesse contexto, é importante proceder à verificação do capital social nos estágios iniciais do desenvolvimento de projetos (p. 27).

De forma geral, avalia-se que existe em curso uma forte tendência

mundial ao desenvolvimento de organizações interinstitucionais e interempresariais, utilizadas para a reestruturação do aparato produtivo do território e para a modernização das empresas, implantando a melhoria de sua competitividade (CASAROTTO e PIRES, 1998). Este é o caso das Agências de Desenvolvimento Regional, dos Centros Regionais de Serviços, dos Consórcios Empresariais e Intermunicipais, dos Sistemas Cooperativados.

Em função da criação desses arranjos organizacionais, Becker (2003) complementa que

algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios contemporâneos, construindo seus modelos de desenvolvimento, outras, não; e, outras regiões conseguem desenvolver suas potencialidades, constituindo uma dinâmica própria local; outras, ainda, só conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento; ou, ainda, terceiras regiões conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo; por fim, quartas regiões não conseguem nem uma e nem outra, e tendem a desaparecer enquanto regiões de desenvolvimento (p. 105).

De certa forma, isso marca a passagem de uma abordagem exógena de desenvolvimento regional para uma abordagem endógena, ou seja, as nações passam a acreditar menos em políticas estruturantes, do tipo de cima para baixo, e passam a apostar mais em políticas indutoras à criação de um ambiente regional propício para a organização das próprias forças competitivas locais. Essa tomada de consciência, por parte dos atores de um território, é uma das características marcantes do novo modelo competitivo, como argumenta Bandeira (2003). Quanto ao estilo, “vem-se tornando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil” (p. 114).

Esse novo modelo desloca a responsabilidade do desenvolvimento para a sociedade, mudando o foco do governo para a governança. Enquanto o processo de globalização econômica se expressa na competição internacional, o de regionalização compreende

um crescente esforço da sociedade local para configurar e sustentar seu processo de desenvolvimento.

1.2 Premissas, pressupostos e formulação do problema

Este estudo parte do pressuposto que a competitividade das regiões na nova economia global depende da capacidade política e organizacional dos seus atores sociais, bem como da necessidade de implementação de ações planejadas e articuladas para impulsionar estratégias de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o capital social desempenha papel fundamental de promover um ambiente orientado por regras institucionalizadas de maior cooperação e reciprocidade, a fim de fomentar o aumento de ações coletivas e o empreendedorismo dos seus agentes.

De acordo com Castells (1999), o novo formato de organização social – a sociedade em rede – está baseado no paradigma econômico-tecnológico da informação, que se traduz em novas práticas sociais. Segundo o autor:

o produto do processo produtivo é usado pela sociedade de duas formas: consumo e excedente. As estruturas sociais interagem com os processos produtivos determinando as regras para a apropriação, distribuição e uso do excedente. Essas regras constituem modos de produção, e esses modos definem as relações sociais de produção, determinando a existência de classes sociais, constituídas como tais mediante sua prática histórica (p. 34).

Araújo (2003) argumenta que no ambiente concorrencial se confrontam sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, entre os quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrada a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infra-estrutura tecnológica, as relações gerenciais/trabalhistas e o aparato institucional público e privado.

A competitividade setorial “depende da capacidade política das instituições e organizações regionais para impulsionar a estratégia de desenvolvimento” (CASTELLS, 1999, p. 122). No âmbito desta pesquisa, o estudo da competitividade é tratado como um atributo das organizações sociais coletivas, tais como: universidades comunitárias,

conselhos regionais de desenvolvimento, consórcios intermunicipais, cooperativas e sindicatos de categorias, redes empresariais e interinstitucionais, associações de municípios e outros modelos organizacionais da sociedade regional.

A abordagem pretendida parte da conceituação de Becker (2003, p. 90) para quem a competitividade “passa pelo necessário esforço doméstico da organização sociocultural para incrementar, de forma crescente, a produtividade”. O mesmo autor ainda destaca que as várias dimensões atribuídas ao desenvolvimento se ampliam por meio da globalização de mercados que converte a “vida natural em disputa entre diferentes e entre iguais pelo mesmo espaço, pela mesma atividade, pelo mesmo produto” (p. 88). Na mesma linha de análise, Rota (1999) remete ao assunto indicando que “simultaneamente a esse processo globalizante, o desenvolvimento regional passa a ser operado num contexto de ambivalência entre o local/regional e o nacional/global” (p. 16).

Nessa perspectiva, a construção de uma base sólida capaz de impulsionar o desenvolvimento regional ocorre pela dinâmica organizacional de seus atores intervenientes. Segundo apresenta o documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sob o título “Uma Contribuição para o Desenvolvimento, a eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento dependem de um esforço de construção institucional”. No documento mencionado, tem-se que

regiões adjacentes, com perfis setoriais similares, possuindo aproximadamente as mesmas vantagens e deficiências, diferem notadamente quanto ao desempenho econômico, tanto ao longo do tempo quanto em termos comparativos. Essa diferença pode ser atribuída à prevalência de falhas transacionais no sistema econômico local, ou seja, incapacidade para aproveitar integralmente os benefícios potenciais da cooperação, da colaboração e da coordenação no nível local, causada pela falta de confiança, por sentimentos mal orientados de competição e por ausência de liderança (OCDE, 1996, p. 16).

Esse cenário de mudanças indica que as últimas décadas vêm se modelando por um novo paradigma de desenvolvimento,

denominado por Castells (1999) de “economia informacional”, na qual a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes dependem de sua capacidade de gerar, processar e aplicar, de forma eficiente, a informação baseada em conhecimentos.

Para o autor:

no novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimentos e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação: é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação (Castells, 1999, p. 35).

Essas transformações sociais têm dominado a sociedade contemporânea e modificado a vida das pessoas. Entretanto, é nas organizações que as alterações nos processos e na gestão, a partir da tecnologia da informação, são mais intensas. A tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os (BECKER, 2003).

Pires (2001) entende que a competitividade de uma região constitui um fenômeno sistêmico, resultante da operação de uma ampla gama de fatores, que transcendem ao nível do estritamente econômico. “As possibilidades de o capital social e a cultura contribuir para o desenvolvimento econômico e social deram-se em função da crise do pensamento econômico convencional” (p. 106). Pondera que a literatura

recente tem ressaltado essa complexidade, vinculando os determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais com a intensidade do capital social.

A partir dessa influência, as mudanças preconizadas transformam-se em desafios ainda maiores diante do processo de globalização e da discussão nacional e internacional em torno da sustentabilidade. Esse panorama pode demonstrar que não se trata apenas de discutir a viabilidade deste ou daquele modelo de desenvolvimento, mas de ter clareza sobre o que se entende por desenvolvimento e, até, se pode existir um modelo de referência ou se cada sociedade regional tem possibilidade de construir o seu, a partir das condições concretas de formação e construção de um processo socioeconômico e político-cultural. A superação da concepção marcadamente economicista não só do desenvolvimento, mas da própria idéia de sociedade, pode abrir espaço para repensar o social, o político, o cultural e o ambiental como múltiplas dimensões de uma mesma realidade (ROTA, 1999).

A necessidade de aumentar o capital social como estratégia de desenvolvimento tornou-se uma bandeira para vários autores ligados a essa perspectiva, inclusive destacado esse argumento como processo de facilitação de aprendizado e de inovação. Nessa lógica, o capital social ocupa importância central na análise apresentada em um trabalho publicado em 2001 pela OCDE, intitulado *Cities and Regions in the New Learning Economy*⁴, que apresenta os resultados de estudos de caso de regiões européias. No referido trabalho, foi adotado um quadro conceitual onde o estoque de capital social das regiões aparece como uma variável que condiciona diretamente os processos de aprendizado individual e coletivo, e, indiretamente, a competitividade econômica dessas regiões e a inclusão social. A análise desses casos estudados confirmou a hipótese preliminar em que se baseou o estudo, segundo a qual o capital social pode influenciar positivamente tanto o aprendizado individual como o coletivo (OCDE, 2001, p. 100).

Com a mesma intensidade, o tema capital social também recebe destaque na literatura relacionada com conceitos como os de *clusters* industriais, distritos industriais, arranjos produtivos e sistemas locais de produção. Tal fato é evidenciado pela freqüência com que noções como confiança, cooperação e colaboração aparecem na literatura

relacionada com esses conceitos. As menções a essas disposições comportamentais, que são consideradas conseqüências do capital social, aparecem freqüentemente no material relacionado com os “distritos industriais de tipo italiano” (PERIN, 2004).

Ao tratar da contextualização de práticas regionais, Wittmann (2004) escreve que

as regiões se consolidam em ambientes sociais, econômicos e políticos reconhecidos, cujo crescimento se processa por incrementos associados a um modelo temporal e contextualizado. Por conseguinte, surgem padrões que se operacionalizam em relações e práticas regionais consolidadas e institucionalizadas, cujas estratégias e investimentos são balizados por concepções paradigmáticas associadas a contextos históricos (p. 11-12).

Com essa visão, a análise dos fatores relacionados ao tema capital social, proposto nesta pesquisa, está diretamente associada aos elementos que valorizam os condicionantes endógenos do desenvolvimento. Considera-se que a formação de coalizões depende da ocorrência de um grau expressivo de cooperação entre os diversos atores, envolvendo não apenas trabalhadores e empresários, mas também vários tipos de organizações locais, cuja atuação é relevante para o processo de inovação.

Por conseguinte, os locais que conseguem se organizar por meio de sistemas de ações integradas entre empresas e instituições em determinado setor e área geográfica apresentam-se como bases estruturais prósperas ao desenvolvimento e com maior flexibilidade de inserção e adaptação à nova lógica imposta pela globalização.

Na busca desse enquadramento, pode-se inferir que a sinergia produzida no interior de um *cluster* vincula-se como fator-chave. Na literatura pertinente ao tema, o termo *cluster* pode ser encontrado sob diversas denominações, como aglomerados, agrupamentos, arranjos, sistemas locais de produção e similares. Há uma grande variedade de conceitos, sendo que a maioria deles (PORTER, 1999; CASAROTTO, 1998) deriva do fato de empresas e instituições possuírem ações integradas e atuarem em determinado espaço geográfico.

Martinelli & Joyal (2004), ao tratarem dos aspectos endógenos relacionados com o desenvolvimento regional, fazem referência a dois aspectos fundamentais: a) de ampliação contínua de agregação de valor na produção; e b) da capacidade de absorção da região, dizendo que

esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. O novo paradigma de desenvolvimento regional passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado. O modelo pode ser definido como um desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originadas do próprio local, em vez de um modelo de desenvolvimento imposto de cima para baixo pelo poder central (p. 11).

A importância dessa associação é apresentada por Boisier (2000), que coloca:

casi tan popular como la idea de desarrollo "local" es ahora la idea de desarrollo "endógeno". Y también es una idea casi tan confusa como el concepto anterior. El concepto de desarrollo endógeno nace como reacción al pensamiento y a la práctica dominante en materia de desarrollo territorial en las décadas de los 50 y 60, pensamiento y práctica enmarcados en el paradigma industrial fordista y en la difusión "del centro-abajo" de las innovaciones y de los impulsos de cambio (P.168-169).⁵

As diferenças regionais quanto à dotação de capital social – tanto em termos quantitativos quanto qualitativos – são diretamente relevantes para a competitividade sistêmica. Com o aumento do grau de abertura das economias nacionais, que têm como consequência a crescente exposição das economias regionais e locais a uma intensificação da concorrência, as regiões precisam cada vez mais transformar-se em "territórios competitivos" (JORDÃO, 2006).

A produtividade, a capacidade de inovar e as oportunidades de novos negócios são os elementos-chave para o aumento da competitividade regional, cujo desenvolvimento não é automático. Na área de negócios mercantis e de serviços, a operacionalização sob forma de *cluster* cria um ambiente propício ao aumento da

produtividade e à inovação. Essa mudança nas relações exige, sobretudo, parcerias estratégicas entre empresas e instituições (AMATO NETO, 2005).

Sobre o necessário envolvimento comunitário interligando setores, instituições, empresas e segmentos da sociedade civil, Santos (2001) apresenta alguns parâmetros básicos:

a divisão do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida na sociedade. (...) as atividades ritmadas pelo imperativo da competitividade e localizadas nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções, assumem a reconstrução das bases materiais geográficas e da própria regulação. Assim, as técnicas se incorporam no território e oportunizam a divisão e especialização do trabalho nos lugares. Daí resulta que o processo de trabalho é cada vez mais individualizado, e a mão-de-obra está desagregada no desempenho e reintegrada no resultado através de uma multiplicidade de tarefas interconectadas em diferentes locais (p. 22-23).

Para os propósitos deste trabalho, a importância das atividades integradas de turismo com outros setores assume papel central face ao desafio de impulsionar a competitividade regional. Nessa linha, o planejamento turístico, visando à integração de seus fatores de desenvolvimento, surge como consequência e reação aos planos excessivamente voltados para aspectos específicos, como o econômico e os físicos. O reconhecimento da amplitude e a abrangência dos fatores, além do caráter interdisciplinar e convergente da atividade, tornaram imprescindível o planejamento integrado nas regiões receptoras. Como resultante, essa operacionalização, por meio de um sistema, proporciona o desenvolvimento coerente dos elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais para a satisfação de turistas e empresários e também na melhoria da qualidade de vida regional (BENI, 1998).

Beni (1998) destaca que a teoria dos sistemas é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se por meio do arranjo de seus componentes, cuja complexidade é expressa na sua operacionalização, ou seja,

levando-se em conta que a operacionalização do sistema é, em sua maior parte, processada pela iniciativa privada, cabendo ao Estado o processo de normatização e controle. Mas o controle não significa apenas examinar se os planos estão sendo executados corretamente, implica também a avaliação deles e, conseqüentemente, a alteração de programas e projetos. Um dos aspectos mais críticos e contraditórios da direção de sistemas é, justamente, o do planejamento para a mudança de planos, porque ninguém pode pretender ter estabelecido os corretos objetivos globais, ou uma definição correta do ambiente, ou uma definição inteiramente precisa dos recursos, ou, ainda, a definição final dos componentes. Portanto, a parte administrativa deve receber informações que lhe mostrem quando seu conceito de sistema é errôneo, incluindo as medidas que objetivem a mudança. [...] Não se analisa ou se mede o sistema, quer no todo, quer em suas partes: a mensuração incide sobre as qualidades atribuídas a ele e a seus elementos. Não se mede o turismo, mas o fluxo de pessoas que se deslocam para determinada área receptora, o grau, a extensão e a participação nas várias atividades de recreação, o número de unidades de alojamento ocupadas ou em oferta, as taxas de ocupação e de ociosidade. Identificam-se: a área de captação do consumidor, os meios de transporte utilizados e a motivação para a viagem, o tempo de permanência na destinação, a freqüência da visita, os equipamentos receptivos solicitados, as preferências e necessidades do consumidor e a estrutura de gastos na viagem, da origem ao destino. Todas essas variáveis endógenas do sistema, somadas a outras, exógenas, são utilizadas para explicar e dimensionar o fenômeno do turismo (p. 31-32).

Por essa lógica, Capra (1998) registra que a evolução humana progride por meio de uma interação dos mundos interno e externo, dos indivíduos e sociedades, da natureza e da cultura. Todos esses apontamentos são sistemas vivos em interação, apresentando modelos semelhantes de auto-organização. As instituições sociais evoluem no sentido de uma complexidade e diferenciação crescentes à semelhança das estruturas orgânicas. Ao reportar-se sobre a concepção sistêmica da vida, esclarece que a nova visão da realidade se baseia na consciência do estado de inter-relação e interdependência em todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Completa observando que “essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas

instituições” (p. 259). Assim sendo, resultará na formulação gradual de uma rede de conceitos e modelos interligados e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de organizações sociais correspondentes. Na seqüência, esclarece que qualquer que seja a linguagem comprovadamente adequada para descrever diferentes aspectos da estrutura inter-relacionada e de múltiplos níveis da realidade, as novas instituições sociais terão igual grau de importância uma para com as outras, e todas elas deverão estar permanentemente em comunicação e cooperação entre si.

Corroborar no mesmo sentido Petrocchi (2001), para quem o conjunto das organizações que compõem o sistema de turismo produz uma resultante em termos de geração de valor, acrescentado tanto para o cliente como para os que oferecem os serviços. Os múltiplos serviços, as infra-estruturas e as ofertas de lazer agregam, isoladamente, um determinado valor. A visão sistêmica preocupa-se com cada uma das partes, porque essas afetam o todo. A avaliação do turista será feita sobre o resultado da extensa cadeia de valores que constitui um sistema de turismo, o qual deverá se preocupar em conseguir uma avaliação positiva de cada um de seus clientes. Mas esse sistema não está sozinho no mercado; o mesmo concorre pela geração de valores gerados pelos sistemas de turismo da concorrência.

Autores como Lopes (2001) consideram a importância da inovação constante e afirmam que é fundamental que sua gênese tenha no território um papel de destaque, tornando-a “suporte organizacional da aprendizagem coletiva” (p. 134). Outros enfoques se referem aos chamados territórios inovadores (Méndez, 2002), nos quais o conceito de inovação é entendido como “a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente” (p. 2). Ao se mencionar o território inovador, faz-se referência aos territórios em que seus atores e instituições são capazes de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentam em cada momento da História.

Dessa forma, a questão central da pesquisa foi definida como: No estudo comparado de dinâmicas de desenvolvimento regional, das regiões Hortênsias e Missões no RS, a existência de melhores índices de desempenho das entidades sociais, como as associações empresariais, comunitárias e de municípios, os conselhos regionais,

os consórcios intermunicipais, os sindicatos patronais e de empregados, o Sebrae regional e as secretarias municipais, configura-se como fator diferencial de maior desenvolvimento regional?

1.3 Objetivos da pesquisa

O presente trabalho tem como objetivo geral sistematizar um conjunto de fatores propulsores de desenvolvimento regional, a partir do desempenho de entidades representativas da sociedade regional, na perspectiva de comparar dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento em duas regiões turísticas do Rio Grande do Sul.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa estrutura-se na seguinte ordem:

- a) fundamentar, conceitualmente, o processo de desenvolvimento regional, dando ênfase aos temas relacionados com o desenvolvimento setorial/regional e capital social;
- b) realizar a associação dos pressupostos teóricos com os resultados práticos de desempenho avaliados nas entidades;
- c) comparar vantagens competitivas, nas regiões estudadas, em relação ao grau de envolvimento das entidades pesquisadas;
- d) analisar, comparadamente, os efeitos da maior dotação de capital social existente nas regiões, levando-se em conta o apoio das entidades selecionadas;
- e) identificar os fatores de influência, na ótica dos agentes pesquisados, determinantes do comportamento das variáveis capital social e competitividade.

1.4 Justificativa e relevância do trabalho

Para justificar a relevância da tese, parte-se das constatações apresentadas por Lavinias (1994), indicando que o aprendizado regional/territorial pode ser compreendido como um dos maiores motivos pelos quais a globalização contemporânea continua enraizada em atividades territorializadas e por que certas economias nacionais têm regiões "motoras". O autor sustenta que "muito mais pesquisa é necessária nesse assunto, constituindo-se em estudos mais profundos e estruturais dos processos de aprendizagem e comparações de estruturas" (p. 20).

Uma importante contribuição, nesse sentido, pode ser notada no governo brasileiro, por meio do Ministério da Integração Nacional, com a criação das mesorregiões organizadas em Fóruns⁶. Através desse Ministério, as mesorregiões passaram a contar com importante parceiro na esfera nacional, em condições de articular outras parcerias, tendo-se a expectativa de uma ação mais orgânica de todo o Governo Federal no processo de desenvolvimento regional. Segundo Perin (2004), a criação dessa instância mesorregional mobilizou “formuladores de políticas públicas nacionais, que sentiram-se desafiados a repensar a tradicional política de desenvolvimento no Brasil” (p. 11).

Para os propósitos deste trabalho, a iniciativa do Ministério de Integração Nacional, antes referida, demonstra a importância de se avançar nos estudos que caracterizam a regionalidade por meio da organização social. Iniciativas como essa contribuem para a resposta da pergunta elaborada por Casarotto e Pires (1998. P. 37), “como poderia um país como o nosso, com grandes diferenças regionais, e deficiências estruturais, competir globalmente, garantindo qualidade de vida, e mais importante, a curto prazo, emprego e renda de forma sustentável?”

Na verdade, não existe uma receita pronta para tal desafio proposto. Entretanto, tem-se presente a necessidade de adaptação ao novo modelo de desenvolvimento imposto pela globalização, em novos conceitos de competitividade e, sobretudo, em um modelo compartilhado por todos os atores de uma região. Esse caminho também é apresentado por Becker (2001)

não é nenhuma aberração supor que o estado de desenvolvimento de uma determinada comunidade emerge da criatividade para ‘fazer novas combinações’ e da capacidade de articulação dos seus agentes sociais, econômicos e políticos em torno de um processo de desenvolvimento (sócio-ambiental) regionalizado, próprio e específico, portanto, diferenciado e diferenciador dos seus singulares (p. 21).

Uma das principais dificuldades enfrentadas ao se buscar promover a articulação de atores sociais, em escala regional, para ações relacionadas com o desenvolvimento, é o fato de que muitas regiões – especialmente as menos desenvolvidas – caracterizam-se

por um reduzido grau de organização da sociedade civil, muitas vezes associado aos padrões culturais pouco favoráveis para o sucesso de práticas participativas.

Por fim, a relevância de estudos que tratam da regionalização do desenvolvimento por meio de seus atores intervenientes, conforme proposto neste estudo, caracteriza-se pela contribuição à comunidade acadêmica envolvida com a discussão do processo de desenvolvimento regional, bem como pode servir de subsídio para operadores em políticas públicas nas etapas do planejamento e execução de programas e projetos dessa natureza.

2 CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTUDO

O presente capítulo trata da caracterização das regiões em estudo, por meio de aspectos da localização geográfica, de indicadores sociais e econômicos, da infra-estrutura do turismo e a análise quanto à formação sociocultural. Tais dados e informações são importantes na medida em que servem de subsídio à análise comparada entre fatores de capital social e competitividade setorial, desenvolvidos no capítulo 4 (resultados da pesquisa de campo) deste estudo.

2.1 Descrição das regiões

As Regiões Hortênsias e Missões têm como referência a divisão do Estado do Rio Grande do Sul por regiões de Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Juntos, esses Conselhos representam o Fórum dos Coredes do RS, que foi criado pela Lei Estadual (AL/RS) 10.283, de 17/10/1994. São instâncias de planejamento regional, cujo objetivo é apresentar alternativas de desenvolvimento a partir de decisões originadas por seus agentes locais (Comudes municipais) em cada contexto regional.

As dinâmicas demográficas das Regiões Hortênsias e Missões no Estado do Rio Grande do Sul indicam que, conjuntamente, estas possuem 3,7% da população estadual (Hortênsias 1,3% - Missões 2,4%); ocupam 9,07% do espaço geográfico (Hortênsias 4,55% - Missões 4,52%); com 7,25% dos municípios (Hortênsias 2,21% - Missões 5,04%) e respondem por aproximadamente 3% do PIB estadual (Hortênsias 1,4% - Missões 1,8%)⁷.

Na figura 2.1, as duas regiões estão em destaque pela posição geográfica de localização no Rio Grande do Sul, de acordo com a delimitação dos Coredes.



Figura 2.1 – Localização das regiões do RS por Coredes
Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado RS

Uma peculiaridade dessas regiões está no fato de ambas estarem localizadas em posição geográfica nas faixas de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul (Missões na divisa com a Argentina e Hortênsias com o Estado de Santa Catarina). A Região das Hortênsias situa-se na encosta da Serra Geral formada pela cadeia de montanhas e vales localizada na macrorregião Nordeste. Por sua vez, a Região das Missões insere-se na macrorregião Noroeste do Estado, com predominância de planícies ocupadas por terras mecanizadas para o cultivo agrícola.

2.2 Indicadores sociais e econômicos

Na tabela 2.1, apresenta-se um conjunto de indicadores sociais e econômicos das duas regiões e das médias estaduais.

Tabela 2.1 – Indicadores econômicos e sociais

Dados/indicadores	Rio Grande do Sul	Região Hortênsias	Região Missões
População total (2005)	10.749.595 hab	208.442 hab	249.133 hab
Área em Km ² (2005)	281.748,5 km ²	12.737,5 km ²	12.844,6 km ²
Densidade demográfica (2005)	38,2 hab/km ²	16,4 hab/km ²	19,4 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2000)	6,65 %	6,83 %	8,74 %
Expectativa de vida ao nascer (2000)	72,05 anos	73,21 anos	72,08 anos
Coefficiente de mortalidade infantil (2005)	13,64 por mil	16,88 por mil	14,29 por mil
PIB per capita (2004)	R\$ 13.320,00	R\$ 9.619,00	R\$ 9.870,00

Fonte: Fee – Fundação de Economia e Estatística

De acordo com esses indicadores, percebe-se certa semelhança entre as regiões especialmente nos dados referentes à ocupação geográfica, expectativa de vida e coeficiente de mortalidade infantil. A principal diferença encontra-se na taxa de analfabetismo, sendo de 6,83% para a Região das Hortênsias e de 8,87% para a Região das Missões. Já no comparativo com os dados do Estado, a Região das Missões encontra-se com um índice de analfabetismo acima da média. Outro destaque é no item renda *per capita* média, em que aponta indicadores abaixo da média estadual para as duas regiões.

2.3 Base produtiva regional por setor econômico

Na tabela 2.2, encontram-se os dados que identificam setorialmente a base produtiva por região e as médias no Estado.

Tabela 2.2 – Estrutura produtiva setorial

Setor	Rio Grande do Sul	Região das Hortênsias	Região das Missões
Agropecuário	14,9% (2002)	20% (2005)	36% (2005)
Industrial	40,9% (2002)	26% (2005)	10% (2005)
Serviços/Comércio	44,2% (2002)	54% (2005)	54% (2005)

Fonte: Consórcio Boos Allen – Rumos 2015

Conforme os dados apresentados, as duas regiões têm sua base produtiva principal no setor de serviços/comércio. Nas Hortênsias, esse setor é impulsionado principalmente em função da atividade turística, enquanto, nas Missões o mesmo setor é movimentado especialmente pelo fato de a região sediar, na condição de pólo macrorregional, grande quantidade de órgãos públicos das esferas federal e estadual, bem como de significativa oferta na área da educação, por meio de universidades e centros de ensino⁹.

Outro aspecto a ser destacado está na diferença verificada nos setores industrial e agropecuário em cada contexto regional. Na Região das Hortênsias, o setor industrial participa com o segundo maior percentual (26%) na formação da estrutura produtiva. Na Região das Missões, essa posição de segunda força da estrutura produtiva regional fica por conta do setor agropecuário, com 36%.

Apresenta-se, na figura 2.2, um perfil quanto à formação do PIB estadual em função do desempenho econômico por setor. Faz-se oportuno destacar que os dados a seguir apresentados foram disponibilizados aos Coredes/RS, no âmbito do Projeto Rumos 2015, e tinham como propósito auxiliar esses Conselhos na priorização de estratégias e direcionamento de ações para o planejamento regional.

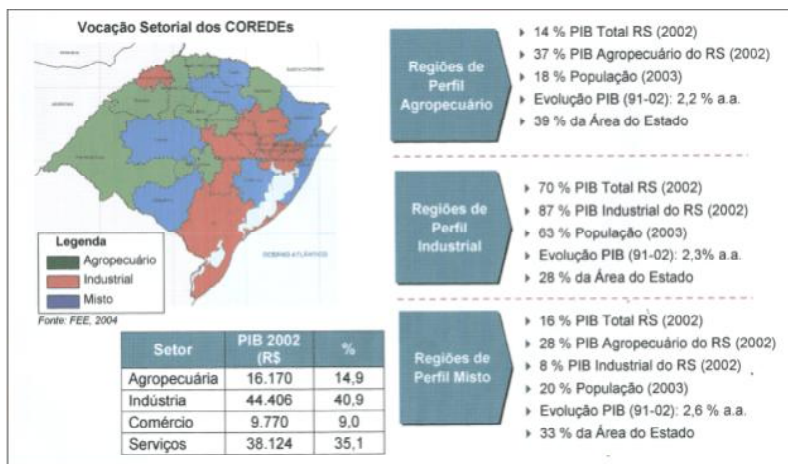


Figura 2.2 – Perfil econômico em função do setor
Fonte: Consórcio Booz Allen – Rumos 2015 (2005)

De acordo com os indicadores apresentados, cabe registrar a importância do setor industrial na formação do PIB. Em sentido contrário, o destaque é dado pela baixa contribuição do setor agropecuário.

Outra importante contribuição constatada no projeto Rumos 2015, antes mencionado, faz referência ao grau de desenvolvimento das regiões de Coredes, conforme demonstrado na figura 2.3.

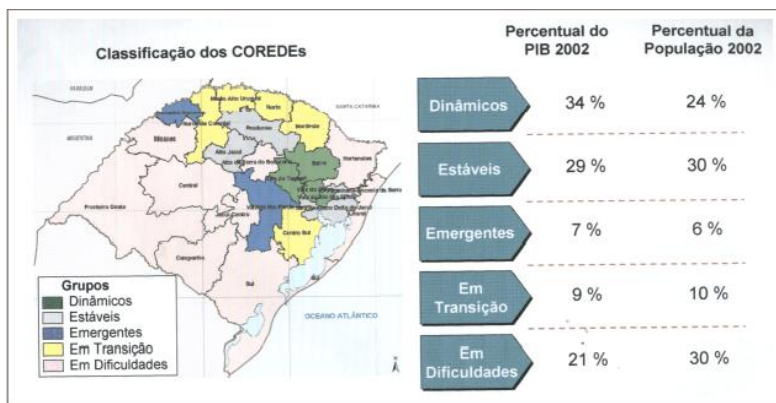


Figura 2.3 – Posição das regiões por grau de desenvolvimento
Fonte: Consorcio Booz Allen – Rumos 2015 (2005)

Conforme esse dado, tem-se que as Regiões Hortênsias e Missões estão vinculadas na escala das regiões de Coredes “Em Dificuldades”. Essa classificação tomou como referência os fatores descritos no item conclusivo sobre o perfil de cada região, conforme segue:

COREDE HORTÊNSIAS - causas prováveis de seu desempenho:

- a) Fragmentação territorial e produtiva;
- b) Alta dinâmica populacional;
- c) Baixas finanças públicas;
- d) Deficientes infra-estruturas socioeconômicas;
- e) Situação social média;
- f) Baixa produção de informação e conhecimento;
- g) Médio grau de empreendedorismo;
- h) Altas restrições ambientais;
- i) Baixa governança.

COREDE MISSÕES – causas prováveis de seu desempenho:

- a) Mercados locais pobres, pequenos e grande distância a outros;
- b) Movimentos oscilatórios das culturas empresariais;
- c) Movimentos migratórios expulsores de populações qualificadas;
- d) Deficientes infra-estruturas socioeconômicas;

- e) Indicadores sociais médios;
- f) Baixo empreendedorismo e atratividade;
- g) Baixa geração de conhecimento e inovações;
- h) Baixos investimentos públicos;
- i) Mescla de potencialidades e restrições ambientais;
- j) Baixa governança (Consórcio Booz Allen (2005, p. 2-14).

2.4 - Região das Hortênsias

2.4.1 – Localização dos municípios que compõem a região



Figura 2.4 – Mapa geográfico da Região das Hortênsias/RS
 Fonte: Consórcio Booz Allen (Rumos 2015)

2.4.2 Dados municipais

Quadro 2.1 – Dados por municípios da Região das Hortênsias

<p>Município: Bom Jesus</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 11.495 habitantes - Área (2005): 2.625,7 km² - Densidade Demográfica (2005): 4,4 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 9,55 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 68,97 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 25,77 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 9.205
<p>Município: Canela</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 39.274 habitantes - Área (2005): 254,6 km² - Densidade Demográfica (2005): 154,3 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 6,70 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 75,81 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 13,64 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 5.354
<p>Município: Gramado</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 33.278 habitantes - Área (2005): 237,0 km² - Densidade Demográfica (2005): 140,4 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 4,78 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 75,49 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 10,48 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 8.676
<p>Município: Jaquirana</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 5.000 habitantes - Área (2005): 907,9 km² - Densidade Demográfica (2005): 5,5 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 11,87 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 68,97 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 24,10 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 5.232
<p>Município: Monte Alegre dos Campos</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 3.189 habitantes - Área (2005): 549,7 km² - Densidade Demográfica (2005): 5,8 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 15,08 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 68,97 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 62,50 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 10.523

<p>Município: Nova Petrópolis</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 18.771 habitantes - Área (2005): 291,1 km² - Densidade Demográfica (2005): 64,5 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 2,81 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 75,81 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 5,38 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 12.326
<p>Município: Picada Café</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 5.243 habitantes - Área (2005): 85,1 km² - Densidade Demográfica (2005): 61,6 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 2,89 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 73,04 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 18,52 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 16.615
<p>Município: São Francisco de Paula</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 20.749 habitantes - Área (2005): 3.273,5 km² - Densidade Demográfica (2005): 6,3 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 9,54 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 68,97 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 27,03 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 7.561
<p>Município: São José dos Ausentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 3.385 habitantes - Área (2005): 1.176,7 km² - Densidade Demográfica (2005): 2,9 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 11,80 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 68,97 anos - PIB per capita (2003): R\$ 12.610
<p>Município: Vacaria</p> <ul style="list-style-type: none"> - População Total (2005): 61.178 habitantes - Área (2005): 2.123,7 km² - Densidade Demográfica (2005): 28,8 hab/km² - Taxa de analfabetismo (2000): 7,33 % - Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,48 anos - Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 18,70 por mil nascidos vivos - PIB per capita (2003): R\$ 9.214

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE

2.4.3 Aspectos da infra-estrutura e organização do turismo regional

Na parte específica que trata da logística e de transportes, tem-se que a Região das Hortênsias apresenta uma densidade rodoviária satisfatória, quando comparada a outras regiões do Estado. Essa constatação tem por base parte da redação apresentada nas conclusões pertinentes à análise do contexto regional, conforme segue:

em termos de distância, cerca de 83% da população está a menos de cinco quilômetros da rede rodoviária. (...) As principais vias são do eixo norte-sul com a RS-020 ligando com a capital (Porto Alegre); a RS-453, conectando o Litoral a Caxias do Sul, e as BRs 285 e 116 ligando a região mais ao Norte (Consórcio Booz Allen: Rumos 2015 - Perfil do Corede Hortênsias, p. 3).

Do ponto de vista ambiental, encontram-se, na Região das Hortênsias, as maiores reservas florestais do Estado, destacando-se, em especial, as unidades de conservação Parque Florestal Nacional de Canela e de São Francisco de Paula, Parque Nacional dos Aparados da Serra do Caracol e Tainhas. Os principais desafios ambientais estão relacionados com a ocupação territorial desordenada das áreas de risco e de preservação, com a retirada da vegetação nativa do local (BECKER, 2002).

Com referência à organização estrutural do turismo nessa região, destacam-se as atividades planejadas e executadas de forma integrada entre entidades e instituições vinculadas ao Projeto Anual da Região das Hortênsias. Nesse projeto, os municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, representados pelas entidades municipais (públicas e privadas), unem-se para oferecer ampla oferta de opções para o turismo. O referido projeto caracteriza-se como uma das principais iniciativas da organização social da região, com a finalidade de desenvolver o turismo regional por meio de ações integradas entre governo e sociedade organizada.

Segundo informações fornecidas pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias, o projeto envolve 228 restaurantes, 254 hotéis e cerca de 1.100 lojas, e beneficia

toda a cadeia do turismo regional. A atuação integrada das organizações da região dedica-se, ainda, à sensibilização da comunidade quanto à importância da iniciativa para o desenvolvimento regional. Entretanto, salienta-se que esse projeto não contempla a totalidade dos municípios pertencentes ao Corede Hortênsias.

2.4.4 Aspectos históricos da formação sociocultural

A formação sociocultural da Região das Hortênsias é resultante, segundo Becker (2002), de um processo de acumulação de diferentes etnias: a alemã, a espanhola, a italiana, a lusa, entre outras, fazendo com que a região apresente características socioculturais nitidamente marcadas, que influenciam no perfil empreendedor de seus habitantes e de uma identidade cultural próspera ao desenvolvimento social e econômico.

No documento COREDE Pró-RS II (2002), sob título “Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul”, ao tratar das características da formação étnica da macrorregião Nordeste do Estado RS (incluindo-se a Região das Hortênsias) apresenta-se com a seguinte redação:

da colonização alemã tem-se que os primeiros colonos chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, desembarcando, em 25 de julho, na colônia de São Leopoldo (antiga Real Feitoria de Linho Cânhamo), nas beiras do Rio dos Sinos. A maioria dos colonos era composta de lavradores que receberam pequenos lotes de terras em “linha” e “picadas” ao longo do Vale dos Sinos e na encosta da Serra. Praticavam a chamada “economia colonial”, o artesanato e a pequena indústria, tendo em Porto Alegre seu principal mercado. (...) No ano de 1875 foi criada a colônia Caxias, no local chamado pelos tropeiros que subiam a serra em direção a Bom Jesus de “Campo dos Bugres”. Essa colônia limitava-se com Nova Petrópolis, São Francisco de Paula. As colônias alemãs e italianas gozavam de inúmeros privilégios étnicos que lhes permitiam manter a língua, a religião e a cultura. As aulas, na maioria das escolas, eram ainda proferidas no seu idioma materno, tendo eles a sua própria imprensa e toda uma gama de clubes privados que lhes garantiam uma identidade e uma

independência étnica quase que total. De certa forma continuavam a viver como se as colônias do Sul fossem uma extensão, ainda que pequena, da Alemanha ou da Itália no Novo Mundo (p. 82-85).

Nesse contexto, pode-se dizer que, na Região das Hortênsias, a organização sociocultural formou-se a partir de um modelo heterogêneo de pessoas, mas essencialmente identificadas em raízes culturais vinculadas aos territórios de origem, enquanto espaço de trabalho, de sociabilidade, de costumes e valores.

Segundo os estudos de Iotti (2001), uma das maiores expressões desse espírito de organização social teve início no ano de 1958: a “Festa da Colônia”, que realiza-se anualmente na época máxima da floração da hortênsia (flor) e resultou na escolha do nome dado à região. Conforme histórico da autora:

desde 1958 o evento nunca mais teve fim. Do pavilhão de esportes saiu para as ruas de Gramado. O poder público, a partir de então, iniciou um trabalho de qualificação junto aos produtores sendo que, ano após ano, houve uma revolução na produção agrícola, o que reverteu em benefício de toda a comunidade. Hoje, incentivados pela administração municipal e por alguns órgãos especializados, Gramado e região contam com um número significativo de agroindústrias, as quais sustentam não só o evento em si, como também fazem parte de um comércio que está em ascensão. Há princípios claros de cidadania, na medida em que todas as comunidades passaram a agregar valores significativos, entre eles a permanência da família no interior, o respeito pelas atividades primárias entre outros (...) as comunidades que a sustentam, buscam apresentar valores sociais e culturais de indiscutível conteúdo. Participam ativamente na parte da culinária como também na apresentação de seus hábitos, transmitidos de geração para geração (p. 36).

Como reflexo desses movimentos comunitários, Becker (2002) acrescenta que atualmente a Região das Hortênsias é amplamente reconhecida como um dos pólos de maior potencial turístico do Rio Grande do Sul. Privilegiada por possuir as maiores reservas florestais do Estado, conforme já referenciadas, essa região também é conhecida internacionalmente pela realização anual do *Festival do Cinema Brasileiro de Gramado*.⁹ Outros atrativos estratégicos de desenvolvimento da região são as tradicionais celebrações do *Natal Luz*¹⁰ e feiras de negócios nas atividades de industrialização de móveis artesanais e na fabricação de chocolates.

Por fim, pode-se inferir que o desenvolvimento dessa região, tradicionalmente, pautou-se por ações que muito se identificaram com valores e costumes trazidos pelos imigrantes, ali estabelecidos à época da colonização. Possivelmente, um dos exemplos de maior expressão encontra-se no fato de surgir na Região das Hortênsias o “primeiro movimento cooperativo do Estado RS, a Caixa Rural de Nova Petrópolis, em 1902” (PRÓ-RS II, p. 88).

A seguir, na figura 2.5, apresenta-se um conjunto de imagens fotográficas dos principais pontos turísticos, eventos e festas da região.



Figura 2.5 Pontos turísticos da Região das Hortênsias

Fonte: <http://www.regiaodashortensias.com.br>

Quadro 2.2 – Dados por municípios da Região das Missões**Município: Bossoroca**

- População Total (2005): 7.459 habitantes
- Área (2005): 1.596,2 km²
- Densidade Demográfica (2005): 4,7 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 10,92 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 75,18 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 28,17 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 15.519

Município: Caibaté

- População Total (2005): 4.690 habitantes
- Área (2005): 258,9 km²
- Densidade Demográfica (2005): 18,1 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 8,08 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,94 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 11.336

Município: Cerro Largo

- População Total (2005): 11.934 habitantes
- Área (2005): 177,7 km²
- Densidade Demográfica (2005): 67,2 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 5,46 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,94 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 10.708

Município: Dezesseis de Novembro

- População Total (2005): 3.009 habitantes
- Área (2005): 216,8 km²
- Densidade Demográfica (2005): 13,9 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 14,98 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,75 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 5.893

Município: Entre-ijuí

- População Total (2005): 8.859 habitantes
- Área (2005): 552,5 km²
- Densidade Demográfica (2005): 16,0 hab/km²

- Taxa de analfabetismo (2000): 8,51 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,03 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 17,70 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 12.190

Município: Eugênio de Castro

- População Total (2005): 3.011 habitantes
- Área (2005): 419,4 km²
- Densidade Demográfica (2005): 7,2 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 7,25 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,75 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 25,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 18.912

Município: Garruchos

- População Total (2005): 3.612 habitantes
- Área (2005): 799,8 km²
- Densidade Demográfica (2005): 4,5 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 14,83 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 67,96 anos
- coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 89.727

Município: Giruá

- População Total (2005): 17.540 habitantes
- Área (2005): 855,9 km²
- Densidade Demográfica (2005): 20,5 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 8,35 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,75 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 26,32 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 15.302

Município: Guarani das Missões

- População Total (2005): 7.886 habitantes
- Área (2005): 290,5 km²
- Densidade Demográfica (2005): 27,1 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 5,90 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 71,12 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 12,50 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 12.674

Município: Mato Queimado

- População Total (2005): 1.675 habitantes
- Área (2005): 114,6 km²
- Densidade Demográfica (2005): 14,6 hab/km²
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 13.158

Município: Pirapó

- População Total (2005): 2.764 habitantes
- Área (2005): 291,7 km²
- Densidade Demográfica (2005): 9,5 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 15,60 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,79 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 8.072

Município: Porto Xavier

- População Total (2005): 10.791 habitantes
- Área (2005): 280,5 km²
- Densidade Demográfica (2005): 38,5 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 13,71 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 71,12 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 14,60 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 5.929

Município: Rolador

- População Total (2005): 2.764 habitantes
- Área (2005): 293,5 km²
- Densidade Demográfica (2005): 9,4 hab/km²
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 18.190

Município: Roque Gonzáles

- População Total (2005): 6.871 habitantes
- Área (2005): 346,6 km²
- Densidade Demográfica (2005): 19,8 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 10,17 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,40 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 36,59 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 9.907

Município: Salvador das Missões

- População Total (2005): 2.403 habitantes
- Área (2005): 94,0 km²
- Densidade Demográfica (2005): 25,6 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 2,23 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 74,45 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 52,63 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 20.297

Município: Santo Ângelo

- População Total (2005): 76.236 habitantes
- Área (2005): 680,5 km²
- Densidade Demográfica (2005): 112,0 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 6,15 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,37 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 11,21 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 7.152

Município: Santo Antônio das Missões

- População Total (2005): 11.998 habitantes
- Área (2005): 1.714,2 km²
- Densidade Demográfica (2005): 7,0 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 12,71 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 70,77 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 13,42 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 10.786

Município: São Luiz Gonzaga

- População Total (2005): 35.091 habitantes
- Área (2005): 1.297,9 km²
- Densidade Demográfica (2005): 27,0 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 9,78 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 73,36 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 17,54 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 9.136

Município: São Miguel das Missões

- População Total (2005): 7.717 habitantes
- Área (2005): 1.229,8 km²
- Densidade Demográfica (2005): 6,3 hab/km²

- Taxa de analfabetismo (2000): 11,74 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 70,30 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 18,18 por mil nascidos vivos

Município: São Nicolau

- População Total (2005): 5.832 habitantes
- Área (2005): 485,3 km²
- Densidade Demográfica (2005): 12,0 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 19,94 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,79 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 27,03 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 6.774

Município: São Paulo das Missões

- População Total (2005): 6.312 habitantes
- Área (2005): 223,9 km²
- Densidade Demográfica (2005): 28,2 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 6,04 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 74,47 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): 15,63 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2003): R\$ 8.035

Município: São Pedro do Butiá

- População Total (2005): 2.635 habitantes
- Área (2005): 107,6 km²
- Densidade Demográfica (2005): 24,5 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 3,82 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,94 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 14.900

Município: Sete de Setembro

- População Total (2005): 2.059 habitantes
- Área (2005): 130,0 km²
- Densidade Demográfica (2005): 15,8 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 5,99 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,94 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 12.923

Município: Ubiretama

- População Total (2005): 2.389 habitantes
- Área (2005): 126,7 km²
- Densidade Demográfica (2005): 18,9 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 6,29 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 74,77 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 9.689

Município: Vitória das Missões

- População Total (2005): 3.596 habitantes
- Área (2005): 259,6 km²
- Densidade Demográfica (2005): 13,9 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2000): 11,64 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 75,18 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2005): não disponível
- PIB per capita (2003): R\$ 10.381

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE

2.5.3 Aspectos da infra-estrutura e organização do turismo regional

De acordo com os dados do Projeto Rumos 2015, na parte que trata da Logística de Transportes (2005), a Região das Missões possui densidade rodoviária e acessibilidade acima da média dos Coredes, sendo que dos 25 municípios, 18 têm ligações de acesso asfáltico. As principais vias terrestres de acesso à região são: a BR 285, interligando os municípios da região no sentido leste-oeste e a BR 392 conectando municípios na direção norte-sul. As ligações intermunicipais são feitas por meio de rodovias estaduais.

Um dos principais movimentos envolvendo todos os segmentos da sociedade regional está sendo desenvolvido pelo Projeto Rota Missões. Essa Iniciativa, sob a coordenação do Sebrae/RS e com a participação de todos os 25 municípios da região, por meio de representantes das principais entidades da sociedade civil e do governo, busca o desenvolvimento social e econômico da região. A ótica de desenvolvimento proposto visa o fortalecimento da cadeia do turismo regional como fator estruturante para alavancar todos os demais setores da economia local e regional.

Tendo em vista o potencial turístico existente: arqueológico, arquitetônico e antropológico, o projeto atua na mobilização da comunidade de diversas formas, como por exemplo no engajamento das escolas na divulgação e valorização do turismo da região, na qualificação de profissionais, nas ações para desenvolvimento do espírito empreendedor, na produção de guias, *sites*, informes, calendário de eventos, roteiros e trilhas e no aperfeiçoamento dos serviços gerais e da infra-estrutura turística.

Conforme informações do Projeto Rota Missões, estão cadastradas e são parceiras nos trabalhos do referido projeto cerca de 1900 empresas, com uma rede de 63 hotéis e 105 restaurantes¹¹. Esses estabelecimentos trabalham numa perspectiva de desenvolvimento de *marketing* compartilhado, de forma que os turistas visitantes são incentivados a adquirir pacotes turísticos que envolvem diversas empresas e segmentos diferenciados.

2.5.4 Aspectos históricos da formação sociocultural

Nesse item, analisam-se os aspectos históricos de formação dos diversos grupos sociais e os reflexos estabelecidos na organização, do trabalho e da convivência social, com influência nas questões relacionadas com padrões de desenvolvimento estabelecidos na Região das Missões. Como ponto de partida, importa destacar as colocações apresentadas por Rota (1999), quando escreve que “a formação da sociedade regional é analisada como produto da inter-relação entre os atores sociais que a construíram a partir das suas condições concretas de existência: seus sonhos, suas aspirações, sua concepção de poder, etc.” (p. 17).

Segundo Zarth (1997), os conflitos entre Portugal e Espanha pela delimitação de suas fronteiras coloniais transformaram a Região das Missões em objeto de luta pela apropriação de suas terras, sua gente e suas riquezas. Com o fim das reduções jesuíticas e do domínio dos portugueses sobre as Missões, formou-se, na região um centro de atração de novos estancieiros que recebiam terras de autoridades locais.

Conforme Martini (1993), na análise da população que dá origem à organização social que se estrutura na Região das Missões

do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, pode-se destacar que:

elos de uma corrente de relacionamentos ligando núcleos de pequenos proprietários, estáveis em suas datas, ao caboclo itinerante e fugidio, do mato público, nossa outra convicção é de que os sem terras descendentes dos açorianos de 'número' e dos mestiços de sangue puro, constituiriam um caboclo e um camponês sui-gêneris. Caboclo porque também internava-se nas florestas, vivia andejo, grande parte do tempo, participando das expedições ervateiras e da descoberta das minas, isto é, de novos ervais; camponês, economicamente, porque ligado a pequena propriedade familiar que produzia gêneros de subsistência; politicamente porque envolver-se-ia em relação social de oposição, encabeçando alianças com os mais humildes caboclos, os itinerantes, os bugres, contra um adversário comum, o militar-estancieiro, sesmeiro, que visava anexar os ervais, impedindo a passagem dos ervateiros para chegar às florestas reservadas, em suas terras ou adjacências (p. 152-3).

Assim formou-se nas Missões uma sociedade onde conviviam dois modelos diferenciados: o das estâncias e o da atividade extrativa, que, segundo Zarth (1997, p.68) "por vezes complementavam-se, tensionavam-se ou ainda estavam em oposição frontal". A partir do controle político e institucional exercido pelos estancieiros, somaram-se fatores externos que resultaram, de acordo com Rota (1999), numa redefinição da sociedade regional, a partir do final do século XIX.

Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na macrorregião de fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai, especialmente nas Missões/RS, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo do arroz e atualmente o da soja.

Associado às diferenças quanto à estrutura fundiária, esse fato contribuiu para definir um contraste marcante dessa região com as demais do Estado, nas quais predominou, desde o início, a colonização européia. Em grande parte, os entraves principais estão associados às características da base econômica, ligadas a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para a criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva.

Segundo Becker (2002, p. 68), “o latifúndio caracteriza-se como limitador às ações entre atores políticos, econômicos e sociais, e se manifesta pela falta de uma maior cooperação interinstitucional”. Assim, as características históricas da formação sociocultural da Região das Missões foram marcadas, nos primeiros tempos, por um quadro heterogêneo em que predominou uma cultura identificada por disputas de ocupação das terras devolutas. Num momento posterior a outras regiões do Estado, a Região das Missões passou por uma transformação sociocultural com a chegada dos primeiros imigrantes europeus.

Com relação ao assunto em questão, Rota (1999) assim escreve:

o conflito mais intenso ocorreu no ‘modelo caboclo’, presente entre os descendentes ‘nacionais’ que eram posseiros de terras devolutas. Para os caboclos, a preocupação com a reprodução da vida, a preservação dos laços da família ampliada e uma relação harmônica com a natureza ocupava o lugar central. O trabalho aparecia apenas como uma dimensão da reprodução da vida, a qual comandava também o uso do tempo, e não como determinante fundamental. (...) O modelo adotado com a colonização [européia], baseado na economia familiar, agrícola, industrial e comercial, convivia numa tensa relação com o modelo das estâncias e com o modelo caboclo. A família, a comunidade, a religião, a educação formal, o respeito à tradição e a ajuda mútua eram valores estruturantes das relações sociais entre os imigrantes europeus (p. 136).

Portanto, essas transformações trouxeram consigo uma redefinição da própria concepção de sociedade e do papel representado pelo trabalho na estruturação das relações sociais. Dada a relevância do tema, a presente pesquisa ocupa-se do aprofundamento dessas questões.

Na figura 2.7 apresentam-se imagens fotográficas de atrativos turísticos e de tradicionais eventos realizados na Região.

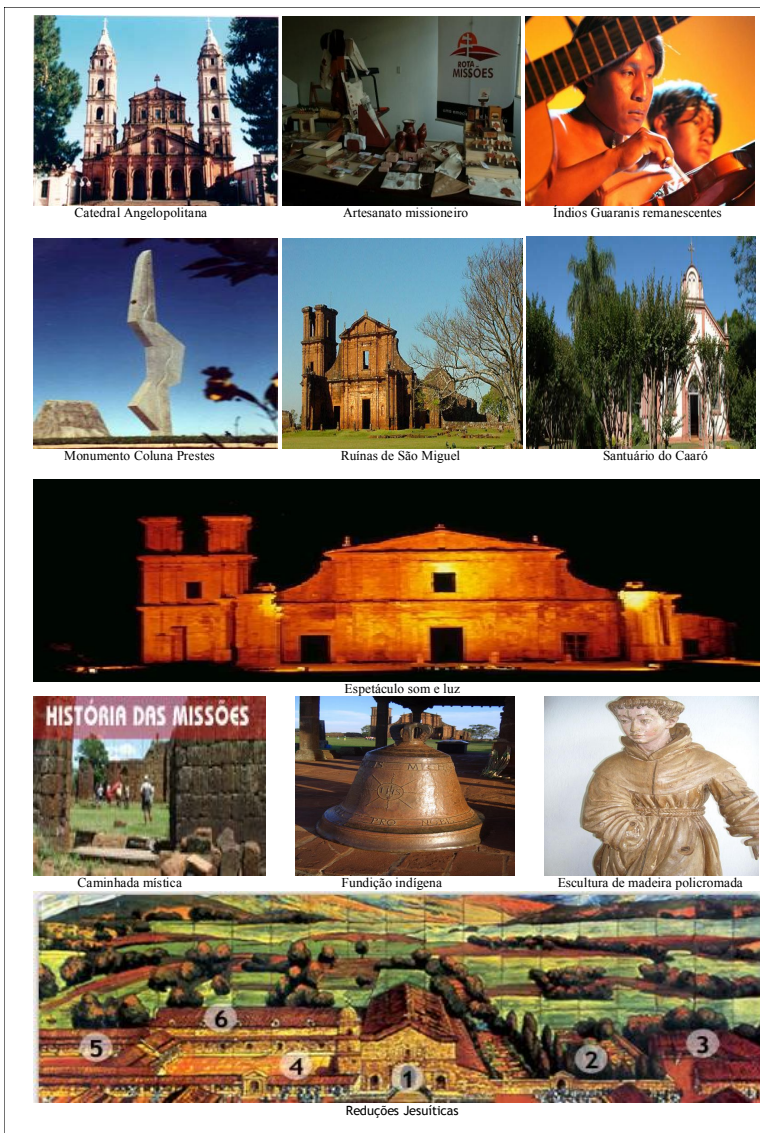


Figura 2.7 – Pontos turísticos da Região das Missões

Fonte: www.rotamissoes.com.br

3 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA PESQUISA

Este capítulo, a partir de uma ampla revisão bibliográfica, apresenta os principais aspectos conceituais que fundamentam o estudo, buscando articular um conjunto de abordagens teóricas que proporcionam um suporte teórico aos objetivos deste trabalho. Inicialmente, discute-se a importância do capital social como instrumento público com competência para promover o desenvolvimento regional. Em seguida, são examinadas as principais estratégias atualmente concebidas como fatores condicionantes para impulsionar a competitividade regional. Ao final, busca-se aprofundar conceitos e análise de experiências exitosas no turismo e a inter-relação desse setor com os demais segmentos da economia local.

3.1 Desenvolvimento regional e capital social: uma revisão conceitual

No atual quadro de mudanças, as regiões que pretendem ser competitivas são desafiadas a adaptar constantemente seu formato de desenvolvimento, baseando-se num modelo aberto e flexível, com o fim de emergir um processo de criatividade dos agentes na priorização e na formulação de programas e projetos regionais estruturantes. Nessa esteira, a qualidade das decisões originadas pelo conjunto de seus atores e a capacidade de sistematização serão estratégicas.

Aberto, flexível, dinâmico e orgânico, o processo de planejamento, assim concebido, abre caminho para se sair do cotidiano, da rotina, do curto prazo, do imediato, e passa para a funcionalidade de uma visão holística e empreendedora (BARQUERO, 2001; BECKER e BANDEIRA, 2000; BOISIER, 2000).

Sob esse prisma, a necessidade de qualificação dos projetos regionais de desenvolvimento deve-se ao fato de que, cada vez mais, as regiões são levadas a concorrer entre si na geração de condições favoráveis e atrativas para localizar, em seu território, investimentos produtivos. Em conseqüência, é preciso articular e mobilizar os agentes regionais de desenvolvimento, tendo em vista sua participação crescente

e direta na construção de uma inserção diferenciada e alternativa no processo global de desenvolvimento contemporâneo.

A partir da concepção de que a organização social configura-se como força capaz de impulsionar o desenvolvimento de regiões, o capital social assume papel central na articulação e na facilitação do processo de inovação. Portanto, fazem parte do capital social “os traços culturais característicos que contribuem para fazer com que seus membros se tornem propensos a colaborar no sentido da solução de problemas comuns” (BANDEIRA, 2003, p. 47). Tais características de cooperação, confiança e solidariedade podem ser encontradas em organizações comunitárias, seja com a participação do setor público, seja com o do setor privado.

A importância do capital social para o desenvolvimento ganhou notoriedade principalmente a partir da última década e tem gozado de um crescente prestígio nas ciências sociais, tanto nas questões teóricas quanto em contextos de aplicação prática. Na comunidade acadêmica, o conceito de capital social tem-se pautado especialmente sob duas vertentes relacionadas, mas claramente diferenciadas. A primeira reporta-se aos recursos – como, por exemplo, informações, idéias, apoios – que os indivíduos ou entidades representativas, por categorias, são capazes de incorporar em virtude de suas relações. Tais recursos - capital - são ‘sociais’ na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos (Relatório sobre desenvolvimento - BANCO MUNDIAL, 2001).

A segunda abordagem acerca do capital social, mais precisamente associada ao cientista político Robert Putnam, refere-se à natureza do envolvimento de indivíduos em várias redes informais e organizações civis formais, desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos. O capital social é usado, nesse sentido, para caracterizar as diversas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem, sendo possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber seu grau de envolvimento.

Estudiosos¹², trabalhando com ambos os enfoques, concordam que é importante reconhecer que o capital social não concebe um

padrão único e estático, mas antes um padrão de natureza multidimensional, em razão de ser o capital social, frequentemente, definido em termos de grupo, redes e normas de confiança.

Para os propósitos deste estudo, trata-se de uma abordagem abrangente em que o estoque de capital social das regiões aparece como uma variável que influencia positivamente tanto o aprendizado individual como o coletivo, e incrementa a capacidade competitiva de um determinado contexto local ou regional.

3.1.1 O capital social como facilitador no processo de inovação

De acordo com Martinelli e Joyal (2004), o processo de inovação dá-se pela construção de um ambiente produtivo e dinâmico, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração de cadeias produtivas e de redes sociais e econômicas, ampliando as oportunidades de desenvolvimento, gerando trabalho e renda, para atrair novos negócios e criar as bases de sustentabilidade e crescimento.

Experiência como a dos distritos industriais, da chamada Terceira Itália, pode ser considerada como exemplo de região onde se percebe uma dinâmica territorial inovadora e sobre a qual, no Brasil, tem-se amplo debate. Os distritos atuam como um conjunto de redes de pequenas empresas num determinado território, regulados por inter-relações econômicas, sociais e políticas, num modo de organização que ultrapassa as relações de mercado. “O distrito define um modelo organizacional moldado pelo contexto sociocultural do território onde as relações entre empresas se sobrepõem às relações concorrencias de mercado” (LOPES, 2001, p. 107). Outra importante caracterização do distrito industrial pode ser avaliada em Becattini (1994), um dos seus primeiros teóricos, que se reporta escrevendo: “uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico” (p. 20).

De acordo com as constatações feitas por Lopes (2001), distinguindo o foco de origem da sinergia local, tanto os meios inovadores quanto os distritos industriais têm possibilidades de

apresentar-se ao mercado como protagonistas do seu próprio desenvolvimento. O ponto em comum dessas abordagens é a capacidade de o território combinar cooperação com concorrência, fator relevante para construir essa possibilidade. Em ambos os casos, a dinâmica territorial de desenvolvimento fica condicionada à alternativa de reação mais autônoma diante do processo de globalização.

3.1.2 Aumento da participação social por meio do associativismo

Diante da perspectiva de que o desenvolvimento econômico não é elemento suficiente para explicar a prosperidade de uma determinada região, a modernidade econômica apresenta-se como fonte indispensável e condicionante, mas está, de algum modo, associada ao bom desempenho das instituições públicas e privadas (SCHUMPETTER, 1998).

Putnam (2002) destaca que, em uma comunidade cívica¹³, a cidadania caracteriza-se primeiramente pela participação nos negócios públicos. O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica¹⁴, prevalecendo a participação cívica como pressuposto de mais espírito público voltado para vantagens partilhadas.

O autor sustenta que, em termos de igualdade política, “tal comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade entre cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo” (p. 135). Por essa linha de análise, o associativismo e a participação em organizações cívicas desenvolvem o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos comunitários.

Tais bases estruturais indicam que as regiões economicamente mais adiantadas têm governos regionais mais eficientes, em grande medida, porque nelas há maior participação cívica. Importa reconhecer que o desempenho de um governo está, de algum modo, estritamente relacionado com o caráter da vida social e política da região. Os indicativos apontados por Putnam (2002) levam a crer que as regiões, em que há muitas associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo, apresentam governos mais

fortes. No estudo comparado entre regiões da Itália, o autor demonstra que nos locais em que predominam cidadãos que não votam nos referendos, nem pertencem a associações cívicas, nem lêem jornais, suas lideranças descrevem a política regional como clientelista com relações verticais de autoridade e dependência.

Considerando o ponto de vista do desenvolvimento econômico e das tradições cívicas analisados comparativamente por Putnam (2002) entre o Norte e o Sul da Itália, denota-se que, de modo geral, as regiões que hoje são cívicas são também prósperas, industrializadas e têm boas condições sanitárias. A defasagem econômica entre as duas regiões alternou-se por vários períodos, sobretudo em função dos acontecimentos externos. Nas palavras do autor, “a economia não serve para prognosticar o civismo, mas o civismo certamente serve para prognosticar a economia, mais até do que a própria economia” (p. 166).

Em termos de organização social, o capital social, que se expressa pela cooperação voluntária, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, pode-se configurar como principal fonte para o aumento da participação. Muitas das formas de capital social existentes – confiança, por exemplo – são denominadas de “recursos morais” (BECKER, 2003, p. 92), isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso e se esgotam quando não forem utilizados. Também outras formas de capital social, como as normas e as cadeias de relações sociais, multiplicam-se com o uso.

Um bom número de estudiosos em ciências sociais concorda que a confiança representa o pilar de sustentação do capital social. Tanto nas ações coletivas como nos negócios mercantis, praticamente todas as operações necessitam de certo grau de confiabilidade. E, sendo ela promotora da cooperação, abstrai-se que quanto mais elevado for o seu nível numa comunidade, maior será a probabilidade de esta alcançar sucesso. Os dados conclusivos de Putnam (2002) retratam que a progressiva acumulação de capital social, no Norte da Itália, deu-se, essencialmente, por meio de um sistema de participação cívica (associações comunitárias, cooperativas, clubes desportivos e partidos de massa), com intensa interação horizontal.

3.2 Estratégias de desenvolvimento: abordagens em clusters e derivações semelhantes

O planejamento e a execução de fatores estratégicos de apoio ao desenvolvimento regional recebem amplo tratamento conceitual na academia por meio de sua vinculação com a organização em *clusters* e derivações como, distritos industriais¹⁵, sistemas locais de produção¹⁶, redes empresariais¹⁷, atores em rede¹⁸, arranjos produtivos¹⁹ e outras formas de operar em sistemas integrados. Essa associação decorre principalmente de abordagens que orientam a incorporação de vantagens competitivas regionais pelo aprimoramento do capital social, por meio do aumento da cooperação, confiança, consórcios, solidariedade, parcerias e alianças entre os atores envolvidos.

Em geral, a temática dos *clusters* e conceitos afins tende a reconhecer que a competitividade das aglomerações geográficas de empresas é fortemente condicionada por disposições comportamentais incorporadas à cultura das regiões onde se localizam. Essas disposições – confiança, propensão à cooperação – são consideradas, por sua vez, conseqüência das interações proporcionadas pela densidade das redes que compõem o capital social.

A maioria das vantagens dos *clusters* nasce de economias externas às firmas e é percebida pelos efeitos originados de externalidades²⁰ positivas. Conforme exemplifica Guimarães (1997), a competitividade da região pode aumentar quando ocorrem especialmente três situações: aumento da produtividade das firmas que constituem o *cluster*; aumento da capacidade de inovação das firmas e estímulo à formação de novos negócios.

O termo *cluster* também relaciona-se com o desenvolvimento de ações integradas entre empresas e instituições em determinado espaço geográfico. Esses espaços variam em função do ambiente dos negócios e de suas interconexões com as instituições envolvidas, podendo ser de uma única cidade, região, país ou mesmo um conjunto de países vizinhos. A extensão e a sofisticação desses aglomerados determinam formas distintas da operacionalização de suas atividades, mas geralmente envolvem fornecedores, fabricantes de produtos complementares, empresas em setores correlatos, instituições financeiras, fornecedores de mão-de-obra especializada, universidades

e centros de pesquisas, entidades associativas e agências regionais e de normatização governamental (GALVÃO, 1998).

Em especial, a produtividade, a capacidade de inovar e as oportunidades de novos negócios são os elementos-chave para o aumento da competitividade regional. O desenvolvimento dessas situações não é automático. A produção, sob a forma de *cluster*, cria um ambiente propício ao aumento da produtividade e à inovação, pois facilita o aprimoramento de um aprendizado coletivo balizado pelas necessidades de mão-de-obra do *cluster*. Como consequência da maior produtividade e do aumento da capacitação tecnológica, novas especializações são requeridas, abrindo um leque de outras oportunidades de negócios.

Esse acúmulo de atividades complementares no interior de um aglomerado, com vários níveis de qualificação profissional e diversidade de competências, amplia as possibilidades de criação de uma base sólida que permite renovar, com relativa rapidez, as evoluções tecnológicas e de mercado. Porter (1999) ensina que a ponderação entre rivalidade e cooperação das empresas participantes é fator de destaque para caracterizar as forças competitivas de um *cluster*, mediante um intercâmbio intensivo de informações entre empresas, instituições e indivíduos, dando lugar a um ambiente criativo e inovador.

Presentes em praticamente todas as economias, especialmente na dos países desenvolvidos, esses aglomerados são identificados pela concentração geográfica de empresas de determinado setor de atividade e companhias correlatas, incluindo-se ainda instituições governamentais e não governamentais. As razões do agrupamento de empresas e instituições estão diretamente ligadas aos determinantes da inserção de vantagem competitiva para o desenvolvimento dos espaços locais e regionais e são uma manifestação de caráter sistêmico para enfrentar os desafios da localização.

Essa concentração de estabelecimentos empresariais competitivos, formando arranjos produtivos locais, tem assumido um papel de destaque no desenvolvimento regional. Carvalho (2005, p. 39) exemplifica afirmando que “é notória a contribuição à economia norte-americana das pequenas empresas de base tecnológica da Rota 128 e do Vale do Silício”. Da mesma forma, pode-se acrescentar o sucesso da economia italiana nas últimas duas décadas, atribuindo, em grande parte, aos ganhos de escala originados pelas ações

conjuntas desenvolvidas em redes de pequenas e médias empresas (PMEs), bem como à cooperação, em nível local, obtida nos distritos industriais por meio dos Consórcios (CARVALHO, 2005; CASAROTTO e PIRES, 1998).

No atual contexto de mudanças, urge a necessidade de serem considerados outros elementos organizacionais, que resultam da interação e sinergia entre a ampla gama das variáveis socioeconômicas. Porter (1989) condiciona que para ser competitivo é necessário que um país ou região alcance os objetivos propostos de forma superior aos outros concorrentes, de maneira sustentável, isto é, que tenha capacidade de seguir alcançando seus objetivos ao longo do tempo. Afirma que a análise da competitividade dinâmica é, essencialmente, a busca da excelência que permita diferenciar um produto, uma organização ou um setor produtivo, independentemente de estar operando em atividades de escala regional, nacional ou internacional.

Os dados disponibilizados pelo autor sobre a pesquisa realizada em dez países²¹ demonstram que as nações obtêm vantagem competitiva dependendo, basicamente, da capacidade da sua economia e de suas indústrias de inovar e de se atualizar permanentemente. É necessário que o ambiente seja dinâmico, desafiador, e disposto a atingir um nível superior de desenvolvimento socioeconômico. Há necessidade de uma mudança de paradigma que, na era do conhecimento, caracteriza-se por uma constante e rápida revolução tecnológica.

Conforme observa Martinelli e Joyal (2004):

as tendências advindas da globalização modificam uma prática histórica de o Estado, a sociedade e a economia se estenderem de forma sobreposta, de certa maneira, dentro das mesmas fronteiras nacionais. Esse novo sistema internacional, no qual os Estados traçam as fronteiras entre a economia interna e as relações de comércio exterior, transforma-se, na era da globalização de mercados, numa economia transnacional. (...) O Estado, preso ao sistema mundial econômico transnacional, lança seus cidadãos a uma competição mundial (p. 19).

O papel do governo, segundo Carvalho (2005), é o de fornecer instrumentos de capacitação aos cidadãos e infra-estrutura de alta qualidade e atenção especial no que concerne às regras da competição (leis de proteção a propriedade intelectual e antitruste), bem como na definição da política industrial para o incentivo à formação e crescimento dos aglomerados (isenções e incentivos fiscais).

Nessa linha, Oliveira e Wittmann (2003, p. 291) destacam que “diante dos desafios da integração entre o local e o global nos processos de desenvolvimento, a busca da vantagem competitiva é algo que não se restringe à agenda empresarial (...), mas com forte presença no mercado global”. Corrobora Pires (2001) ao salientar que onde se localizam regiões com elevados resultados competitivos, sustentados ao longo do tempo, o caráter eminente é bastante claro:

essas regiões são diferenciadas em área específicas de atuação, únicas, com formas de organização produtiva e social diferentes, fruto do processo endógeno de aprendizagem, que leva a região e seus atores a encontrarem as soluções sistêmicas para seus problemas e seus desafios em particular. O caráter distintivo é o que dará a vantagem competitiva sustentável à região. Contudo, para ser distintiva a região deve ter uma estratégia diferenciada de atuação e contar com formas únicas de organização das suas atividades e de integração das mesmas com a sua estratégia, o que é fruto da governança (p. 100).

Na busca desse enquadramento, um plano regional deve conter elementos que levem a região a potencializar sua identidade, valorizando suas peculiaridades. Requer um processo endógeno, resultante do acúmulo de capital social que garantirá maior governança²², sobre o território e seus elementos, por parte dos atores regionais. É por meio desse processo de aprendizagem sistemático que os atores regionais ampliam sua visão sistêmica sobre a situação competitiva, ganhando maior capacidade de atuar sobre o seu contexto, fortalecendo a identidade regional, a confiança nos recursos próprios e a capacidade de trabalhar de forma integrada. Dessa forma, os procedimentos de atuação serão compostos por elementos que levem os atores regionais à discussão e à elaboração de soluções próprias para os problemas da sua região e das suas empresas. Tal princípio possui especial influência sobre o processo de regionalização, resposta das regiões

com maior acúmulo de capital social e governança ao processo de globalização (BIANCHI, 1996; PIRES, 2001).

Ainda sobre o mesmo assunto, Pires (2001) esclarece:

o modelo de desenvolvimento caracterizado nos princípios; sistêmico, endógeno e distintivo, configura-se como um tecido institucional presente nas principais experiências bem-sucedidas de desenvolvimento regional. Porém, sustenta que na realidade brasileira são poucas as experiências onde existe uma visão comum, compartilhada pelos atores regionais, sobre a sua situação competitiva. Por não existir esta visão, as ações integradas entre os mesmos também são raras, uma vez que estes não percebem a inter-relação entre seus problemas (p. 99).

Conforme o exposto, apesar da dificuldade de concretização de um modelo endógeno de desenvolvimento na realidade brasileira, os locais que conseguem superar essas barreiras do modelo exógeno e organizar-se por meio de ações integradas entre empresas e instituições, apresentam-se como bases prósperas ao desenvolvimento e com maior flexibilidade de inserção e adaptação à nova lógica imposta pela globalização. Na busca desse modelo, a sinergia gerada no interior de um aglomerado é fundamental. Ao tratar o tema, Bandeira (2000) vincula a relevância do capital social ao afirmar que “ao lado do capital físico e do capital humano, este terceiro tipo de capital seria de importância decisiva para explicar as diferenças, entre países e entre regiões, quanto à prosperidade econômica” (p. 46).

3.2.1 Desenvolvimento local e fatores endógenos

Vista como nova e privilegiada estratégia de desenvolvimento a partir da comunidade de origem (endógeno), segundo Ávila (2001):

o desenvolvimento local só se efetivará se, no âmbito da respectiva localidade, a evolução das potencialidades-condições (concernentes a meios e recursos, naturais ou artificiais) se posicionar estrategicamente como subsídio mediador-reator da evolução das potencialidades de

desenvolvimento da comunidade localizada como alvo e razão de ser centrais, dado que transformações de potenciais naturais (ou artificiais) em pontos turísticos, fontes de energia, etc., não significam em si mesmos desenvolvimento local: o conceito de local implica o de comunidade localizada, a qual, em verdade, é que deve assumir progressivamente os rumos, as rédeas, os compromissos e as responsabilidades concernentes ao desenvolvimento de toda a localidade, com a ajuda de condições-meios tanto internas quanto externas, aí incluídos os chamados agentes de desenvolvimento (p. 63).

Relativamente ao processo endógeno de desenvolvimento, Nova (1992) apresenta o seguinte conceito:

o desenvolvimento endógeno tende a apropriar-se dos contributos dos atores e a configurá-los no contexto atual, dando-lhes uma forma específica e adequada às características e às necessidades das populações. O desenvolvimento endógeno não significa, todavia, que as comunidades locais se isolem em relação aos processos exteriores ou de âmbito nacional; pelo contrário, as interações com o meio envolvente tenderão a reforçar-se, no quadro de uma internalização (ou de uma localização) desses processos. (p. 20).

Na mesma direção, Demo (2001) relaciona a cultura como processo de identificação local, destacando:

há regiões com peculiaridades se considerarmos o desenvolvimento comunitário algo essencial para a política social, a identificação cultural apresenta talvez a motivação mais imediata à participação. A comunidade somente reconhecerá como seu aquele projeto que, mesmo tendo vindo de fora, é capaz de revestir-se de traços culturais do grupo. É preciso encontrar o eco reconhecido de algo que é seu, de algo que se encaixa na história vivida, de algo que aparece nas determinações do dia-a-dia (p. 58).

Nesse contexto, “existe no desenvolvimento local uma força de carácter endógeno” (MARTINS, 2001, p. 162), que articula recursos naturais e de infra-estrutura disponíveis e, fundamentalmente, a força

das comunidades de aceitar o desafio de seu próprio desenvolvimento (endógeno). O mesmo autor sustenta que “em muitos casos o resgate de patrimônios culturais, tradicionais e culturais tem se apresentado como a saída para a dinamização dos demais setores da economia” (p. 164), por exemplo, por meio da promoção turística.

Para Casarotto Filho (1998), as instâncias locais, em todas as formas de organização social, são o local ideal par a auto-identificação dos interesses, que devem vir a constituir as bases das políticas locais. Essa situação pode ser também interpretada como o crescimento endógeno, isto é, a capacidade de criar condições locais, as regras que permitam a cooperação entre atores com o objetivo do avanço dos saberes individuais e comuns, e possibilitar um acúmulo de conhecimentos suficientes para o crescimento coletivo.

De acordo com Albuquerque (1998), o desenvolvimento local geralmente tem sua base nas pequenas empresas, e surge com restrito apoio político ou administrativo por parte das instâncias da administração pública. Torna-se fundamental a negociação estratégica entre atores locais, como associações de empresários, entidades financeiras, centros de consultoria para empresas, universidades e centros de pesquisa, com o intuito de incorporar inovações tecnológicas e organizativas no tecido empresarial e produtivo local. Galvão (1999) por exemplo, analisa a aglomeração de empresas de pequeno porte no distrito industrial do complexo calçadista no Vale do Rio Paranhana no RS, no qual os produtores individuais somaram seus esforços e trabalham cooperativamente para aumentar seu poder de barganha.

A importância de um novo modelo de administração municipal para fortalecer processos de desenvolvimento econômico local não deve ser subestimada. Pröhl (1998), analisando as informações sistematizadas em uma rede internacional de troca de experiências, chamada de *Cities of Tomorrow*²³, resume os elementos centrais de sucesso dessas cidades no fomento das iniciativas locais, seguindo quatro requisitos básicos:

a) Renovação

- os serviços públicos devem ser abrangentes, integrados e estarem focados na redução do desemprego por meio da identificação das principais restrições econômicas e na procura conjunta por soluções;

- a integração da prefeitura com os demais níveis da administração pública é fundamental;
- as propostas e iniciativas devem surgir de baixo para cima, valorizando as forças locais;
- a infra-estrutura deve ser modernizada, tornando o município atraente para pessoas e empresas;
- o município deve dispor de instrumentos flexíveis para apoiar novos empreendimentos, tanto em serviços com em financiamentos;
- a constante qualificação e reciclagem da mão-de-obra é fundamental.

b) Eqüidade

- parcelas marginalizadas da população devem ter acesso a programas públicos de formação e capacitação;
- deve-se procurar facilitar e apoiar a integração da pessoa no mercado de trabalho (por exemplo com disponibilidade de creches, transporte público, acesso a meios de comunicação e à informação);
- disponibilizar contratos temporários de prestação de serviço para reduzir o período de inatividade de pessoas desempregadas.

c) Mobilização

- hoje não é mais possível atuar em projetos ou iniciativas isoladas, é imperativo trabalhar de forma integrada;
- devem ser criados fóruns, conselhos, assembléias e outros tipos de espaços de comunicação, onde o cidadão possa colocar em discussão suas propostas e trocar idéias;
- a participação do cidadão é um elemento fundamental no enriquecimento do diálogo no espaço econômico.

d) Sustentabilidade

- as iniciativas e projetos devem ser planejados a longo prazo, sem imediatismo;
- o uso dos potenciais e recursos locais deve ser maximizado;
- fortalecimento a consciência ecológica do cidadão;
- participação de todos na discussão dos problemas e na análise das soluções é fundamental.

Sobre o assunto em pauta, Brose (1999) destaca:

o desenvolvimento local surge do fortalecimento da cidadania, do sucesso econômico do empreendedorismo, de produtos competitivos, do uso sustentável de recursos naturais, da pluralidade institucional, do poder de compra dos consumidores, de preços adequados, da integração de iniciativas públicas, da ênfase na reciclagem, da disponibilidade de recursos financeiros, da base tecnológica, de um mercado consumidor compatível e de diversos outros fatores. E, principalmente, de decisões políticas das lideranças da comunidade e dos atores sociais envolvidos (p. 55).

O mesmo autor salienta que não existe uma metodologia específica de desenvolvimento local, mas diversas metodologias a serem aplicadas nas etapas do planejamento, da capacitação, da participação, da sensibilização e da organização, e que servem de subsídio aos projetos públicos para apoiar e fortalecer processos decisórios.

Apesar de a definição de desenvolvimento local ser aberta e ser possível referir-se tanto em nível da comunidade como também da microrregião, é necessário ter clareza na diferenciação entre o papel do poder local²⁴ e o das políticas públicas compensatórias. Brose (1999) salienta que “o desenvolvimento local depende fundamentalmente da intervenção estatal por meio da regulação do mercado (p. 58)”. Na saúde, por exemplo, a implementação nacional da descentralização do Sistema Único da Saúde (SUS) gerou conflitos no campo da redefinição das atribuições de cada esfera de governo. Analisando os impactos em nível local, Ferreira (2004) discorre sobre o assunto esclarecendo:

nos anos 90, ocorreram no Brasil várias reformulações na política de saúde, principalmente a transferência de atribuições de gestão aos níveis sub-nacionais através da municipalização. Nesse sentido, tornou-se necessário prestar maior atenção à identificação dos atores políticos e das instituições que configuram o nível local, assim como, as forma de relação entre o público/privado. Mesmo que o nível local continue em condições subalternas em relação aos níveis nacional e estadual, parcela importante das decisões locais conferem robustez ou praticamente inviabilizam a política em seus termos

mais substantivos, pelo menos naquilo que o SUS trouxe de princípios republicanos e intenção de afirmação da cidadania (p. 17).

Em princípio, descentralizar e democratizar aspectos como a identificação e priorização de problemas, os métodos para analisá-los, a eficácia em sua solução e nos mecanismos críticos de avaliação de resultados, são elementos que dependem de um sistema horizontal de políticas capazes de agregar os distintos níveis de problemas comunitários (MARQUES, 2001). Nesse ponto é mais provável que seja necessária a consideração dos valores e interesses da comunidade, pois é dela que devem emergir as iniciativas, não obstante podendo serem estas também estimuladas.

As constatações de Brose (1999) indicam que:

atualmente boa parte das comunidades locais está acostumada a esperar que o desenvolvimento venha de cima e de fora preferencialmente gerido pelo governo. (...) superar essa marca de dependência assim como o modelo paternalista e assistencialista tradicional por parte dos governos e políticos é condição básica para o empoderamento da comunidade. O desenvolvimento tem a ver com os potenciais intrínsecos de cada pessoa e comunidade e não ao que possa vir de fora (p. 172-173).

3.2.2 Desenvolvimento e as redes sociais

De acordo com Castells (1999), na era da informação, as funções e processos dominantes estão cada vez mais organizados em redes. Sobre esse assunto, o mesmo autor continua:

as redes constituem a nova estrutura social de nossas sociedades, e a difusão dessa lógica modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiências, poder e cultura. (...) no mundo globalizado há uma rede cujos movimentos e lógica determinam as economias e influenciam as sociedades, atendendo a lógica do capitalismo em sua pura expressão na busca constante da reprodução do capital (P. 416-417).

Esse conjunto de benefícios, associado à formação de redes, vem recebendo crescente atenção por parte de gestores públicos para a revitalização de setores estagnados economicamente²⁵. Entretanto, cada realidade regional requer uma formatação diferente de ações e formas de aplicação, necessitando ser dimensionados e ponderados os aspectos históricos, culturais, políticos e ambientais peculiares.

Em razão do novo processo de práticas sociais moldadas pela matriz do pensamento sistêmico e diferentes paradigmas (KUHN, 1982; CAPRA, 1998; MORIN, 2002), o desenvolvimento econômico emergiu para mercados competitivos, globais e informatizados, que Castells (1999, p. 175) denomina de “fluxos globais”. Essas lógicas, pertencentes à reorganização do processo espacial produtivo, ocasionam uma maior interdependência entre o desenvolvimento de diferentes locais e regiões.

Nesse contexto, o pensamento sistêmico²⁶ interfere na organização social, articulando a formação e o desenvolvimento das redes como uma estratégia das entidades – privadas e públicas - para enfrentar a fragmentação do território²⁷ em que estão inseridas. A cooperação e a competitividade são elementos fundamentais para a mobilização do conhecimento, que cria uma cultura à inovação e estabelece o pacto entre os agentes para o desenvolvimento de ações conjuntas (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Galvão (1998) destaca que, nos Estados Unidos, por exemplo, tem sido identificada uma enorme variedade de *clusters* integrados em redes, cujos estudos têm-se voltado principalmente para o desenvolvimento de metodologias e técnicas de identificação de aglomerações especializadas para a formulação de estratégias especificamente dirigidas ao estímulo e ao fortalecimento para a formação de aglomerados com interconexão entre setores.

Para Porter (1999):

o aglomerado é uma forma de rede que se desenvolve dentro de uma localidade geográfica, na qual a proximidade das empresas e instituições assegura certas formas de afinidades e aumenta a frequência e o impacto das interações. (...) se encontram em constante mutação e trazem conseqüências significativas para a produtividade e para a direção da inovação (p. 240).

Em outro trabalho de Porter (1989) foi desenvolvido um interessante método chamado de losango da vantagem competitiva²⁸, ou simplesmente diamante²⁹, vem sendo amplamente utilizado nos estudos de desenvolvimento regional como um instrumento de grande utilidade prática, especialmente no estabelecimento de critérios para a identificação de aglomerados com potencial para o desenvolvimento em redes. A idéia central é a de que o bom desempenho econômico de um setor é resultado direto da competitividade das firmas locais e que, num mundo globalizado, as pessoas, as empresas e instituições, necessitam pensar globalmente e agir localmente. Tais procedimentos buscam, como principal implicação, o objetivo primordial de criar, no local ou região, um ambiente favorável ao desenvolvimento para transformar esses espaços em pólos dinâmicos de atração de novos investimentos e de inovação.

Na figura 3.1, a seguir, apresenta-se o esquema de Porter (1989) antes mencionado:

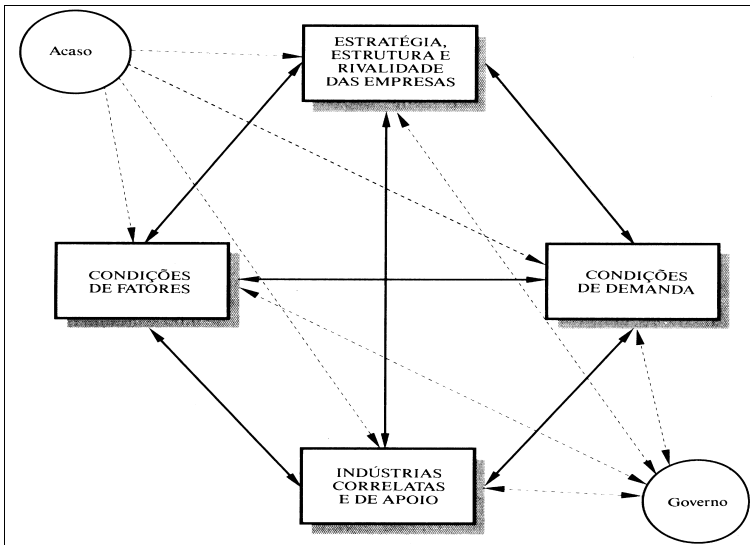


Figura 3.1 - O sistema da vantagem competitiva

Fonte: Porter (1989, p. 146)

Nesse contexto, Castells (1999, p. 54) destaca que “as descobertas tecnológicas ocorrem em agrupamentos, interagindo entre si num processo de retornos cada vez maiores”. Todavia, as condições que determinam esses agrupamentos retratam a lição de que as inovações não ocorrem de forma isolada, mas por meio de redes de fabricantes e usuários capazes de comunicarem-se por meio de experiências. Os efeitos positivos, a longo prazo, das novas tecnologias industriais, no crescimento econômico e na qualidade de vida, são atributos indispensáveis de prosperidade dos espaços regionais.

3.3 Competitividade territorial

Para Santos e Silveira (2001), o processo de reconstrução da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria formação socioespacial. Sobre o assunto em pauta aponta:

a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida em sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização (p. 21).

Sendo assim, as atividades ritmadas pelo imperativo da competitividade e localizadas nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções, assumem a reconstrução das bases materiais geográficas e da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer, oportunizando a divisão e a especialização do trabalho.

Segundo Castells (1999), durante a década de 80, a convergência da desregulamentação global do sistema financeiro e a disponibilidade de novas tecnologias da informação e novas técnicas de gerenciamento transformaram a natureza dos mercados de capitais. “Pela primeira vez na história, surgiu um mercado de capitais global unificado, funcionando em tempo real” (p. 461). Diferente de qualquer

processo histórico financeiro até então, os fluxos financeiros interferem na forma das relações sociais. O capital funciona globalmente como uma unidade em tempo real; e é percebido, investido e acumulado principalmente na esfera de circulação. A partir dessas redes, o capital é investido por todo o globo e em todos os setores de atividade: informação, negócios de mídia, serviços avançados, produção agrícola, saúde, educação, tecnologia e indústria.

Essa revolução, nas bases materiais e políticas do mundo atual, responsável por modificar a circulação de dinheiro e criar novos modos de acumulação, também é entendida por Santos e Silveira (2001) como desreguladora e impositiva de normas mundiais. “O território torna-se produtivo para os capitais financeiros, desencadeando uma profusão de formas de investimento, seguros e créditos” (p. 187).

Portanto, o capital é global ou torna-se global para entrar no processo de acumulação da economia em rede eletrônica. Há, no entanto, uma rede integrada de capital global, cujos movimentos e lógica variável determinam as economias e influenciam as sociedades. Na verdade, é o capitalismo em sua pura expressão da busca constante do dinheiro pelo dinheiro.

Cabe, todavia, lembrar que, graças aos avanços alcançados pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir o oposto. Nessa direção, Santos e Silveira (2001) esclarecem:

a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda a parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais. (p. 195).

Importa destacar que, na união vertical, a lógica predominante é a da exclusiva reprodução do capital na sua mais pura acepção capitalista. A nova forma de circulação do capital global, que se intensificou no mundo todo, na década de 90, é descrita por Castells (1999):

os movimentos do mercado financeiro evidenciam, mais do que em nenhum outro lugar, a “compressão temporal e espacial” da modernidade. Durante a década de 80, a convergência da desregulamentação global do sistema financeiro e a disponibilidade de novas tecnologias da informação e novas técnicas de gerenciamento transformaram a natureza dos mercados de capitais. Pela primeira vez surgiu um mercado de capitais unificado, funcionando em tempo real, com uma grande velocidade nas transações. Este mesmo capital é transportado de um lado para o outro entre as economias em questão de horas, minutos ou segundos (p. 225).

Por outro lado, se aumentada a coesão horizontal, esta se dá a serviço da sociedade civil como um todo. Pensar na construção de novas horizontalidades, a partir da base da sociedade territorial, significa, em sentido amplo, encontrar um caminho que libere os espaços locais e regionais do modelo da globalização excludente.

Contudo, as análises apresentadas por Castells (1999) sobre as questões substantivas envolvidas em uma caracterização abstrata – transações de capital realizadas em frações de segundos, empresas com jornada de trabalho flexível, tempo variável de serviço, indeterminação do ciclo de vida, entre outras -, apresentam o espaço como modelador e mediador do tempo na sociedade, invertendo uma tendência histórica.

A lógica da intemporalidade, que Santos e Silveira (2001) identificam nas condições do “meio-técnico-científico”, nem sempre resultam de uma interdependência entre ações e atores de um determinado lugar. Quanto a essa questão, os autores assim se pronunciam:

este modelo constitui o espaço da racionalidade e da globalização a serviço das grandes empresas privadas, o território conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e um lucro maiores. Em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Ou seja, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado (p. 306).

Finalmente, há que se refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e, de outro, as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção. Por isso, atualmente, renova-se a importância do fator trabalho, condicionado pela configuração técnica do território. A arena da oposição entre o mercado que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território em suas diversas dimensões e escalas (DOWBOR, 1998).

Continua o autor referido reportando-se sobre o assunto e definindo-o de “política da globalização perversa” (p. 98), por discordar da forma de sua aplicação - “via democrática de mercado” (p. 117) - , afirmando que tal modelo reduz as possibilidades de afirmação das maneiras de viver cuja solidariedade é baseada na forma natural, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado.

3.3.1 Especialização setorial e mercado flexível

Em um contexto de crescente pressão da concorrência nos mercados externos e locais, interessa às empresas, aos setores e ao país desenvolver sua capacidade competitiva a partir do estágio de evolução em que se encontram. Para isso, primeiramente, faz-se necessário identificar oportunidades e ameaças enfrentadas distintamente pela indústria.

Nesse sentido, um vasto conjunto de informações e análises foi gerado pelo Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), que contou com a participação de supervisores, renomados empresários, acadêmicos, trabalhadores e técnicos do governo, resultando em uma relevante publicação coordenada por Luciano G. Coutinho e João Carlos Ferraz (1994).

Com base nesse estudo, percebe-se que a proposta básica para os setores com capacidade competitiva é que consolidem e ampliem posições no mercado externo e que dinamizem as vantagens competitivas estáticas que já detêm desenvolvendo produtos e mercados. Nesse caso, a política industrial deve visar a ações concentradas sobre os pontos de fragilidade e com reduzido comprometimento de recursos públicos, jamais esquecendo que a ação do Estado faz-se indispensável para alavancar, reduzir riscos e acelerar processos.

Em relação aos processos de trabalho, o estudo aponta que, nesse setor, se coloca de forma mais crítica a necessidade de modernização das relações trabalhistas, de modo negociado e indutor da distribuição dos ganhos de produtividade. Esse é um dos caminhos para engajar os trabalhadores na busca permanente e criativa da eficiência dos processos e desenvolvimento de produtos.

Da perspectiva da formulação de políticas de competitividade, Ferraz et al. (1997) destacam:

a partir de uma perspectiva dinâmica, o desempenho no mercado e a eficiência produtiva decorrem da capacitação acumulada pelas empresas que, por sua vez, reflete as estratégias competitivas adotadas em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao meio ambiente econômico onde estão inseridas. Desse modo, ao invés de entendida como uma característica intrínseca de um produto ou de um firma, a competitividade surge como uma característica extrínseca, relacionada ao padrão de concorrência vigente em cada mercado. Um padrão de concorrência, por sua vez, corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico (p. 3).

Sabe-se quanto é polêmico traçar conceitos e padrões de competitividade, especialmente quando associados à criação de identidade regional. Entretanto, Ferraz (1997) descreve que a competitividade das empresas depende da sua habilidade de aproximar-se de fornecedores e clientes, da troca de informação tecnológica, dos fluxos de entrega que minimizam estoques e da garantia assegurada da qualidade e estabilidade nos contratos. Esses novos atributos da gestão empresarial das empresas competitivas contemporâneas modificam as suas fronteiras, alterando as normas que regulam sua relação com fornecedores e clientes.

Na área de recursos humanos, a tarefa é a de definir e implementar princípios de organização e operação de processos de trabalho, indutores de comportamentos que, sem prejuízo da produtividade, orientem-se para a melhoria da qualidade dos produtos e dos métodos de fabricação. Como prejuízo à busca por maior eficiência na produção, apresenta-se o fato de que a perda de transparência do sistema de preços, ocasionada por períodos de altas

taxas de inflação, favorece o repasse dos aumentos dos custos aos consumidores e acabam forçando a empresa a dar prioridade às áreas financeira e comercial, em detrimento da da esfera produtiva.

Fazendo um resgate histórico da falta de maior competitividade da indústria brasileira, Ferraz et al. (1997) analisa que a fragilidade do mercado interno, após a conclusão do ciclo de substituição de importações, a deficiente integração com o mercado internacional e, principalmente, a limitada capacitação das empresas nacionais para desenvolver novos processos e produtos, constituía elementos potencialmente desestabilizadores do processo de industrialização brasileiro. Durante toda a década de 80, a economia nacional conviveu com a instabilidade e estagnação que conduziram ao atraso relativo da indústria brasileira.

No início dos anos 90, uma gradual recuperação da economia começa a aparecer, mais especialmente graças à melhoria das condições de financiamento externo. A queda da inflação, conseguida com a reforma monetária de julho de 1994, e a conseqüente reativação do crédito e do consumo interno, levou a um processo de retomada do crescimento. Entretanto, o necessário aumento da importância da política científica e tecnológica como externalidade na acumulação e difusão de capacitação tecnológica empresarial não tem correspondido igualmente ao aumento da prioridade concedida a essa área no Brasil. Ao contrário, nos últimos, anos observou-se uma deterioração parcial da infra-estrutura tecnológica em razão da escassez de recursos públicos e dos baixos níveis de investimentos privados.

Nesse acirrado ambiente de competição, impactado pela abertura econômica, a indústria nacional poucas novidades de oferta tem conseguido apresentar. Contudo, os consumidores locais, antes cativos dos produtos domésticos, tornaram-se mais exigentes em termos da qualidade dos produtos. Diante da situação presente, a sustentação do ciclo expansivo, conjugada ao aumento das importações pós-abertura comercial, em boa parte decorrente da própria natureza do ajuste produtivo recente, colocou a indústria brasileira diante de um duplo desafio: o de expandir a capacidade produtiva em ritmo compatível com a retomada do crescimento do mercado interno e o de ampliar as exportações de modo a equilibrar a balança comercial.

Por força do novo padrão vigente - da substituição das importações -, o crescimento e a posição no mercado das empresas

industriais passaram a depender dos resultados de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, os quais continuaram muito tímidos se comparados com os obtidos em outras economias emergentes (RODRIGUES, 1999). Disso, resulta a habilidade de interagir com clientes e fornecedores, para antecipar necessidades e articular o abastecimento de componentes. Tal estratégia resulta condutas inovativas bem-sucedidas e que constroem fortes barreiras à entrada de novas empresas nos diversos mercados.

Do ponto de vista dos desafios competitivos, a indústria brasileira, assim como a de qualquer país, não é homogênea (BRUM, 1988). Vários segmentos apresentam condições de competitividade, mesmo diante do acirramento da concorrência internacional. São diferenciadas as bases de sustentação da competitividade e os desafios a serem enfrentados nos diversos setores da indústria no país. Na visão de Ferraz et al. (1997), “a base de sustentação da competitividade nas empresas de *commodities* é a ampla disponibilidade de recursos naturais” (p. 334).

Evidências apresentadas por Coutinho e Ferraz (1994), no Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, anteriormente referido, demonstram que ainda são modestas as iniciativas de empresas brasileiras investirem no desenvolvimento de novos produtos e processos, retardando, em conseqüência, o início da transformação nas bases de sustentação de sua competitividade. É preciso ter presente que os investimentos em tecnologia respondem não somente a expectativas positivas de longo prazo, que decorrem naturalmente da consolidação da estabilidade, mas também e principalmente a mudanças no eixo da concorrência no sentido de privilegiar a inovação como fonte de vantagem competitiva.

Nesse cenário, o desafio para as empresas industriais brasileiras é, portanto, consolidar e renovar competências de modo a se capacitar para disputar posições nos mercados. Iniciativas como os processos de regionalização da demanda, o acirramento da concorrência com importados, a internacionalização da estrutura produtiva e patrimonial e a busca de eficiência técnica e capacitação tecnológica, associadas a um novo regime de incentivos e regulação das competências empresariais, constituem os eixos dessa renovação.

3.3.2 As inovações no meio empresarial

Entende-se por Sistema de Inovação e Produção (SIP) local ou regional uma rede de vínculos interindustriais que amplia o processo de troca de bens e serviços para uma relação de troca de ativos intangíveis (conhecimento) e tangíveis (tecnologia - produtos e processos). Considerando o atual padrão de mudança e de concorrência, um Sistema Regional de Inovação e Produção deve criar condições para estimular a capacitação com vistas à inovação e à competitividade a partir de uma aprendizagem por interação (cooperação) por parte dos diferentes agentes que compõem a rede de instituições e organizações (ZAWISLAK, 2002).

O autor mencionado prossegue expondo que a partir do momento em que existe um processo de inovação tecnológica, gerado pela cooperação entre os diferentes integrantes de um sistema de produção, a aprendizagem e a capacitação tecnológica desses agentes tendem a ser coletivas, constituindo-se em um ganho para a rede de empresas e não especificamente para alguns integrantes. A relação cooperativa, por si só, é que passa a reduzir os custos de transação, cuja a concepção permite um amplo, homogêneo e retroalimentado domínio da cadeia de valor (criação, *design*, produção, distribuição, comercialização, pós-venda), baseado no trinômio aprendizado-cooperação-capacitação para a geração de inovação pela rede de empresas, conforme veja-se, na figura 3.2, a representação gráfica do modelo comentado.

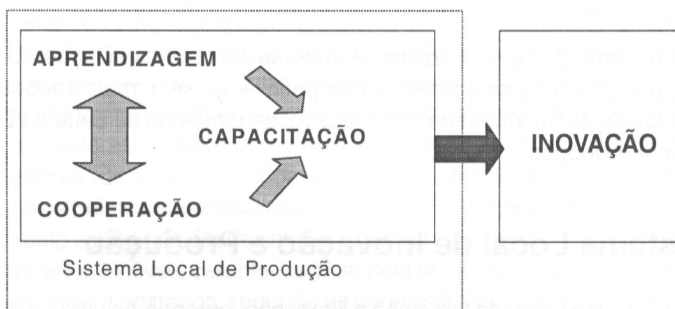


Figura 3.2: Fluxo do Sistema de Inovação e Produção

Fonte: Zawislak (2002, p. 74)

Desse ponto de vista, a inovação é consequência de um processo de interação entre os diferentes agentes (empresários, trabalhadores, instituições) que, a partir da difusão dos conhecimentos e da capacitação produtiva, atingirão, em sinergia com as diferentes instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), um novo padrão de desenvolvimento.

Nesse particular, as vantagens podem-se manifestar por meio de estímulos ao processo de circulação de informação e de transferência de conhecimentos, por meio da construção de canais próprios de comunicação e de fontes específicas de informação entre os agentes locais. Significa que há elementos que facilitam o processo de aprendizado dentro do sistema local, pela intensificação das interações entre os agentes e fomento ao aprendizado (GARCIA, 2005).

É preciso destacar, portanto, o papel das instituições informais, como criadoras de normas de conduta, costumes e tradições. As instituições informais, que emanam do funcionamento próprio da sociedade, são específicas ao âmbito local e denotam a presença de certa identificação sociocultural entre os agentes, o que facilita o processo de circulação de informações dentro do sistema local. Como o processo de geração de vantagens concorrencias é coletivo, as interações que ocorrem entre os agentes assumem papel fundamental, já que permitem, por meio da construção de canais próprios de comunicação, a circulação de informações e a troca de experiências com o objetivo do aprimoramento dos produtos elaborados.

3.4 Turismo e integração de fatores de desenvolvimento

Em sentido amplo, o turismo ocorre por meio de um conjunto de atividades colocadas à disposição de pessoas que viajam a algum lugar, fora de seu entorno habitual, para o lazer, a recreação ou a negócios³⁰. O Plano Nacional do Turismo (Diretrizes e Metas 2003-2007), elaborado no âmbito do Ministério Nacional do Turismo³¹, destaca que esse setor tem a capacidade de intervir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que destinos turísticos, muitas vezes, estão localizados em regiões menos favorecidas economicamente.

Segundo esse documento:

o turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais. Os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento. Todos os estabelecimentos comerciais são beneficiados. Jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, banqueiros, pescadores e outros profissionais, passam a ser agentes do processo de desenvolvimento. O envolvimento abrange toda a comunidade receptiva (p. 4).

Silva (2004) observa que todas as atividades turísticas são ligadas a uma atração natural ou cultural. “Os bens naturais e culturais tornam-se bens diretamente produtivos, participando do processo geral de expansão da economia” (p. 263). Portanto, a atividade turística é caracterizada por um conjunto de ações produtivas que interessam a todos os segmentos econômicos de uma região ou país, configurando-se por possuir uma interdependência organizacional com toda a cadeia de atividades correlatas.

Pelas suas peculiaridades, o turismo sempre reunirá as participações de empresas privadas e de instituições públicas. O desempenho do sistema resultará da performance de todas as organizações, quer sejam privadas, quer sejam públicas. Por sua vez, cada uma das organizações pode ser estudada como um sistema e, por extensão, um conjunto de organizações de um mesmo setor também pode compor um sistema.

Segundo Beni (1998), o turismo figura como um sistema que, conforme definido na estrutura dos sistemas³², permite a identificação de suas características básicas, as quais se tornam seus próprios elementos. Nesse sentido, o autor desenvolveu um modelo estrutural com a finalidade de facilitar estudos multidisciplinares de aspectos particulares do turismo, viabilizando a realização de pesquisas interdisciplinares a partir de várias perspectivas com ponto de referência comum, cujo objetivo é servir de instrumento para a elaboração de planos, projetos e programas para desenvolver o turismo local ou regional. Resulta desse modelo proposto uma série de funções operacionais inerentes à atividade turística que ampliam e consolidam o contexto em que ela se processa, contidas no ambiente natural, cultural, social e econômico, e nas funções de organização.

O modelo referencial denominado SISTUR (Sistema de Turismo) desenvolvido por Beni (1998) conforme figura 3.3, apresenta-se como opção às pesquisas em turismo. Conforme sua própria definição, o estudo desenvolvido tem como objetivo geral:

organizar o plano de estudos da atividade de turismo, levando em consideração a necessidade, há muito tempo demonstrada nas obras teóricas e pesquisas publicadas em diversos países, de fundamentar a hipótese de trabalhos, justificar posturas e princípios científicos, aperfeiçoar e padronizar conceitos e definições, e consolidar condutas de investigação para instrumentar análises e ampliar a pesquisa, com a conseqüente descoberta e desenvolvimento de novas áreas de conhecimento em turismo (p. 44).

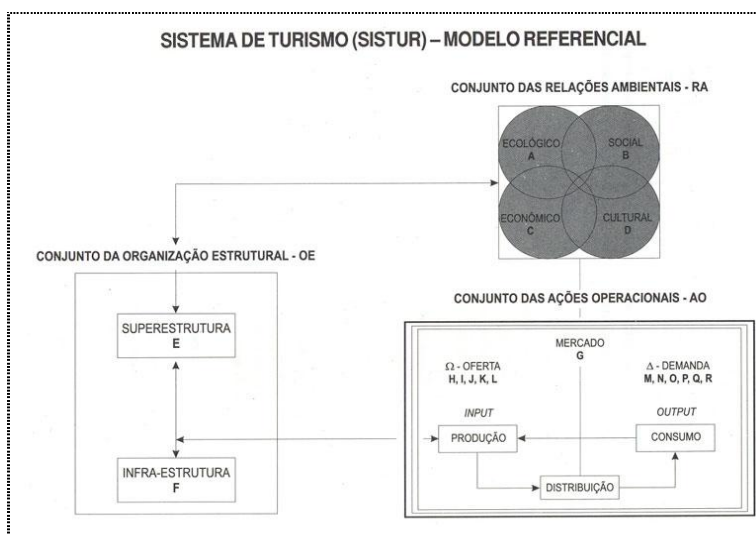


Figura 3.3: Sistema de Turismo (SISTUR)

Fonte: Mario Beni (1998, p. 48).

O modelo apresentado é concebido como um sistema que realiza trocas com o meio que o circunda; é interdependente, mas nunca auto-suficiente. Demonstra também que seu crescimento ocorre em função de uma série de variáveis, em que uma delas é a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais. Sugere a análise e o estudo da

integração dos seguintes conjuntos: a) relações ambientais que envolvam os subsistemas ecológicos, sociais, econômicos e culturais; b) organização estrutural que envolva a superestrutura e a infraestrutura; c) ações operacionais que envolvam, no mercado, a oferta e a demanda relacionadas à produção e ao consumo respectivamente, dependendo ambos do sistema de distribuição. Não se caracteriza por estruturas e funções estáticas, pois mantém um processo contínuo de relações dialéticas com os demais elos. Em princípio, a exploração dos recursos naturais de uso turístico deveria ser constante, visto que constitui um subsistema fundamental e, ao seu entorno, aglomeram-se os demais.

Referindo-se ao atual quadro de mudanças, Beni (1998) avalia escrevendo:

as mudanças de hoje são muito mais profundas e de caráter estrutural. É todo um conjunto de idéias, atitudes, vivências e valores que estão substancialmente se revisando, ao mesmo tempo que se reestruturam seguindo uma nova hierarquia. Estamos envolvidos em uma nova experiência da humanidade. O que realmente está mudando é a maneira de enfrentar os desafios, o tipo de relação que o homem estabelece com as coisas, com seus semelhantes, com as instituições, com seus próprios valores e consigo mesmo (p. 79).

Portanto, o sistema prevê a exploração dos atrativos turísticos de maneira que a cada degradação do recurso natural, pelo uso, corresponda uma força oposta, impulsionada pelo homem, de caráter conservador ou regenerador para garantir a duração do sistema a longo prazo (BARRETO, 1996). A prática, porém, mostra que as forças regeneradoras ou conservadoras, muitas vezes, priorizam os interesses econômicos em detrimento dos ecológicos, esquecendo-se que ambos trazem o prefixo *eco*, e que cuidar só do econômico não implica, necessariamente, proteger o ecológico; no entanto, cuidar deste significa beneficiar aquele a médio e longo prazos (CASTELLI, 1975).

Beni (1998) analisa aspectos do poder econômico fazendo referência a Pinho et al.³³, enfatizando:

as profundas modificações sócioeconômicas, culturais e políticas, que caracterizam o início dos tempos modernos,

criaram condições para o predomínio do sistema capitalista em substituição ao sistema econômico urbano-artesanal. Dentre suas principais características, os autores costumam destacar a propriedade privada dos meios de produção, a livre iniciativa, a maximização do lucro, a competição, a mobilidade dos fatores de produção, o mercado, onde os preços são determinados pelo encontro da oferta e da procura, a competência das unidades domésticas e das empresas nas decisões de consumo, poupança e investimento, a soberania dos consumidores, a separação entre o poder econômico e o poder político (p. 62).

Num ambiente de negócios, desenvolve-se um complexo tecido de relações diretas e indiretas por meio das quais as pessoas dispõem de uma variada gama de bens materiais, capaz de satisfazer suas múltiplas necessidades e desejos. Os indivíduos dividem socialmente seu trabalho e atuam integrados mediante um intercâmbio de produtos e serviços. As atividades produtivas de toda a organização social realizam-se por meio de unidades produtoras que, individualmente, articulam os fatores de produção, tradicionalmente conhecidos como “natureza, capital e trabalho” (BENI, 1998, p. 75), em condições técnicas, para a obtenção de bens e serviços. Nesse ambiente, as unidades produtoras provocam o fenômeno da divisão social do trabalho.

Nesse processo, o planejamento e a organização dos fatores, no interior de tais unidades, bem como a coordenação de atividades são executados por pessoas e grupos privados ou públicos. As combinações desses elementos situam-se dentro de um quadro de possíveis soluções técnicas, cujo fenômeno, no turismo, manifesta-se pela própria natureza da atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores produtivos.

Resultante dessa abrangência de ações, o turismo provoca, indiretamente acentuadas repercussões econômicas em atividades correlatas setorialmente e em mecanismos de crescimentos da demanda interna receptiva. Desse modo, essa alternativa apresenta-se como a atividade estruturante para a obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e no planejamento regional. Esse fenômeno é evidenciado no efeito do aumento da oferta turística (alojamentos,

estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), elevando a demanda de emprego e repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

Entre outros efeitos econômicos, o turismo proporciona a geração de renda para o setor público, representada por tributos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico, bem como impulsiona seu caráter de estimulador do processo de desenvolvimento regional. Associado a esse processo, tem-se o aumento da demanda e da oferta de serviços; porém o limite de cada uma é algo impreciso se não for visto em seu conjunto por meio de uma ótica sistêmica, porque há mais de uma definição de turista e também porque o conceito de serviço turístico pode ser entendido em maior ou menor amplitude. Oferta e demanda confrontam-se em um mercado, cujo mecanismo permite a maior satisfação do consumidor e o menor uso de recursos produtivos, mas cujos resultados, às vezes, não são totalmente satisfatórios se não houver controle e realimentação do sistema, e se não forem conseguidos por meio de medidas estatais de correção.

3.4.1 Vantagens competitivas no turismo

Nos mercados de bens e serviços, em geral, a construção de vantagens competitivas apóia-se especialmente em inovações que possibilitam a redução de custos e a diferenciação como estratégia para conquistar mercado. A interação entre as empresas e as entidades sociais é o fator-chave que possibilita a otimização dos recursos naturais regionalmente disponibilizados. Nessa perspectiva, deve-se considerar o papel importante que assumem as inovações para a competitividade do setor, seja no desenvolvimento de novos produtos turísticos, seja nas formas de gestão que propiciem uma melhor articulação entre os agentes da cadeia de valor.

Quanto à formulação de políticas de competitividade, Coutinho e Ferraz (1994), registram:

as políticas de competitividade necessitam focar na direção da especialização setorial, e não empresarial, garantindo seletivamente a competitividade dessas linhas de produto, e a partir dessa base, alavancar competitividade para produtos afins. As empresas instaladas no país devem atender, com tecnologias atualizadas e, principalmente, adequadas ao

mercado local, parcerias relevantes da demanda interna dos produtos selecionados. Como não se trata de perseguir a auto-suficiência, deve-se manter nula a alíquota do imposto de importação para os demais bens, estimulando a necessária complementaridade entre produção interna e importações (p. 441).

Na busca de um enquadramento estratégico de competitividade para a indústria, as tendências indicam investimentos em novas tecnologias da informação, com base na microeletrônica, para processar e transmitir conhecimentos. É necessário, portanto, adaptar seus negócios às bases da economia flexível, que se difunde sob pressão da concorrência. Os sistemas locais de produção são invocados como uma alternativa de conexão e reciprocidade às transformações fundamentais do processo competitivo. Galvão (1998), ao mencionar o assunto, afirma que esse modelo de organização da produção “situa-se no centro de uma transformação fundamental e benéfica, [aponta] três razões fundamentais: a nova era de redefinição dos mercados, as tecnologias emergentes e as hierarquias industriais” (p. 78).

Nesse ponto, a competitividade das empresas depende da sua habilidade de aproximar-se de fornecedores e clientes, da troca de informação tecnológica, dos fluxos de entrega que minimizam estoques e da garantia assegurada da qualidade e estabilidade nos contratos. Esses novos atributos da gestão empresarial das empresas competitivas modificam as suas fronteiras, alterando, de maneira radical, as normas que regulam sua relação com fornecedores e clientes (FERRAZ, 1997).

Em decorrência desse processo, é preciso ter presente que os investimentos em tecnologia respondem não somente a expectativas positivas de longo prazo, que decorrem naturalmente da consolidação da estabilidade, mas também e principalmente a mudanças no eixo da concorrência no sentido de privilegiar a inovação como fonte de vantagem competitiva. Entende-se que os itens como o processo de regionalização da demanda, o acirramento da concorrência com importados, a internacionalização da estrutura produtiva e patrimonial e a busca de eficiência técnica e capacitação tecnológica, associados a um novo regime de incentivos e regulação das competências empresariais, constituem os eixos dessa renovação.

3.4.2 Turismo e desempenho institucional

Segundo Barbosa e Zamboni (2000), o conjunto de atividades turísticas envolve amplas relações intersetoriais e interempresariais em sintonia com o setor público, e configuram-se por meio de regras identificadas com o ambiente regional em que são processadas.

Objetivando mostrar a importância da organização de fatores produtivos pelo aumento da participação comunitária, Barbosa e Zamboni (2000) apresentam uma representação gráfica (figura 3.4) da metodologia utilizada para caracterizar a estrutura de um *cluster* de turismo na Região de Bonito, no Estado do Mato Grosso do Sul.

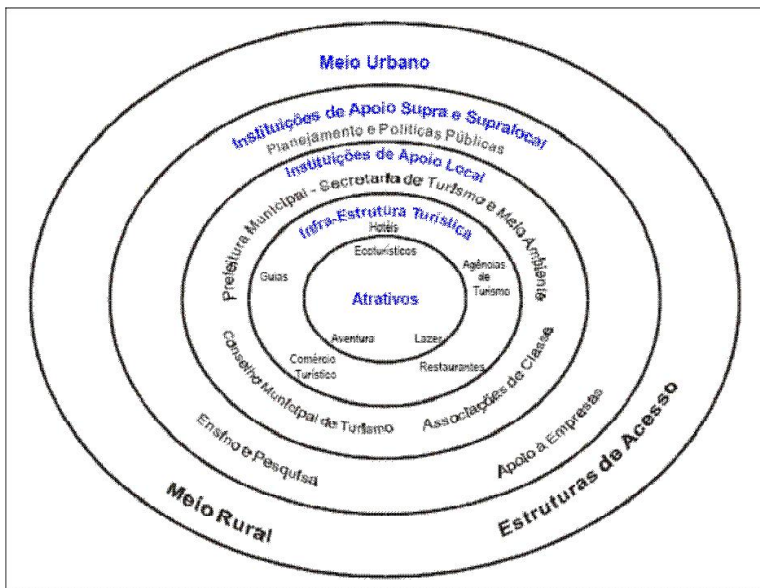


Figura 3.4: Descrição de um *cluster* de turismo em Bonito/MS
Fonte: Barbosa e Zamboni (2000)

De acordo com o autor, a descrição do *cluster*, em forma de diagrama, compreende cinco etapas, a saber: o centro é formado pelos atrativos (naturais e artificiais) da região; o segundo anel abrange a infra-estrutura (hotéis, agências de turismo, guias, bares e restaurantes, meios de transporte e comércio); o terceiro anel agrega os atores sociais ligados direta e permanentemente à atividade turística

(poder público local, os colegiados e associações de classe); o quarto anel é constituído pelos órgãos de apoio com atuação supra local (órgãos públicos federal e estaduais) e o quinto e último anel constitui o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o turismo (meio urbano, meio rural e a estrutura de competência supra local).

Dessa forma, o espaço regional é reflexo das práticas sociais e processos materiais que servem para articular a vida social. Nesse particular, Castells (1999) coloca:

nossa sociedade está constituída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo (p. 436).

O aumento da concorrência e da incerteza dos mercados levou as instituições e as organizações a cooperarem e unirem esforços para reduzirem os riscos e aproveitarem as oportunidades, tornando-se mais competitivas. Nesse contexto, o associativismo, as redes de empresas e organizações com ações integradas constituem as formas mais correntes de colaboração e cooperação. Tal sistema organizacional facilita e agiliza as transações das empresas com agentes públicos e privados, com base em acordos institucionalizados.

Algumas experiências em estudos realizados no setor de turismo³⁴, principalmente em regiões com grande fluxo de visitantes e atrações turísticas, reconhecem que os sistemas organizacionais que melhor conseguem operar as bases da confiança entre as partes também se apresentam como mais prósperas para o desenvolvimento. Em particular, as redes empresarias complementam acordos locais e neutralizam os efeitos perversos da globalização, como também permitem estabelecer relações informais e facilitam a tomada de decisões estratégicas regionalmente.

Porter (1986) define a cadeia de valor como um modelo que descreve as atividades das empresas e instituições relacionando o

suprimento à demanda. É uma ferramenta que possibilita à empresa identificar atividades que criam valor para o cliente. A análise da cadeia de valores é um ótimo instrumento de avaliação de todas as atividades executadas num determinado segmento, pois permite que sejam identificados pontos fortes e oportunidades de melhoria em termos de qualificação de processos ou de diferenciação de produtos.

De acordo com Michel (2001), a experiência internacional, no âmbito da gestão empresarial, indica que a capacitação de empreendedores, para atuar em uma rede, é um processo lento que requer, entre outras coisas, o desenvolvimento de novas competências, além de compatibilizar diferentes culturas empresariais. Para alcançar isso, tanto o futuro cliente como o futuro fornecedor devem comprometer-se mutuamente com o sistema integrado. As instituições de fomento podem facilitar serviços para resolver problemas comuns que se identificam durante o processo. O autor também destaca que, para atingir a transparência e a coordenação necessárias, é importante que as diferentes medidas de fomento (financiamentos, assistência técnica, transferência de tecnologia) estejam integradas em um único e amplo programa.

Salienta-se, que o fator definidor do desempenho competitivo, em um sistema integrado, é a dinâmica das cadeias produtivas, dado que a interação com empresas vinculadas, tanto na aquisição como na comercialização, é uma das principais vias para incorporar competitividade. Para se alcançar-se competitividade em um *cluster*, por exemplo, o fortalecimento de cadeias produtivas promovidas por meio da parceria com agentes verticalizados, é fundamental, resultando em igual ou maior importância que a própria cooperação horizontalizada entre os membros.

Conforme examina Vargas et al. (1998), a natureza das abordagens focalizadas em aglomerados ressalta a importância da aprendizagem interativa como elemento fundamental no processo de criação, difusão e utilização de novos conhecimentos que determinam o desempenho dos sistemas de inovação. Analisando essas questões, o mesmo autor examina:

o processo de inovação deixa de ser encarado como um fenômeno isolado no tempo e no espaço e passa a ser considerado como o resultado de trajetórias que são cumulativas e construídas historicamente, de acordo com as especificidades institucionais e padrões de especialização

econômica inerentes a uma determinada dimensão espacial (país, região ou setor industrial). A adoção de um enfoque sistêmico para o estudo da inovação implica a construção de um esquema analítico que focalize os fluxos de conhecimento e as formas de interação entre os atores que, por sua vez, são articuladores, especialmente a partir de diferentes configurações institucionais e organizacionais (p. 418-419).

Para Castells (1999) “as descobertas tecnológicas ocorrem em agrupamentos, interagindo entre si num processo de retornos cada vez maiores” (p. 54). Todavia as condições que determinam esses agrupamentos retratam a lição de que as inovações não ocorrem de forma isolada, mas por meio de redes de fabricantes e usuários capazes de comunicarem-se pelas experiências. Os efeitos positivos, a longo prazo, das novas tecnologias industriais, no crescimento econômico e na qualidade de vida são atributos indispensáveis de prosperidade dos espaços regionais.

3.4.3 O turismo baseado na teoria dos sistemas

A investigação da estrutura de uma atividade, em qualquer segmento de natureza humana, requer, antes de tudo, a definição de limites no contexto em que ela se processa. Exige, sobretudo, a observação rigorosa e metódica do campo de abrangência, ou seja, dos elementos ordenados e inter-relacionados de forma dinâmica. Resulta, portanto, na configuração da totalidade do campo de estudo e das suas partes componentes e articuladas entre si. Nesse contexto, a teoria de sistemas é um conjunto de elementos que constitui um todo complexo, voltado para determinados fins³⁵.

Conforme descreve Beni (1998), um sistema pode ser definido como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou um conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

A abordagem sistêmica originou-se da necessidade de uma teoria interdisciplinar que proporcionasse princípios gerais e modelos para o estudo das diversas ciências. Tal teoria permitiria uma

aproximação maior entre as diversas áreas, bem como o preenchimento dos espaços vazios entre elas. Assim, essas ciências passaram a levar em consideração o objetivo de seus estudos como sistemas, superando a condição de áreas de conhecimento isoladas umas às outras por causa da intensa especialização flexível. De acordo com Petrocchi (2001), “trata-se de uma teoria totalizante, voltada para a compreensão das partes, embora os objetivos do todo prevaleçam” (p. 26).

Por conseguinte, o pesquisador deve ter uma maneira de pensar sobre o ambiente do sistema que seja mais ampla e mais sutil do que a simples procura de limites. Possivelmente, esse ambiente é formado por objetos e pessoas que são fixadas ou dadas do ponto de vista do sistema. Ruschmann (2001) busca exemplificar examinando se um sistema opera dentro de um orçamento fixo que lhe é dado por algum órgão superior e o orçamento não pode ser alterado por qualquer atividade do sistema, ter-se-ia de dizer, então, que as restrições orçamentárias se encontram no ambiente do sistema. Mas se, por alguma transformação da organização, o sistema puder influir no orçamento, então alguns dos processos orçamentários pertenceriam ao ambiente do sistema.

Um dos mais importantes aspectos do ambiente do sistema é a lista dos requisitos. Na área do turismo, a tarefa de configurar o ambiente do sistema é complexa, considerando a especificidade e amplitude do seu universo de análise e abrangência. No caso de uma indústria, a lista dos requisitos consiste nos pedidos de vendas. Em certo sentido, a empresa pode tomar alguma medida em relação a eles por meio de anúncios, promoção de preços e procedimentos afins. Na medida em que a demanda dos produtos da empresa é, por assim dizer, determinada pelas pessoas individuais situadas fora do sistema, ou seja, seus clientes, a demanda encontra-se situada no ambiente do sistema, porque é um dado e porque sua natureza influencia o funcionamento do sistema.

O produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e de serviços produzidos por uma pluralidade de empresas. Algumas delas operam a transformação da matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços já existentes. Vai-se constatar, então, que a demanda é gerada pelos clientes potenciais que estão dispostos a consumir o produto mediante a propaganda de seus atributos. Portanto, esses consumidores estão fora do sistema; mas na medida em que solicitarem esse produto, inserem-

se no consumo, gerando a demanda que vai influenciar no funcionamento do sistema. No caso do turismo, há uma característica ainda mais marcante: o produto turístico é produzido e consumido no mesmo local e o consumidor é que se desloca para a área de consumo, portanto rigorosamente dentro do sistema. O momento de produção coincide com o de distribuição e, muitas vezes com o de consumo em linguagem sistêmica, ou seja, o *input* e o *output* acontecendo simultaneamente.

Necessita-se, portanto, considerar os recursos do sistema que se acham dentro dele. São os meios que o sistema usa para desempenhar suas tarefas. Tipicamente, quando se analisa a medida dos recursos, isso é feito em termos de capital, de horas-homem e de equipamento. Os recursos, ao contrário do ambiente, são elementos sobre os quais o sistema pode decidir, por exemplo, como está o desempenho institucional das entidades (públicas e privadas) no setor; o financiamento de capital atinge outros setores.

Capra (1998), ao reportar sobre a concepção sistêmica da vida, esclarece que a nova visão da realidade baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência em todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Completa afirmando que “essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições” (p. 259) e sustenta que se está formando uma rede de conceitos e modelos interligados e, ao mesmo tempo, contribuindo com o desenvolvimento de organizações sociais correspondentes. Também esclarece que, qualquer que seja a linguagem comprovadamente adequada para descrever diferentes aspectos da estrutura inter-relacionada e de múltiplos níveis da realidade, as novas instituições sociais terão igual grau de importância umas para com as outras, e todas elas deverão estar, permanentemente, em comunicação e cooperação entre si.

Para Petrocchi (2001), o conjunto das organizações que compõe o sistema de turismo produz uma resultante em termos de geração de valor acrescentado tanto para o cliente como para os que oferecem os serviços. Os múltiplos serviços, as infra-estruturas e as ofertas de lazer agregam, isoladamente, um determinado valor. A visão sistêmica preocupa-se com a soma desses valores e com cada uma das partes, isso porque afetam o resultado do todo. A avaliação do turista será feita sobre o resultado da extensa cadeia de valores que constitui o

sistema de turismo, cuja preocupação deve ser a de conseguir uma avaliação positiva de cada um de seus clientes. Mas esse sistema não está sozinho no mercado, ele concorre com muitos outros. Então, além da necessidade de uma avaliação positiva, o valor gerado precisa competir com gerados pelos sistemas de turismo da concorrência.

Fazendo um resgate histórico, o mesmo autor esclarece que os estudos pioneiros em turismo contribuíram decisivamente para o melhor conhecimento dessa atividade. Às vezes, com enfoque urbanístico, outras sob a ótica da economia, da sociologia, dos aspectos motivacionais do fenômeno turístico entre outros. Mais recentemente surgiram, os estudos sobre o turismo, fundamentados na Teoria de Sistemas, cujas bases conceituais e científicas fornecem o entendimento da estrutura e da dinâmica dessa atividade.

Considerado um dos principais expoentes nesse debate, Beni (1998) ensina que a Teoria do Sistema é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se mediante arranjo de seus componentes. “O elemento é sua unidade básica e o problema de escala é importante quando se quer caracterizá-lo. Em determinado nível de tratamento, as unidades do sistema são indivisíveis e consideradas organismos vivos” (p. 92).

Conforme Capra (1998), a evolução humana progride por meio de uma interação dos mundos interno e externo, dos indivíduos e sociedades, da natureza e da cultura. Todos esses apontamentos são sistemas vivos em interação, apresentando modelos semelhantes de auto-organização. As instituições sociais evoluem no sentido de uma complexidade e diferenciação crescentes à semelhança das estruturas orgânicas.

Analisando essa complexa definição do turismo como um sistema, Beni (1998) apresenta um exemplo, afirmando que o tradicional balanço de uma empresa constitui uma lista de várias espécies de recursos que ela tem à sua disposição, especialmente quando estes podem traduzir-se em capital: edifícios, equipamentos, contas a receber, numerário em caixa e outros. Mas o cientista conclui que a tradicional folha de balanço deixa de fora muitos dos recursos importantes da empresa. Entretanto, o enunciado típico dos rendimentos esconde quase toda informação significativa que deveria ser reunida quando se quisesse aprender com o passado da empresa.³⁶

Em outro exemplo, Petrocchi (2001) salienta que, em firmas industriais, um determinado departamento pode ser rotulado como o de produção, levando a pensar que somente aí ocorre a manufatura dos produtos. Outro departamento poderia ser intitulado *marketing*, levando a concluir que exclusivamente aí encontrar-se-iam as atividades referentes à distribuição e venda dos produtos. No entanto, em muitas empresas, a função de distribuição dos produtos deve ser concebida como parte do componente de produção, simplesmente porque seria de todo impossível dissociar a sua distribuição da maneira como os produtos são feitos. E, talvez, o departamento de produção tenha muito a ver com a maneira pela qual os produtos são vendidos, simplesmente porque a produção, em muitos casos, tem de tratar diretamente com o cliente para satisfazer suas especificações. Se este ficar desapontado, as atividades do departamento podem fazer as vendas decrescerem. Em turismo, o momento de produção pode ocorrer simultaneamente com o de distribuição e, nesse, seria absolutamente impossível determinar como a distribuição dos produtos poderia ocorrer independentemente da maneira como são produzidos.

Da mesma forma, a comunicação dos agentes sociais e do governo necessita ser coordenada. Sobre o assunto, veja-se a análise realizada por Beni (1998):

a operacionalização do sistema é, em sua maior parte, processada pela iniciativa privada, cabendo ao Estado o processo de normatização e controle. Mas o controle não significa apenas examinar se os planos estão sendo executados corretamente, implica também a avaliação deles e, conseqüentemente, a alteração de programas e projetos. Um dos aspectos mais críticos e contraditórios da direção de sistemas é, justamente, o do planejamento para a mudança de planos, porque ninguém pode pretender ter estabelecido os corretos objetivos globais, ou uma definição correta do ambiente, ou uma definição inteiramente precisa dos recursos, ou, ainda, a definição final dos componentes. Portanto, a parte administrativa deve receber informações que lhe mostrem quando seu conceito de sistema é errôneo, incluindo as medidas que objetivem a mudança. [...] Não se analisa ou se mede o sistema, quer no todo, querem suas partes: a mensuração incide sobre as qualidades atribuídas a ele e a seus elementos. Não se mede o turismo, mas o fluxo de pessoas que se deslocam para determinada área receptora, o

grau, a extensão e a participação nas várias atividades de recreação, o número de unidades de alojamento ocupadas ou em oferta, as taxas de ocupação e de ociosidade. Identificam-se: a área de captação do consumidor, os meios de transporte utilizados e a motivação para a viagem, o tempo de permanência na destinação, a frequência da visita, os equipamentos receptivos solicitados, as preferências e necessidades do consumidor e a estrutura de gastos na viagem, da origem ao destino. Todas essas variáveis endógenas do sistema, somadas a outras, exógenas, são utilizadas para explicar e dimensionar o fenômeno do turismo (p. 31-32).

Com base no exposto, procurou-se neste item vincular a atividade turística à Teoria dos Sistemas, a partir da concepção de autores como Beni (1998), Petrocchi (2001), Ruschmann (2001), Capra (1998). Essa possibilidade deve ser considerada à luz de um sistema aberto e flexível em todas as etapas de operacionalização das atividades, relacionadas ao turismo, inclusive com setores e segmentos correlatos. A idéia central, segundo o modelo adotado como exemplo nesse estudo – SISTUR -, é de que os componentes do sistema são dados pelos subsistemas ecológico, econômico, social e cultural.

4 APRESENTAÇÃO E RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O presente capítulo trata da apresentação e análise dos dados levantados nos questionários e entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Examinam-se comparativamente os resultados de desempenho em entidades e instituições regionais, por meio da investigação em duas variáveis selecionadas – dotação de capital social e fatores de competitividade –, objetivando-se avaliar a relação desses desempenhos com as diferentes dinâmicas de desenvolvimento das regiões estudadas. Inicialmente, estão descritos os aspectos operacionais e metodológicos utilizados. Em seguida, são apresentados os gráficos com os resultados individualizados em cada assunto e correspondente análise e interpretação.

4.1 Aspectos operacionais e metodológicos

Os procedimentos operacionais e metodológicos adotados no trabalho, envolvendo as duas regiões em estudo³⁷, desenvolveram-se entre novembro de 2004 e setembro de 2005. Inicialmente, transcorreu a fase exploratória, contemplando os primeiros contatos com o contexto da investigação, como visitação e coleta de material de pontos turísticos, tratativas iniciais com dirigentes de entidades para a realização das entrevistas e questionários, bem como o levantamento de informações que permitiram construir um cenário da realidade regional e elencar os desafios a serem superados.

Durante esses primeiros contatos, verificou-se que nas duas regiões estavam sendo executados projetos estruturantes regionais, com prioridade no setor de turismo e tinham, em comum, a mobilização de entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade voltada ao desenvolvimento regional.

Tais projetos também apresentavam similaridades por serem coordenados pelos escritórios regionais do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RS (Sebrae/RS), com atuação integrada entre

empresas, organizações públicas e privadas e associações civis, para a organização dos Arranjos Produtivos Locais (APL) no turismo e nas atividades relacionadas.

Na Região das Hortênsias, o projeto é denominado Projeto Hortênsias, no qual estão cadastradas cerca de trezentas empresas estabelecidas nos municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula. O Comitê Gestor do projeto é composto pelas seguintes entidades: Sebrae (coordenação - escritório regional); Sindicato Patronal de Hotéis, restaurantes, bares e similares da Região das Hortênsias; Agência de Desenvolvimento Regional - Visão (Convention & Visitors Bureau); Fundo de Turismo de Canela; Associações Comerciais e Industriais de Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula; Câmara de Dirigentes Lojistas de Gramado; Câmara de Indústria e Comércio, Serviços, Agricultura e Turismo de Gramado; Corede Hortênsias; Câmara de Indústria e Comércio da Região das Hortênsias; Comando Regional das Hortênsias e prefeituras dos quatro municípios – Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula.

Na Região das Missões, o projeto recebe a denominação de Projeto Rota Missões com abrangência em 25 municípios³⁸, e conta com o apoio institucional da Fundação dos Municípios das Missões (FUNMISSÕES). São participantes do projeto as seguintes entidades: Associação dos Municípios das Missões (AMM), Corede Missões, Associação Comercial e Industrial dos Municípios, prefeituras, Universidade Regional Integrada/Campus de Santo Ângelo, sindicatos, associações e cooperativas.

Esse engajamento, reunindo os principais atores regionais³⁹ unidos e orientados por um plano de ação inserido no âmbito de cada projeto regional – Projeto Hortênsias e Projeto Rota Missões –, consolidou-se como o principal movimento de integração e articulação setorial em prol do desenvolvimento regional. Por essa razão, e de acordo com os propósitos estabelecidos no projeto que originou esta tese, a presente pesquisa identificou as entidades/instituições mais influentes⁴⁰ nesse processo e coletou os dados por meio de questionários e entrevistas desenvolvidos com os dirigentes responsáveis.

A escolha das entidades para a pesquisa de campo se fundamentou em critérios quanto ao grau de relevância dos atores escolhidos, dada a importância e familiaridade que esses agentes têm

com o tema investigado e quanto à natureza e abrangência regional de suas atividades. Para Siegel (1975), o nível de significância das entrevistas aplicadas às ciências sociais devem corresponder à implicação prática dos resultados, enquanto Barbeto (2002) afirma que “o valor particular originado de uma prova estatística é que determina a escolha do tamanho da amostra (p.8)”.

Em cada Região – Hortênsias e Missões – foram selecionadas, para participar da pesquisa, as entidades com a mesma natureza de atividades que desempenham suas funções no âmbito da Região na qual estão inseridas. A seguir, estão identificadas as entidades participantes da coleta de dados e entrevistas em cada região.

Quadro 4.1 – Relação das entidades participantes por região⁴¹

Região das Hortênsias	Região das Missões
1. Corede Hortênsias	1. Corede Missões
2. Sebrae (núcleo regional)	2. Sebrae (núcleo regional)
3. Associação dos Municípios das Hortênsias	3. Associação dos Municípios das Missões
4. Associação civil (não-pública): Agência de Desenvolvimento Regional - Visão	4. Associação civil (não-pública): Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento – Consad
5. Secretaria Municipal de Turismo (município de Canela/RS)	5. Secretaria Municipal de Turismo (município de Santo Ângelo/RS)
6. Secretaria Municipal de Turismo (município de Gramado/RS)	6. Secretaria Municipal de Turismo (município de São Miguel das Missões/RS)
7. Secretaria Municipal de Turismo (município de Nova Petrópolis/RS)	(cont. quadro 4.1) 7. Secretaria Municipal de Turismo (município de São Luiz Gonzaga/RS)
8. Associação Comercial e Industrial de Canela/RS	8. Associação Comercial e Industrial de Santo Ângelo/RS
9. Associação Comercial e Industrial de Gramado/RS	9. Associação Comercial e Industrial de São Miguel das Missões/RS

Região das Hortênsias	Região das Missões
10. Associação Comercial e Industrial de Nova Petrópolis/RS	10. Associação Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga/RS
11. Universidade Comunitária: Universidade de Caxias do Sul (UCS – Campus de Canela/RS)	11. Universidade comunitária: Universidade Regional Integra (URI – Campus de Santo Ângelo/RS)
12. Sindicato Patronal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares	12. Sindicato Patronal de Dirigentes Lojistas

Fonte: (dados utilizados na pesquisa de campo)

Conforme especificado no quadro 4.1, foram entrevistados, pessoalmente, os gestores de 12 (doze) entidades de cada região. Aos entrevistados, foi solicitado que, em cada pergunta do questionário, avaliassem o desempenho da entidade que dirigem e também das demais relacionadas, mediante atribuição de valores: 4, 3, 2, 1 e 0 (escala Likert)⁴², conforme critérios a seguir detalhados:

- desempenho superior (4)
- desempenho acima da média (3)
- desempenho médio/média (2)
- desempenho abaixo da média (1)
- inexistente (0)

O questionário⁴³ foi estruturado com dez perguntas, de forma que cada participante se submeteu à atribuição de valores em oito grupos de entidades em cada pergunta, totalizando um conjunto de 80 respostas por questionário. As cinco perguntas iniciais (1-5) destinaram-se à avaliação do desempenho das entidades em relação ao estímulo e criação de fatores para aumentar o capital social na região. Em cada pergunta, buscou-se investigar um assunto específico, vinculado ao tema capital social, tendo como parâmetro a fundamentação teórica desenvolvida nessa tese.

Seguindo a mesma lógica, as questões 6 à 10 adotaram como parâmetro de investigação o apoio à criação e desenvolvimento de fatores condicionantes para a introdução de vantagens competitivas no campo setorial do turismo, em consonância com o embasamento

teórico abordado no tema relacionado com a competitividade.

Quanto ao método de pesquisa, trata-se de um estudo comparado inerente ao processo de construção nas ciências sociais, que examina os fatos a partir das informações levantadas em entidades públicas e privadas que, neste estudo, restringiu-se a duas regiões turísticas. Nessa linha, Schneider & Schmitt (1998) destacam que, no estudo comparado, pode-se descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, bem como há a possibilidade de construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, esclarecendo as determinações generalizadas que regem os fenômenos sociais.

Segundo Yin (2001), o método comparado tem sido empregado nas mais diversas formas no campo social⁴⁴ e examina escrevendo que:

os projetos de casos múltiplos (comparativos) possuem vantagens e desvantagens distintas em comparação aos projetos de caso único. As provas resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto. (...) uma percepção importante que se deve ter é considerar casos múltiplos como se consideraria experimentos múltiplos – isto é, seguir a lógica de replicação. (...) A lógica subjacente ao uso de estudos de casos múltiplos deve ser cuidadosamente selecionada, de forma a: 1) prever resultados semelhantes; ou 2) produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis - replicação teórica (p. 68-69).

No sentido de contribuir com a organização dos trabalhos do pesquisador, o mesmo autor apresenta um método de estudos de casos múltiplos por meio de um fluxograma de atividades com etapas previamente programadas, conforme explicitado na figura 4.1, o qual serviu de subsídio para orientar a seqüência dos trabalhos desenvolvidos nesta pesquisa.

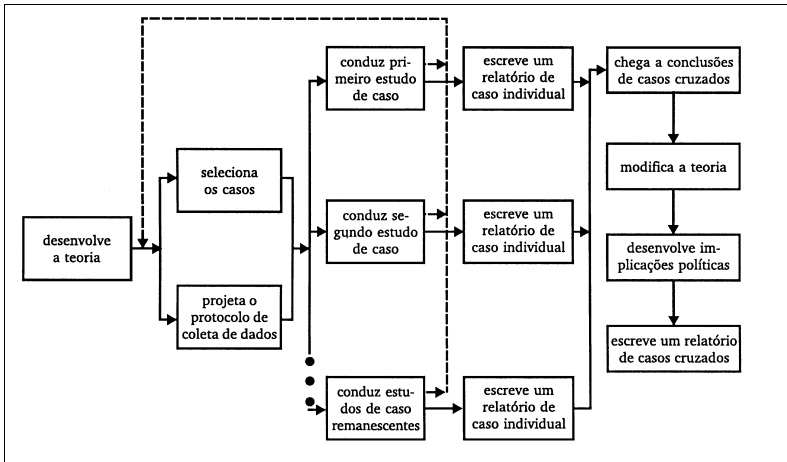


Figura 4.1 - Fluxograma da pesquisa

Fonte (YIN, 2001 p. 73)

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, este estudo se caracteriza, em sua essência, como uma pesquisa social e, como tal, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos (MINAYO, 1995). Assim, busca-se analisar a percepção dos agentes sociais sobre as variáveis articuladas com o capital social e fatores da competitividade, que compreendem uma relação intrínseca de complementaridades entre o mundo natural e o social.

4.2 – Capital Social

Nos itens 4.2.1 a 4.2.5 são analisadas as respostas do questionário, referentes ao tema capital social, por meio dos seguintes assuntos: a) entidades associativas; b) confiança e solidariedade; c) freqüência de participação; d) informação e comunicação; e) capacitação de agentes. Tais pontos abordados dialogam com um conjunto de “características da organização social”, baseados nos estudos de Putnam (2002, p. 177), enfatizando os efeitos originados nos trabalhos desenvolvidos entre atores capazes de potencializar o conjunto do ambiente em que atuam. Esses assuntos estão também associados a uma lógica de ações cooperativadas para aumentar a eficiência da sociedade regional, facilitando a execução de ações coordenadas.

4.2.1 – Associativismo

São analisados neste item os indicadores do gráfico 4.1, que objetivam avaliar, em cada região, a influência das entidades pesquisadas quanto à importância das atividades comunitariamente organizadas como estratégia para incrementar o capital social e sua influência no desenvolvimento regional. Esse conjunto de indicadores relacionados ao associativismo, como medida de capital social, leva em conta o grau estrutural estabelecido em cada realidade regional, produzindo reflexo em iniciativas como a cooperação e participação em ações coletivas.

Inicialmente, destaca-se a relevância que as associações civis representam para os estudos de capital social. A propósito, Bandeira (2000, p. 58) aponta que “a participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas locais também é funcional para a consolidação de uma identidade regional (...), assim como o capital social”. Na mesma direção, Putnam (2002) sustenta que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo, pois incutem em seus membros práticas de cooperação, solidariedade e espírito público.

Sobre o mesmo assunto Demo (2001) sustenta que:

os interesses sociais admitem muitas graduações. Podem manifestar-se em defesa das mais diversas categorias sociais, como grupo de jovens, de mães, de idosos, de deficientes, etc., ou como associações de trabalhadores (em geral, ou por categoria interna: da construção civil, lavradores, empregadas domésticas, etc.), de profissionais liberais (associação de professores, de engenheiros, de médicos, de técnicos, etc.), de empresários (da indústria, do comércio, etc.), e assim por diante. Ao lado das categorias sociais temos ainda as divisões regionais ou espaciais, que aparecem em organizações da comunidade, da vizinhança, de um município, de uma região, etc., sempre no sentido de se organizar na consciência da defesa de interesses. Dizemos sociedade civil em contraposição dialética à organização do Estado. (...) Na prática, o Estado tende a tornar-se muito mais representante da parte dominante da sociedade, do que da parte dominada (p. 28 – 29).

Dadas as considerações, buscou-se conhecer nas entidades pesquisadas qual o tratamento por elas dispensado no apoio à formação e desenvolvimento de novas estruturas associativas, bem como na articulação para o aumento da participação das associações formais e informais⁴⁵ já existentes.

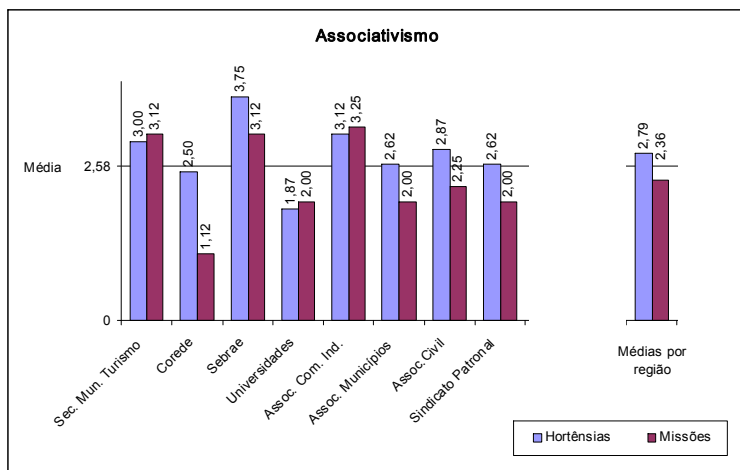


Gráfico 4.1

Fonte: dados da pesquisa (2005)

De acordo com os resultados do gráfico 4.1, o Sebrae (escritórios regionais), as secretarias municipais de turismo e associações comerciais e industriais foram as entidades que receberam melhor avaliação nas duas regiões de estudo, conforme exame feito pela pontuação acima da média (2,58) em cada uma das entidades referidas. Por outro lado, os coredes e as universidades comunitárias consultadas obtiveram os menores indicadores em ambas as regiões, com pontuação individual inferior à média geral por entidades (2,58).

As possíveis causas desse fraco desempenho apresentado pelos coredes e universidades estão associadas, segundo os entrevistados, à restrita participação de representantes dessas entidades/instituições nas discussões regionais para tratar de estratégias vinculadas ao associativismo e cooperativismo. As constatações apontadas, neste trabalho, constituem-se em desafios a serem superados e necessitam de um maior aprofundamento, tendo em vista o papel institucional que exercem as fontes consultadas.

Quanto ao desempenho atribuído ao Sebrae, as maiores evidências estão relacionadas com a natureza dos trabalhos desenvolvidos nos projetos regionais anteriormente mencionados (Projeto Hortênsias e Projeto Rota Missões). Segundo os entrevistados (os mesmos que responderam os questionários), durante a organização e implantação destes projetos, foram criados mecanismos para a ampliação de negócios entre os diversos segmentos econômicos da região, especialmente com agroindústrias familiares e pequenas empresas de artesanato. Também fizeram parte dessa etapa de implantação os encaminhamentos para que as pequenas empresas fizessem parcerias, efetivando um conjunto de ações compartilhadas como por exemplo, a criação de uma marca regional para a divulgação e comercialização de seus produtos.

Na Região das Missões, quando solicitados para comentar sobre ações integradas de apoio à criação de novos arranjos de associativismo, as principais referências foram feitas para os trabalhos de estímulo à constituição de pequenas cooperativas entre clubes de mães, fabricantes de artesanato e pequenos produtores de gêneros alimentícios, formais e não formais. Percebeu-se, portanto, que esses arranjos têm um papel central de articulação e atuam como facilitadores para a introdução de benefícios para o conjunto dos pequenos negócios.

Também foi mencionado o apoio do poder público aos pequenos agricultores fabricantes de produtos derivados do mel, cana-de-açúcar e frutas que comercializam sua produção principalmente com turistas. Foram criadas novas entidades associativas⁴⁶ com o propósito comum de organizar a cadeia da produção e comercialização dos produtos elaborados pelas famílias rurais associadas, bem como de intermediar negócios com as demais entidades que se relacionam com o setor de turismo.

Na Região das Hortênsias, foi citada a formação de pequenos grupos de fabricantes de artigos do vestuário⁴⁷ para receber capacitação empresarial em gestão de negócios. A organização e custeio dos gastos são assumidos pelas secretarias municipais de indústria e comércio, Sebrae e Associação Comercial, que, após a conclusão da etapa de cursos, encaminham os participantes para operar negócios em redes integradas com outros segmentos.

Esse tipo de incentivo vinculando o poder público com grupos para desenvolver as atividades de capacitação auxilia, em parte, no entendimento da boa avaliação atribuída às secretarias municipais de turismo (Hortênsias 3,00 e Missões 3,12). Com relação às associações comerciais e industriais (Hortênsias 3,12 e Missões 3,25), o grau de envolvimento é mais direcionado para o segmento empresarial que, na maioria dos casos, fornece apoio de infra-estrutura e auxílio para a realização e participação em feiras de negócios. Segundo Putnam (2002), essa diversidade de formas de apoio cria as condições para o desenvolvimento de um ambiente favorável à integração e, conseqüentemente, à formação de novas bases de associativismo.

Os dados comparados regionalmente indicam melhor performance na Região das Hortênsias. Essa constatação se encontra respaldada nos valores de pontuação média apresentados por região, ou seja, com valor médio de 2,79 na Região das Hortênsias e 2,36 na Região das Missões. Tais valores médios, quando submetidos à comparação com a média geral (2,58), mostram que a Região das Hortênsias se posiciona acima do eixo médio.

No sentido de contribuir com a avaliação do tema em questão, à luz das constatações apresentadas, destaca-se uma importante pesquisa realizada no âmbito Fórum Democrático de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, resultante de uma parceria entre a Assembléia Legislativa, o Fórum dos Coredes, da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul – Famurs – e a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul – Uvergs –, sobre o tema Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social presentes nas regiões dos Coredes/RS⁴⁸. Nesse trabalho, o território do Estado do Rio Grande do Sul foi subdividido em quatro Macrorregiões⁴⁹. A Região das Hortênsias, inserida na Região Nordeste 2, foi caracterizada por uma densa rede de associações, e, por extensão, ficou apontada na pesquisa como a região com melhores índices de associativismo. Parte da conclusão apresentada neste trabalho ficou com a seguinte redação:

nas regiões Norte e Nordeste 2 pode-se observar percentuais elevados de participação em associações voluntárias, associados a altos níveis de participação em atividades políticas e de sociabilidade informal. (...) A semelhança de padrões provavelmente está associada ao fato de que essas duas áreas

têm seu perfil fortemente marcado por raízes culturais que remontam à imigração e à colonização européia, bem como pela presença expressiva – e mesmo pelo predomínio, em algumas zonas – da pequena propriedade e da agropecuária familiar (BANDEIRA, 2003, p. 28).

Em vista das conclusões apresentadas, podem-se destacar essas similaridades como fortes indicativos quanto ao desenvolvimento de um campo mais propício às atividades associativas, e reforçar a justificativa de melhores resultados atribuídos às entidades apresentadas no gráfico 4.1.

4.2.2 – Confiança e solidariedade

Nos estudos de capital social, os termos confiança e solidariedade têm sido objeto de intensa investigação por uma significativa parcela de pesquisadores e adquirido notoriedade nas ciências sociais, tanto na literatura teórica quanto na pesquisa empírica. Putnam (1998) referencia esses termos associando-os à natureza e à extensão do envolvimento de indivíduos e organizações cívicas formais e informais como meios para caracterizar as diversas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem.

Com o propósito de investigar a densidade desses atributos e a influência no capital social das regiões estudadas, indagou-se aos dirigentes de entidades sobre a confiança e a solidariedade percebidas entre as demais fontes consultadas, bem como sobre as práticas de cooperação por elas demonstradas, em face da necessidade de executar trabalhos conjuntos para resolver problemas comuns.

Conforme os dados apresentados no gráfico 4.2, observa-se um equilíbrio entre as médias por região, com indicadores de 2,76 para a Região das Hortênsias e 2,75 para a Região das Missões.

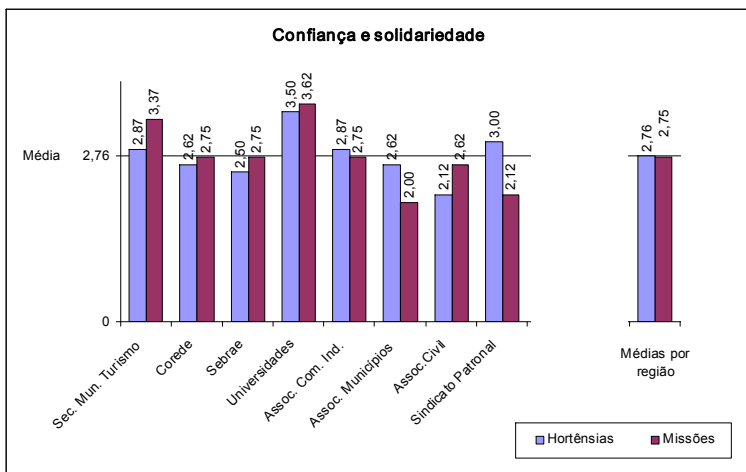


Gráfico 4.2

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Embora com pequena variação quanto ao grau de participação por entidade, ressalta-se o aspecto positivo de que nenhum elemento da rede de atores consultados se encontra numa posição de isolamento ou de omissão em termos de cooperação. Essas constatações assumem relevância quando utilizadas como diagnóstico para auxiliar no direcionamento de ações previstas no plano de desenvolvimento regional. Uma maior propensão em cooperar, identificada em certos atores, poderá servir, por exemplo, de instrumento facilitador para o direcionamento de funções na execução de programas e projetos regionais, tendo em vista a adequação do perfil dessas entidades, demonstrado pelo grau de aceitação percebido nos demais segmentos da sociedade.

Quanto ao desempenho comparado entre as entidades, verificou-se que nas duas regiões o destaque de avaliação positiva coube às universidades comunitárias. Esse retrospecto também pôde ser confirmado durante as entrevistas que, em geral, destacaram as universidades comunitárias como instâncias de confiabilidade para o estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil e o poder público.

Nesse sentido, é relevante mencionar a natureza dos trabalhos

de extensão das universidades comunitárias participantes nessa pesquisa – Universidade de Caxias do Sul (UCS – Campus de Canela) e Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Santo Ângelo). Segundo os entrevistados, estas instituições oportunizam o desenvolvimento de um grande número de atividades, tanto no setor público quanto no setor privado, firmadas por meio de convênios para executar ações de caráter comunitário, ampliando as possibilidades para a criação e desenvolvimento de um ambiente de confiança e cooperação, justificando a melhor avaliação atribuída a essas entidades.

Registra-se, também, que as universidades citadas disponibilizam espaço físico e apoio técnico para auxiliar o Corede em cada uma das regiões deste estudo. Segundo os entrevistados, esta proximidade e apoio destinados aos Coredes se apresentam como um aspecto relevante que contribuiu para dar às universidades participantes essa performance de melhor avaliação no quesito em discussão.

Fazendo menção à importância das universidades no processo consolidação dos Coredes, Bandeira (2000) assim se reporta:

em muitas regiões, os Coredes já conseguem ocupar um espaço importante na articulação regional, estando próximos de alcançar uma consolidação definitiva. (...) A solidez de alguns dos Conselhos mais dinâmicos está associada ao fato de receberem apoio das Universidades locais, cuja liderança é capaz de assegurar credibilidade para o seu trabalho. Essas Universidades encaram o engajamento nas atividades dos Coredes como instrumento de integração com a comunidade da região em que atuam. Em junho de 1997, treze dos 22 Conselhos eram presididos por Reitores, Pró-Reitores ou Diretores de unidades de ensino superior. (...) Em geral, nessas regiões em que recebem apoio institucional das Universidades, os Coredes ocupam um espaço bem mais significativo na articulação da sociedade regional, conseguindo mobilizar lideranças importantes para a discussão das ações relacionadas com o desenvolvimento. Nas regiões onde não existem Universidades, ou onde seu engajamento é pequeno, o trabalho dos Conselhos enfrenta maiores dificuldades (p. 85-86).

Outro aspecto diagnosticado se refere aos principais fatores que dificultam o aumento da confiança e solidariedade entre os atores

regionais, sobre o qual os dirigentes de entidades responderam com informações diversificadas. Na Região das Missões, a principal causa apontada fez referência às dificuldades de superar as divergências eleitorais entre partidos políticos, as quais provocam reflexos no comportamento de dirigentes e, por extensão, interferem na cooperação entre as entidades. Diversamente, na região das Hortênsias, o principal fator apontado como limitante ao aumento da confiança e solidariedade entre os atores regionais está vinculado com a competição intermunicipal. As disputas para a atração de turistas que visitam a região, especialmente quando o *marketing* ocorre isoladamente no âmbito municipal, acabam por acirrar divergências e comprometem a cooperação e a reciprocidade.

4.2.3 – Participação e freqüência em reuniões comunitárias

A efetiva participação dos diferentes segmentos da sociedade, na formulação e implementação de ações coletivas, são atributos de uma comunidade próspera e apta para desenvolver-se. Essas qualidades também contribuem significativamente para consolidar a identidade regional que, segundo Bandeira (2000, p.58), é entendida como “o sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente localizada”. A existência dessa identidade fortalece a coesão da comunidade, tornando mais fácil alcançar objetivos comuns e promover a competitividade da região.

Esse espírito de efetiva participação e, conseqüentemente, de fortalecimento do capital social decorre da capacidade de articulação dos atores sociais e do nível de integração entre a sociedade civil e as instâncias administrativas, tanto públicas quanto privadas. Assim, uma maior participação desses agentes sociais, nas reuniões e encontros de trabalhos, leva ao aperfeiçoamento das decisões em planejamento regional e estabelece a legitimação necessária para a condução de processos de desenvolvimento (BECKER, 2002).

Com base nessas considerações, examinou-se a freqüência de participação das entidades, por meio de seus representantes, em reuniões e encontros de trabalhos. Portanto, buscou-se retratar a constância de participação associada a um conjunto de características socioculturais que aumentam a predisposição dos atores sociais para

a colaboração e empreendimento de ações coletivas. Os dados levantados estão, a seguir, organizados no gráfico 4.3.

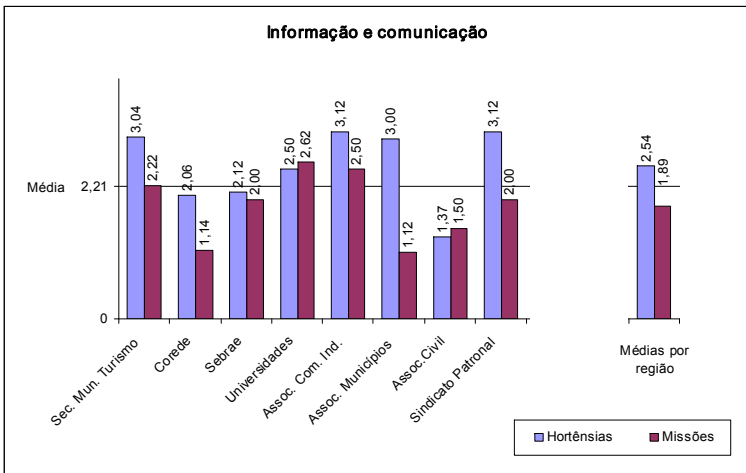


Gráfico 4.3

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Os dados do gráfico 4.3 indicam melhor posição de desempenho à Associação de Municípios da Região das Hortênsias, com avaliação igual a 3,25. A mesma entidade na Região das Missões também obteve avaliação acima da média (2,71), com pontuação igual a 3,00. Sobre essa avaliação pode-se constatar que os entrevistados destacaram a regularidade das reuniões ordinárias mensais realizadas pela associação como as razões para justificar a melhor avaliação.

Entretanto, também se constatou durante as entrevistas indagações quanto à falta de participação de representantes da sociedade civil nesse mesmo espaço de discussão. Portanto, há que se considerar que o simples fato da regularidade das reuniões não caracteriza razão suficiente para atribuir maior ou menor grau de participação, tendo em vista a exclusividade de presenças de representantes municipais do setor público.

A falta de representantes da sociedade não vinculados ao poder público, nas reuniões mensais promovidas pelas Associações de Municípios, resulta no grau de dificuldade que esses segmentos têm

para a inclusão de suas propostas. Conseqüentemente, as decisões polarizadas na esfera pública não produzem os efeitos almejados no momento da execução de programas e projetos, especialmente em razão da falta de participação no momento das proposições. Tais constatações também são demonstradas pela baixa avaliação percebida nas associações civis.

A análise em relação à média (2,71) mostra que os coredes, as universidades e associações civis fazem parte do conjunto de entidades com avaliação abaixo do ponto de equilíbrio para o assunto investigado. Nesse particular, essas constatações se limitam ao registro dos resultados ora apresentados e figuram como indicativos a um aprofundamento maior do tema em questão.

No comparativo individual por entidade, tem-se que o Sindicato Patronal da Região das Hortênsias apresenta uma avaliação igual a 3,12 – acima da média. Já essa mesma entidade com atuação na Região das Missões mostra uma avaliação abaixo da média, com valor igual a 2,12.

Na opinião dos entrevistados, a periodicidade estabelecida para as reuniões quinzenais do comitê gestor do Sindicato Patronal da Região das Hortênsias foi apontada como a principal razão para explicar o melhor desempenho.

Com relação à média por região, observa-se a avaliação igual a 2,73 para a Região das Hortênsias e 2,69 para a Região das Missões. Com base nesses indicadores, pode-se atribuir uma propensão de maior freqüência de participação em reuniões comunitárias ao conjunto das entidades da Região das Hortênsias.

4.2.4 – Informação e comunicação

Entende-se por sistema de informação e comunicação o funcionamento articulado em diferentes níveis (estratégico, tático e operacional) do conjunto de instrumentos que permitem aos agentes locais desenvolver o espírito da cooperação e responsabilidade, nas comunidades locais/regionais, a fim de incrementar o capital social por meio de relações horizontais e no aperfeiçoamento das instituições.

Segundo Martinelli e Joyal (2004), a idéia de capital social fica fortalecida quando consegue a incorporação das organizações formais e informais, como parte determinante das interações sociais, dando ênfase ao aprendizado coletivo dos agentes. Os mesmos autores sustentam que o capital social é visto como a posse de uma rede de relações mais ou menos duráveis que podem ser mobilizadas com direção a determinados fins.

Ao traçar um paralelo com o turismo, Beni (1998) ensina que as constantes trocas de idéias, atitudes, vivências e valores que se estabelecem entre os visitantes e agentes locais operadores do turismo estimulam o desenvolvimento de novos hábitos e costumes e, conseqüentemente, aumentam a sinergia e a reciprocidade entre as pessoas e grupos sociais do local receptor de turistas.

Nesse sentido, a promoção de eventos desempenha um papel importante de interação entre os diversos segmentos da sociedade regional com o público participante. Além das vantagens econômicas, esses intercâmbios assumem uma importante função estratégica de facilitação para incrementar o capital social nas comunidades locais. Esse processo se dá na medida em que integra e gera saberes, idéias e valores que passam a fazer parte de uma espécie de missão a serviço da cultura.

Beni (1998, p.74) reporta-se ao assunto definindo “mobilidade humana” como forma de “ampliar os horizontes culturais do indivíduo e injetar novo dinamismo à sociedade”. O mesmo autor afirma que:

a mobilidade, finalmente, põe em contato muitas pessoas, amplia e enriquece as maneiras de pensar e de atuar, expandindo o acervo cultural. (...) O Turismo é um fator socioeconômico importantíssimo que intensifica e aperfeiçoa a mobilidade humana (p. 75).

Portanto, tem-se que o apoio às iniciativas de disseminação da informação e comunicação estimula a cooperação e a reciprocidade, que se transformam em ativos de capital social disponíveis ao conjunto dos habitantes na promoção do desenvolvimento regional.

Com base nas considerações citadas buscou-se saber das entidades qual a importância atribuída e como colaboram na promoção

de eventos, visando a uma estratégia de interação e troca de experiências entre pessoas e estruturas sociais.

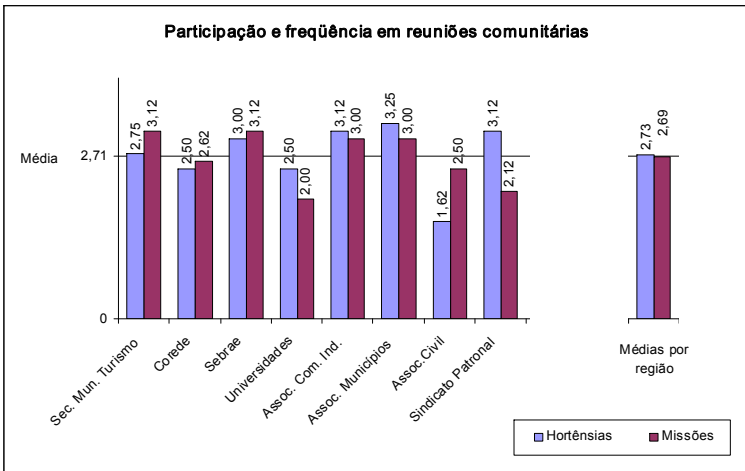


Gráfico 4.4

Fonte: dados da pesquisa (2005)

De acordo com os dados apresentados no gráfico 4.4, a média por região apresenta indicadores de resultados médios equivalentes a 2,54 para a Região das Hortênsias e 1,89 para a Região das Missões. As secretarias municipais de turismo, as associações comerciais e industriais, a Associação de Municípios e o Sindicato Patronal da Região das Hortênsias são as entidades que lideraram as avaliações individualizadas e são as responsáveis pela melhor performance da região de sua abrangência.

Esse melhor desempenho atribuído ao conjunto das entidades anteriormente citadas e conseqüentemente da região em que estão inseridas necessita ser avaliado à luz de algumas informações essenciais. A propósito, é necessário considerar as diferenças constatadas durante as entrevistas em relação à priorização setorial. Na Região das Missões, a escolha do turismo como a principal estratégia de desenvolvimento regional não figura como unanimidade entre os atores regionais consultados. Por outro lado, na Região das Hortênsias, o turismo foi indicado por todos os participantes como prioridade capaz de impulsionar o desenvolvimento

Outro fator que contribui para o entendimento da avaliação apresentada é de que a Região das Hortênsias apresenta uma melhor infra-estrutura física para o turismo, na comparação com Região das Missões. Conseqüentemente, proporciona melhores condições para a programação e desenvolvimento de eventos. Embora não seja o principal ponto dessa análise comparar condições de infra-estrutura, o mérito desse registro é de destacar a importância de uma decisão comunitária que optou priorizar ações com um foco específico de atuação (turismo).

Quanto à comparação entre entidades do mesmo segmento, obteve-se a maior variação na Associação de Municípios. Conforme se observa, na Região das Hortênsias, essa entidade recebeu uma avaliação de destaque, ou seja, com desempenho igual a 3,0 (acima da média – 2,21). Entretanto, na Região das Missões, a mesma entidade ficou com avaliação abaixo da média (1,12). Pela ótica dos entrevistados, as principais razões que explicam o melhor desempenho da Associação de Municípios da Região das Hortênsias reportam-se à organização do calendário de eventos regionais, cujos efeitos são percebidos como estratégia de integração e cooperação para o desenvolvimento. Esses resultados destacaram o papel de liderança exercido pela entidade citada, tendo em vista a concretização do acordo firmado entre os municípios, por meio do qual se estabeleceu um cronograma mensal para os eventos regionais, de forma a contemplar a sua realização nesses municípios, em datas diferentes, inclusive com o compromisso de apoiá-los na organização e divulgação.

Outro ponto destacado é o fato de que a Associação de Municípios, o Corede e o Sindicato Patronal da Região das Missões obtiveram desempenho com baixos indicadores, respectivamente com notas médias de 1,12, 1,14 e 2,0, inferiores à média. As hipóteses desse retrospecto negativo podem estar relacionadas com a falta de uma estrutura sindical específica para atuar no setor empresarial de turismo da região. Como conseqüência, as ações no campo empresarial vinculadas ao turismo são pontuais e dispersas, sem um plano específico para contemplar a promoção e a integração de eventos como estratégia de desenvolvimento regional.

Em relação à avaliação das universidades comunitárias de cada região, os indicadores apresentam uma situação de equilíbrio, ou seja,

na Região das Hortênsias a entidade (UCS) recebeu avaliação equivalente a 2,50, e, na Região das Missões a entidade (URI) obteve indicador de 3,62, ambos acima da média de 2,21. Na visão dos entrevistados, esses índices de avaliação respaldam a atuação dos trabalhos comunitários desenvolvidos no âmbito do curso de Turismo em cada universidade participante.

4.2.5 – Capacitação de agentes

Dentro da formação de capital social, a capacitação de agentes desempenha função essencial na promoção de mudanças e alternativas no processo de desenvolvimento. Segundo BECKER (2002):

os padrões de desenvolvimento nascem entre os homens que se organizam juntos no processo de uma troca dialógica fundada na cultura dos diferentes grupos (...) e passam, objetivamente, por um processo de universalização e politização que leva à formação de sujeitos coletivos (p. 106 - 109).

Sob essa perspectiva, a qualidade das decisões produzidas nas organizações sociais é resultante do grau de capacitação dos agentes que participam do processo. A atuação desses participantes nas etapas de mobilização e proposição de idéias, assim como no momento de sistematizar acordos produzidos pelo conjunto dos integrantes, será decisiva para a modelagem operacional e institucional na formatação dos planos de ação em desenvolvimento regional.

No gráfico 4.5, demonstram-se os dados fornecidos pelos dirigentes entrevistados, os quais identificam o grau de comprometimento das entidades com a capacitação de agentes, ou seja, de proporcionar permanentes meios para que os atores sociais pratiquem capacitação na ótica da formação de capital social.

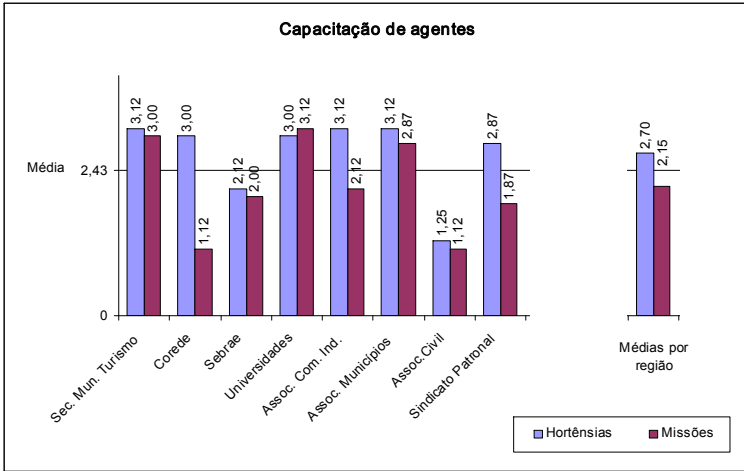


Gráfico 4.5

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Conforme o gráfico 4.5, na análise de desempenho por entidades, destacam-se os indicadores de três entidades que lideraram com melhor avaliação em ambas as regiões, são elas: as universidades comunitárias (Hortênsias 3,00; Missões 3,12), as secretarias municipais de turismo (Hortênsias 3,12; Missões 3,00) e as associações de municípios (Hortênsias 3,12; Missões 2,87). As médias por região (Hortênsias 2,70 e Missões 2,15), quando comparadas com a média do conjunto das entidades (2,43), têm um quadro favorável à Região das Hortênsias em função dos resultados individualizados nas entidades dessa região.

O principal ponto de destaque apresentado está relacionado com a diferença de avaliação entre os Coredes. Na Região das Hortênsias, essa entidade recebeu avaliação de desempenho com nota 3,0 (acima da média), enquanto ao Corede da Região das Missões o desempenho atribuído equivale a 1,12 (abaixo da média). De acordo com os entrevistados, esse melhor desempenho do Corede da Região das Hortênsias se deve, especialmente, ao trabalho de articulação com as lideranças políticas, empresarias e de organizações sociais quanto à necessidade de priorizar recursos públicos⁵⁰ para atender a demandas regionais para capacitação de agentes.

As razões apresentadas nas entrevistas quanto ao bom desempenho atribuído ao poder público (Associação de Municípios e secretarias municipais) ficaram restritas aos treinamentos de funcionários em funções operacionais, portanto não contemplando a razão principal desejada na avaliação desse item. Com relação ao desempenho das universidades, o destaque foi para a importância dos cursos executados na extensão universitária, especialmente daqueles que tratam do aperfeiçoamento de agentes para exercer funções em programas e projetos comunitários.

4.3 – Competitividade

Nos itens 4.3.1 a 4.3.5 são analisadas as respostas das questões vinculadas ao tema da competitividade setorial, mais especificamente no campo das atividades turísticas de cada região estudada. Os assuntos tratados individualmente em cada item são: qualificação profissional em atividades turísticas, fatores de produção em turismo, as inovações no turismo, formação de redes empresariais e interinstitucionais e estudos para captação de investimento.

4.3.1 - Qualificação profissional

Como ponto de partida, tomou-se por base as considerações de Beni (1998) que “na estrutura turística deve estar prevista a necessidade de formar continuamente pessoal capacitado” (p. 65), a fim de que possa dedicar-se à tarefa de oferecer um setor econômico dirigido e atendido por conhecedores do fenômeno. Sobre o mesmo assunto, Benko e Lipietz (1994) argumentam que um modelo de desenvolvimento dinâmico requer a atuação deliberada, tanto do governo quanto dos atores sociais, no sentido de disponibilizar ao setor empresarial as condições necessárias para a criação e incorporação de vantagens competitivas, visto que a qualificação profissional é crucial nesse processo.

Na visão do desenvolvimento endógeno⁵¹, a competitividade decorre da produtividade alcançada por meio da racionalização de recursos humanos, ao qual as habilidades são introduzidas mediante um processo permanente de qualificação para desenvolver o espírito empreendedor e inovador.

Nesse contexto, buscou-se saber dos participantes como avaliam o apoio e o grau de envolvimento detectado nas entidades pesquisadas com relação a implementação da qualificação profissional no setor de turismo como estratégia de desenvolvimento.

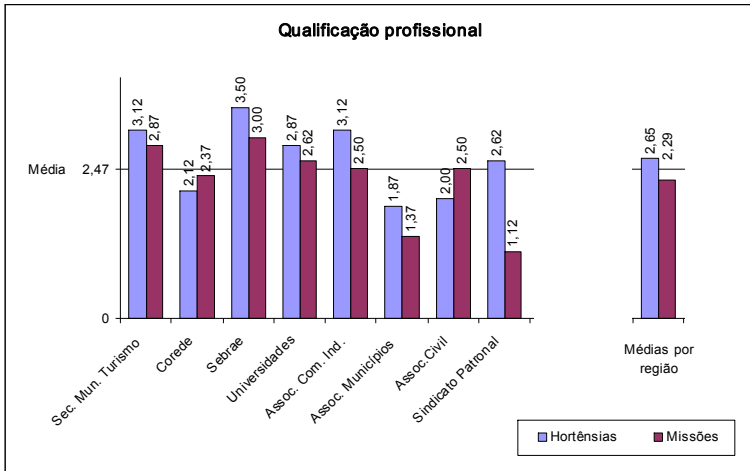


Gráfico 4.6

Fonte: dados da pesquisa (2005)

De acordo com o gráfico 4.6, a média pertencente ao conjunto das entidades, com valor de 2,47, ao ser comparada com o desempenho por região, tem-se que a Região das Hortênsias se apresenta com melhor desempenho no assunto em avaliação, ou seja, com um indicador regional de 2,65 – acima da média, contra um indicador equivalente a 2,29 – abaixo da média.

Na análise individual por entidades o Sebrae recebeu a melhor avaliação (Hortênsias 3,50 e Missões 3,00). Em grande parte, esse melhor desempenho do Sebrae está diretamente associado à natureza dos trabalhos de assessoramento técnico que desempenha nas empresas da região, como também se deve a uma maior oferta de ações em qualificação profissional, vinculada ao setor de turismo, tendo em vista que essa região apresenta um maior campo de atuação empresarial nesse segmento.

Na análise da comparação por entidade, de igual segmento, a diferença mais significativa apresenta-se no setor privado. Na Região

das Hortênsias, o sindicato patronal ficou com nota de desempenho acima da média – 2,62, ao passo que na Região das Missões essa entidade recebeu nota 1,12, abaixo da média, o que corresponde a menos da metade. As razões mais evidenciadas nas entrevistas, quanto ao quadro desfavorável avaliado no setor privado da Região das Missões, estão relacionadas com a falta de uma estrutura associativa (ou sindicalizada) para atuar especificamente no setor do turismo dessa região, conforme já mencionado na análise do item 4.2.4 (Informação e Comunicação) deste trabalho. Essa realidade, entretanto, não se verifica na Região das Hortênsias, visto que esse papel é desempenhado pelo Sindicato Patronal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, que exerce uma função institucional de articulação com o poder público e outros segmentos da sociedade.

Ao concluir a análise deste tópico pode-se inferir que, embora a avaliação da associação civil aponte uma vantagem para a Região das Missões, com avaliação de 2,50 contra 2,0 na Região das Hortênsias, a média geral de desempenho do assunto em questão – a qualificação profissional – apresenta valores favoráveis à Região das Hortênsias (2,65 - Hortênsias x 2,29 - Missões).

4.3.2 – Organização dos fatores de produção

No campo da economia, existe divergência de opiniões quanto ao número de fatores de produção, entretanto predomina os que classificam os recursos em três categorias principais: terra (recursos naturais), trabalho (conjunto dos recursos humanos) e capital (recursos produzidos pelo homem). Para que esses recursos possam servir de alavanca ao desenvolvimento regional, há a necessidade de transformá-los em produção. Assim, quando os fatores estão em harmonia, a produção estará crescente e a sociedade evolui (RUIZ, 2003).

Segundo Beni (1998), a articulação de um processo produtivo no interior de sistema de turismo (SISTUR) é facilitada quando passa pelo controle social, e assim escreve:

as atividades produtivas de toda a organização social realizam-se através de unidades produtoras que, individualmente, articulam os fatores de produção

tradicionalmente conhecidas como natureza, capital e trabalho, em condições técnicas, historicamente determinadas, para a obtenção de bens e serviços. (...) A organização dos fatores dentro de tais unidades e a direção de suas atividades são realizadas por pessoas e grupos privados ou públicos, genericamente chamados de Organizadores da Produção (p. 63).

Para Porter (1999), num contexto de economia globalizada, as vantagens competitivas são geradas e sustentadas por um processo altamente localizado, e a competitividade, seja no plano internacional, nacional ou regional, precisa ser analisada à luz de cada realidade. O mesmo autor defende que “o único conceito significativo de competitividade é a produtividade. É o resultado da soma dos fatores de produção, os quais impulsionam o desenvolvimento e propiciam o aumento do padrão de vida dos cidadãos” (132).

Nesse sentido, buscou-se conhecer nas entidades pesquisadas como as mesmas se articulam para apoiar iniciativas que visam contribuir para a organização dos fatores de produção nas atividades de turismo. A seguir, no gráfico 4.7, detalham-se os dados levantados.

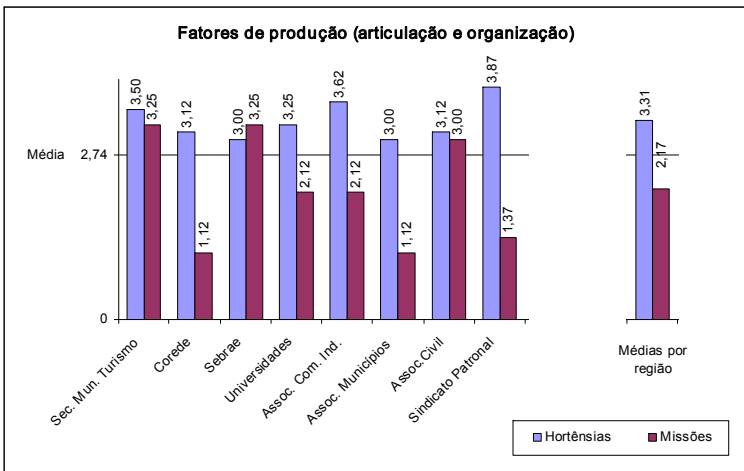


Gráfico 4.7

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Como ponto de partida para análise do gráfico 4.7, destaca-se a maior quantidade de empresas com melhor avaliação de desempenho para a Região das Hortênsias. Na Região das Missões somente o Sebrae, das oito entidades participantes, possui avaliação com melhor desempenho (Hortênsias 3,00 e Missões 3,25).

A particularidade na avaliação atribuída ao Sebrae está diretamente associada ao papel de coordenação nos projetos Hortênsias e Rota Missões⁵². A integração de atividades entre os diversos segmentos da economia regional, com propósitos de organizar uma cadeia produtiva em torno do turismo, foi identificada pelos entrevistados como a principal estratégia relacionada à organização de fatores para o desenvolvimento do turismo regional.

Um outro destaque observado reporta-se à avaliação de desempenho do Sindicato Patronal da Região das Hortênsias, o qual apresenta significativa diferença em relação à mesma entidade da Região das Missões (Hortênsias 3,87 – Missões 1,37). As informações dos entrevistados apontam que esse resultado está relacionado com os benefícios introduzidos pelo Sindicato Patronal, em função da representatividade estabelecida pelo conjunto dos participantes.

Por conta desse retrospecto, os valores apontados nas médias por região, com índices de 3,31 e 2,17, respectivamente, para as Regiões Hortênsias e Missões, permitem estabelecer que o melhor desempenho em fatores de produção recai para a Região das Hortênsias, com relativa vantagem em relação ao índice médio por entidades (2,74).

4.3.3 – Região como meio inovador

A existência, num certo território⁵³, de um ambiente de inovações e de interação social entre indivíduos, das empresas e das organizações locais, onde a colaboração promove ligações dinâmicas, é tão importante quanto a própria concorrência, pois facilita o desenvolvimento de novos processos e de recursos que a expressão “meios inovadores” sintetiza. O passado dos territórios, sua organização, seus comportamentos coletivos e o consenso que os estrutura são componentes maiores da inovação. Portanto, os comportamentos inovadores não são nacionais, mas dependem de

variáveis definidas no plano local e regional (ABRAMOVAY, 1999).

Comparado ao grau de importância atribuída às vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais, é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores.

Nessa visão, Becker (2002) sustenta que os esforços de uma comunidade motivada para o desenvolvimento necessitam ser orientados por estratégias voltadas para a inovação e criatividade de maneira que as deliberações dos recursos, tanto para aplicação no setor público quanto no setor privado, associem o desenvolvimento socioeconômico com a sustentabilidade da vida natural.

Petrocchi (2001) dá relevância às ações de governos, destacando-as como fundamentais nos pólos turísticos, por terem o compromisso de abrigar políticas de estímulo e o apoio formal para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras. Porter (1999) esclarece que o papel apropriado do governo é o de catalisar e desafiar empresas e organizações, encorajando-as para elevar suas aspirações e a obter níveis mais altos de desempenho competitivo. Assim, o compromisso do governo com as entidades organizadas assume papel de destaque e legitimador do processo de desenvolvimento, facilitando a introdução e difusão das inovações.

Embora o papel do Estado seja fundamental, também é necessário frisar que a capacidade de inovação não está vinculada exclusivamente às ações deste. Em razão disso, indagou-se aos dirigentes regionais como avaliavam o empenho das entidades na promoção de ações voltadas para a criação de um meio inovador em seu território.

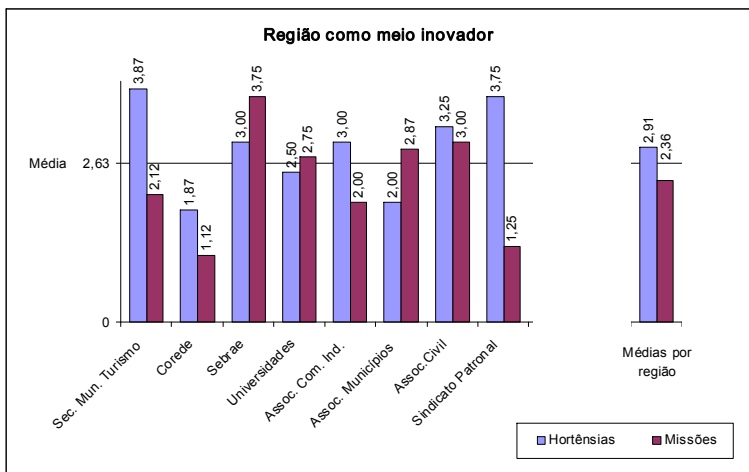


Gráfico 4.8

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Conforme o gráfico 4.8, as médias por região indicam valores de 2,91 para a Região das Hortênsias e 2,36 para a Região das Missões, com uma situação diversa em relação à média de 2,63 atribuída ao conjunto das entidades. Essa performance é resultante de significativas diferenças na avaliação das entidades de mesma natureza, porém com atuação em outra região. As principais disparidades são percebidas no sindicato patronal (Hortênsias 3,75 e Missões 1,25), nas secretarias de turismo (Hortênsias 3,87 e Missões 2,12) e nas associações de municípios (Hortênsias 2,00 e Missões 2,87).

No caso específico da Região das Hortênsias, duas entidades lideram a avaliação: as secretarias municipais de turismo e o Sindicato Patronal. Para os entrevistados, essas entidades são responsáveis por estimular e promover permanentemente ações que oportunizam o intercâmbio de experiências entre empresas, entidades e na articulação com os governos em fomentar recursos para os financiamentos de atividades no setor.

Na Região das Missões, o Sebrae foi a entidade que liderou a avaliação nesse quesito, com valor de 3,75. Pela ótica dos entrevistados, essa entidade é responsável na difusão das inovações tecnológicas.

Um dos pontos mais citados desse apoio referencia a organização de viagens às feiras de negócios do setor e nos eventos que oportunizam a divulgação dos atrativos turísticos da região.

Ao finalizar a avaliação do assunto em questão (inovações), os dados demonstrados indicam para a Região das Hortênsias uma parcela maior de entidades sociais comprometidas com a facilitação de acesso às inovações, que introduzem no espaço regional os meios para dinamizar o desenvolvimento regional.

4.3.4 – Formação de redes empresariais e interinstitucionais

Martinelli e Joyal (2004) reporta-se às redes definindo-as “como um processo de organização social apto a responder às exigências de flexibilidade, descentralização e democracia do mundo contemporâneo, permitindo o exercício da autodeterminação e da autonomia” (p.100). Para Castells (1999), “as redes constituem a nova estrutura social de nossas sociedades, e a difusão dessa lógica modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiências, poder e cultura” (p. 416). No plano empresarial, segundo Amato Neto (2005), as trocas econômicas estão envoltas em um contexto particular de estrutura social, dependentes de conexões, interesses mútuos e reputação.

A construção de alianças e parcerias entre empresas, organizações sociais e o poder público é tema recorrente e base de investigação para avançar nos estudos sobre dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento regional. Com base nesses pressupostos, solicitou-se dos entrevistados avaliarem o empenho das entidades no apoio à formação e desenvolvimento de redes empresariais e outras formas de redes interinstitucionais, como os consórcios intermunicipais e demais parcerias e organizações sociais.

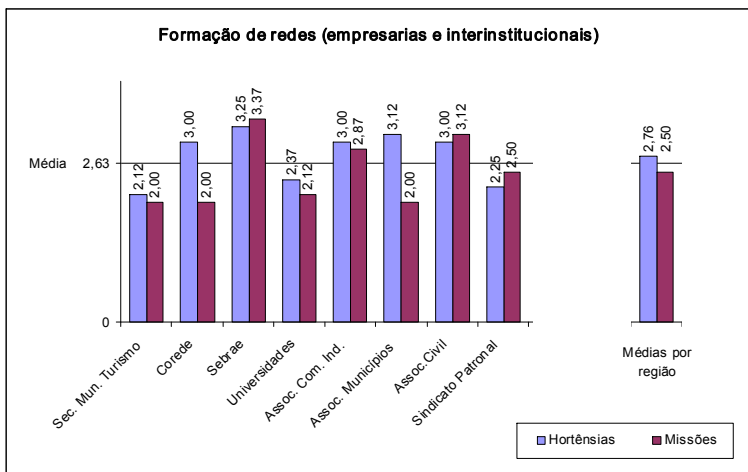


Gráfico 4.9

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Conforme o gráfico 4.9, nas médias por região os valores apontam índice de 2,76 para a Região das Hortênsias e 2,50 para a Região das Missões. Ao compararmos esses resultados com a média geral nas entidades, equivalente a 2,63, pode-se comparar o desempenho para o contexto regional com a indicação de uma posição de certo equilíbrio, com pequena diferença favorável à Região das Hortênsias.

Nas duas regiões, sobressaiu-se a avaliação de desempenho de três entidades, são elas: o Sebrae, as associações comerciais e industriais e as associações civis. Esses dados têm uma relação direta com a atuação conjunta e pela liderança exercida na condução das atividades realizadas no âmbito dos projetos coordenados pelo Sebrae visando à formação de APLs (Arranjos Produtivos Locais) em cada região estudada.

Outro ponto de destaque evidenciado reporta-se à baixa participação das secretarias municipais de turismo e das universidades nas duas regiões. Com avaliação abaixo da média, essas entidades demonstram não ter uma atuação decisiva nas questões relacionadas com a estruturação das redes, seja no campo da iniciativa privada,

seja na esfera de funcionamento das diversas instâncias da organização social. Embora não se tenha uma razão única para entender tal quadro, cabe registrar que a fraca presença dessas entidades, especialmente das secretarias municipais (poder público), coloca-se na ordem das prioridades a serem superadas, tendo em vista a importância estratégica que esses segmentos representam especialmente na articulação institucional.

4.3.5 – Atração de investimentos

A expansão do turismo pelo acréscimo de investimentos privados é uma estratégia recorrente nos planos de desenvolvimento em qualquer escala, seja local, regional e nacional. Segundo Petrocchi (2001), para atrair investimentos, a região turística precisa demonstrar que está administrando corretamente os meios que compõem o ambiente de turismo. O mesmo autor defende que “a região deve passar ao investidor a garantia de um tratamento profissional, por meio de planejamento, gestão participativa, investimentos públicos e controle dos atributos da organização social (p. 311)”. Necessitará, portanto, demonstrar que o espaço regional oferece as condições favoráveis para o desenvolvimento de negócios. Nesse contexto, o papel das entidades regionais ganha relevância na medida em que consegue proporcionar aos interessados em investir um conjunto mínimo de dados e informações sobre a realidade local e regional.

No contexto deste estudo, avaliou-se a inferência das entidades regionais participantes quanto aos esforços despendidos na elaboração de estudos, dados e informações regionais a fim de utilizá-los como estratégia para atrair investidores para a região de sua atuação.

No gráfico 4.10, tem-se que, a partir da média verificada entre as entidades (2,44), o desempenho por região indica para a Região das Hortênsias um índice superior ao da Região das Missões (Hortênsias 2,65, Missões 2,22). Tais indicativos são influenciados pela significativa quantidade de entidades que estão abaixo da média, ou seja, de um total com 10 entidades, 6 pertencem à Região das Missões e 4 à Região das Hortênsias. Dessa forma, é importante destacar que, embora com menor número de entidades com indicadores acima da média, estas podem ser consideradas as principais colaboradoras nas ações de incremento à atração de investimentos.

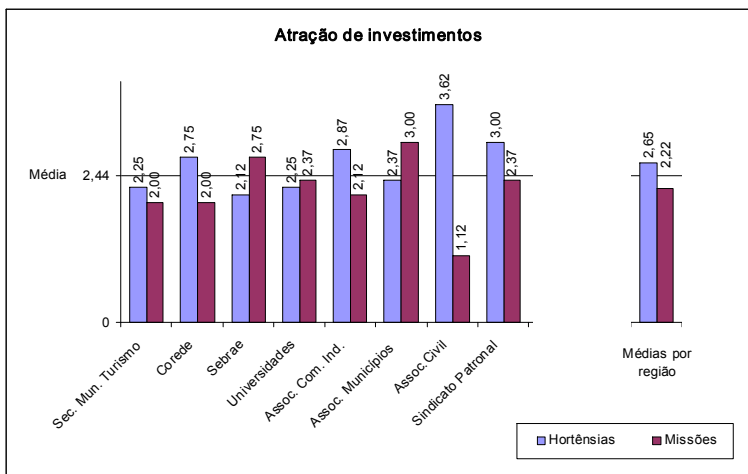


Gráfico 4.10

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Nesse sentido, a associação civil e o sindicato patronal localizados na Região das Hortênsias são as duas entidades que receberam a melhor avaliação referente à atração de investimentos, ou seja, com 3,62 e 3,00, respectivamente. As informações recebidas durante as entrevistas destacam a relevância dos estudos produzidos no âmbito da associação civil da Região das Hortênsias (Visão – Agência Regional de Desenvolvimento), especialmente na captação de eventos e *ranking* de atividades turísticas com potencial para absorver investimentos.

Ainda com relação aos trabalhos desenvolvidos pela associação civil da Região das Hortênsias, registra-se a importância da participação do setor empresarial no financiamento das atividades executadas por esta entidade. Constituída como uma fundação sem fins lucrativos, essa agência de desenvolvimento regional é caracterizada, segundo os entrevistados, com legitimidade para discutir, propor e executar políticas regionais de turismo e influenciar lideranças políticas e empresariais na condução de investimentos.

Na Região das Missões, a melhor avaliação no item atração de investimento coube à Associação de Municípios, com avaliação igual

a 3,00. Ao submeter esse indicador para a análise comparada com a Região das Hortênsias, percebe-se uma relação diferenciada quanto à natureza das funções da principal fonte articuladora de captação de investimentos. Enquanto na Região das Missões os esforços maiores para atrair investimentos são originados por entidade vinculada ao setor público (Associação de Municípios), diversamente na Região das Hortênsias este papel é liderado pelo setor privado, por uma entidade/fundação sem fins lucrativos (Associação Civil).

Ao concluir a análise deste item, destaca-se a autonomia do setor privado na gestão de um planejamento para a atração de investimentos regionais, conforme examinado na experiência apresentada para a Região das Hortênsias, que pode ser entendida como importante estratégia de desenvolvimento endógeno. Entre as principais vantagens desse direcionamento estratégico, salienta-se a não-interrupção de diretrizes e atividades pactuadas pelos representantes do setor, em vista das alterações de mandatos eleitorais em qualquer escala (municipal, estadual e nacional).

4.4 – Mensuração de fatores de capital social e competitividade

Os dados verificados nos tópicos 4.2 e 4.3, com as informações de desempenho de entidades, passam a ser analisados com base nas informações compiladas em dois gráficos, os quais apresentam os índices de desempenho por fatores de capital social e competitividade presentes em cada região.

4.4.1 – Dotação de capital social

São analisados neste item os dados do gráfico 4.11 que resultam da média em cada fator de capital social analisados na seção 4.2 por meio dos gráficos 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5. Compreende-se o resultado de cada região em cinco fatores de capital social (associativismo, confiança e solidariedade, participação e frequência em reuniões comunitárias, informação e comunicação e capacitação de agentes) utilizados, segundo metodologia deste trabalho, para atribuir dotação de capital social por meio de entidades regionais.

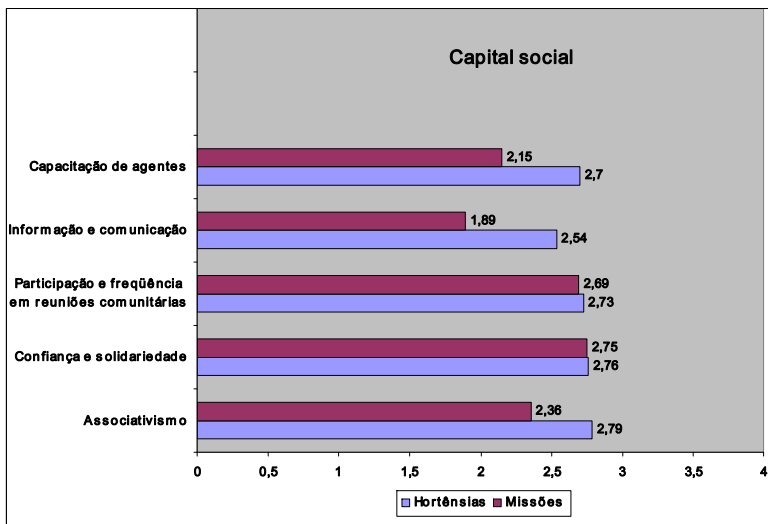


Gráfico 4.11

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Os resultados apresentados indicam que, dos cinco fatores avaliados, dois se mantêm em equilíbrio quanto ao desempenho comparado entre as regiões, e são: confiança e solidariedade (Hortênsias 2,76 – Missões 2,75), e frequência de participação em reuniões comunitárias (Hortênsias 2,73 – Missões 2,69). Nos demais fatores, as diferenças são mais significativas. Conforme se observa no fator associativismo, a Região das Hortênsias obteve média igual a 2,79, ao passo que na Região das Missões essa avaliação ficou em 2,36. No fator capacitação de agentes, a Região das Hortênsias obteve média de 2,70, enquanto na Região das Missões a média obtida foi igual a 2,15.

A maior diferença quanto ao desempenho de fatores entre regiões ficou no item informação e comunicação, com 2,54 para a Região das Hortênsias e 1,89 para a Região das Missões. Importa notar que essa avaliação de 1,89 se enquadra como a menor média entre os fatores comparados. Constata-se, portanto, que a análise comparada no conjunto dos fatores de capital social indica uma melhor dotação para a Região das Hortênsias.

As possíveis causas dessa menor dotação de capital social na Região das Missões, segundo os indicadores levantados na pesquisa de campo, talvez possam ser explicados com motivos idênticos apontados por Putnam (2002), quando da sua investigação das diferenças entre o Sul e o Norte da Itália. Segundo o autor, as principais diferenças quanto ao capital social têm suas raízes na análise da evolução histórica dos dois contextos estudados desde o período medieval. Comenta que as instituições feudais mais duradouras no Sul da Itália fizeram com que se consolidasse um mecanismo de relações sociais em que predominava uma estrutura verticalizada de associações, fortemente marcadas pela hierarquia e dependência. Por outro lado, no Norte da Itália, desenvolveu-se desde o início um ambiente em que predominavam formas de associações horizontais, consolidando instituições mais democráticas e menos direcionadas pelas diferenças de poder. Examina que as diferenças presentes nas formas de relações sociais e normas de reciprocidade são resultantes das heranças históricas diferenciadas, e assim as coloca:

teóricos da história econômica apelidaram recentemente essa característica dos sistemas sociais de 'subordinação à trajetória'. O lugar a que se pode chegar depende do lugar de onde se veio, e simplesmente é impossível chegar a certos lugares a partir de onde se está. A subordinação à trajetória pode produzir diferenças duradouras entre o desempenho de duas sociedades, mesmo quando nelas existem instituições formais, recursos, preços relativos e preferências individuais semelhantes. Isso tem profundas implicações para o desenvolvimento econômico (e político). Se o processo pelo qual chegamos às atuais instituições é relevante e constringe as opções futuras, então não só a história é importante, como também o mau desempenho persistente e as tendências divergentes de desenvolvimento a longo prazo derivam de uma causa comum (PUTNAM, 2002, p. 188).

A semelhança percebida nas constatações apresentadas por Putnam, com a análise comparada nessa pesquisa, pode ser associada às características históricas da formação sociocultural das regiões estudadas (Hortênsias e Missões). Para elucidar essas questões, nos diferentes momentos da história e os seus reflexos na configuração da atual organização social, estão a seguir comentadas importantes informações que subsidiam essa análise.

Segundo os estudos de Zarth (1997), na Região das Missões a consolidação do domínio português, em 1801, destruindo quase que por completo o modelo reducional jesuítico de catequização dos índios guaranis, implantou um modelo de organização social diferente daquele gestado no restante do território gaúcho. Num outro estudo focado na mesma interpretação, Rota (1999) escreve que

o caboclo da região [Missões], emergente desse processo, é em princípio heterogêneo e itinerante, fruto da dispersão, destribalização (...). Sendo região de fronteira e dotada de recursos naturais que facilitavam a atividade pastoril e extrativa (no caso da erva-mate), ela foi alvo da disputa entre caudilhos uruguaios e rio-grandenses até a década de 1820. O domínio das estâncias, mesmo que a extração de erva-mate representasse a maior fonte de arrecadação para os municípios, e ocupasse maiores contingentes populacionais, traduzia-se no controle político das municipalidades por parte dos estancieiros-militares que buscavam preservar seus interesses e aumentar suas posses em detrimento de uma grande parcela de peões, escravos, caboclos, posseiros e coletores de erva que foram sendo, aos poucos, excluídos do acesso à terra como condição de sua própria sobrevivência. (...) Com todo esse controle político e institucional das elites locais formouse, desse modo, uma legião de homens despossuídos em meio à imensidão de terras, numa região de baixíssima densidade demográfica, à época (p. 27-29).

Essa mesma linha de análise é utilizada por Bandeira (2003) para explicar a causa da menor dotação de capital social da região Sul⁵⁴. Segundo o autor:

a experiência histórica das grandes regiões do Rio Grande do Sul também apresenta contrastes marcantes que podem ser invocados para explicar as diferenças mostradas. (...) O predomínio da grande propriedade rural e a convivência com a escravidão – podem ter criado uma sociedade menos igualitária que a das parcelas do território gaúcho, cuja matriz é caracterizada pela migração européia, onde a escravidão deixou poucas marcas na cultura local e onde preponderam as pequenas e médias propriedades rurais (p. 31).

Rota (1999) esclarece que, na Região das Missões, o padrão de ocupação baseado nas grandes propriedades resultou num modelo

de concentração da renda e poder político. Essa dependência e exploração podem ter favorecido o desenvolvimento de estruturas sociais verticalizadas que, de acordo com os estudos de Putnam (2002) e Bandeira (2003), são subsídios para entender por que a história obstrui certas trajetórias e facilita outras.

Diferentemente desse contexto, na Região das Hortênsias, a formação dos primeiros povoados e mais tarde na transformação desses nos atuais municípios deu-se pela ocupação das terras devolutas com a imigração européia, especialmente a alemã e mais tarde a italiana (IOTTI, 2001). Segundo o autor, o processo de colonização visava formar colônias agrícolas, produtoras de gêneros alimentícios necessários ao consumo e longe do latifúndio. Inseriu-se, nesse contexto, a expansão de um conjunto de hábitos e costumes, implantando-se, assim, um novo regime de produção, de trabalho e de povoamento.

Esse tema da imigração no Rio Grande do Sul e seus contornos políticos da época (final do século XIX) é amplamente detalhado por Santos (2004), do qual servimo-nos para destacar a seguinte constatação:

a colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul fez parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que ocorreu no final do século XIX e início XX e utilizava a imigração para preencher os chamados 'vazios demográficos' do Sul do país. No pós-independência há uma decisão de concentrar a colonização na região sul como uma decisão geopolítica, de consolidação de fronteiras (p. 75).

Esses apontamentos ganham importância na medida em que são analisados comparativamente com as formas da organização sociocultural originados na constituição histórica de cada região desse estudo. Se de um lado se examinaram as implicações de formação histórica mais propensa ao desenvolvimento de relações sociais verticalizadas (Região Missões), por outro se observou a predominância na formação de um modelo mais voltado para as formas horizontais de relações sociais (Região das Hortênsias). Assim, novamente reportar a Putnam (2002, p. 188), destacando o termo instituição, em sentido amplo, para designar "as regras do jogo de uma sociedade" que vincula os momentos históricos como decisivos à moldura dos sistemas sociais futuros.

Embora a mensuração de elementos imateriais nem sempre consiga refletir indicadores tão precisos como em dados econômicos, especialmente quando se trata de analisar um tema abrangente como o capital social, nossa tese é a de que as diferentes “trajetórias históricas” (PUTNAM, 2002; BANDEIRA, 2003, BECKER 2002) resultam em características socioculturais distintas e geram vocações peculiares de desenvolvimento: Assim, a pesquisa identificou que a região com maior dotação de capital social obteve o melhor desempenho de apoio ao associativismo, da maior participação e cooperação na investigação realizada junto às entidades participantes.

No tópico seguinte, são comparados os índices em fatores de competitividade originados nas análises realizadas nos itens 4.3.1 a 4.3.5.

4.4.2 – Fatores de competitividade

Inicialmente, cabe resgatar algumas colocações feitas por (CASTELS, 1999) quando esclarece que “a competitividade é um conceito de difícil compreensão (...), na verdade se tornou uma bandeira de luta para os governos e um campo de batalha para os economistas da vida real que se opõem aos elaboradores de modelos acadêmicos”. Segundo o autor, “é um atributo mais de organizações econômicas coletivas, tais como países ou regiões, do que de empresas” (p.105).

Portanto, palavras como diferenciar, diversificar, cooperar, integrar, enquanto uma nova necessidade da competição globalizada, podem ser tomadas como um primeiro indicativo da capacidade de competição das comunidades (KUMAR, 1997). Assim, cada vez mais a competitividade passa pelo necessário esforço da organização sociocultural para incrementar, de forma crescente, a produtividade. Essa capacidade política das instituições e organizações regionais para impulsionar as estratégias de desenvolvimento faz parte do objeto desta investigação.

No gráfico 4.12, apresenta-se a média dos fatores de competitividade analisados individualmente nos itens 4.3.1 (qualificação profissional), 4.3.2 (fatores de produção – articulação e organização), 4.3.3 (região como meio inovador), 4.3.4 (formação de redes empresariais e interinstitucionais) e 4.3.5 (atração de investimentos).

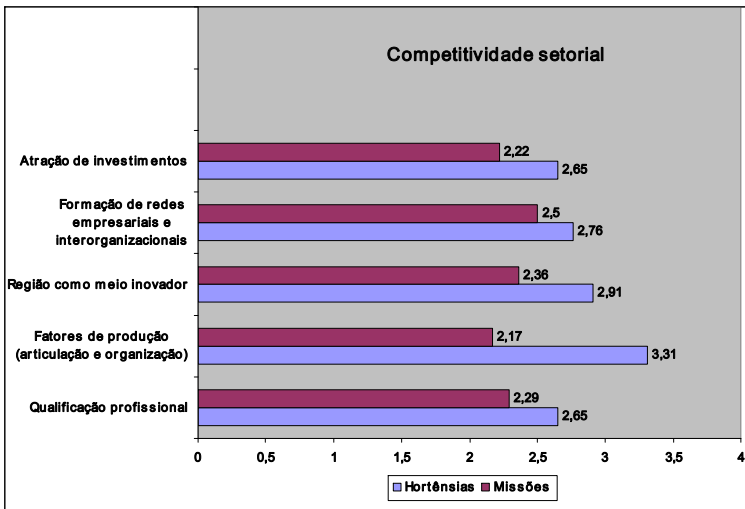


Gráfico 4.12

Fonte: dados da pesquisa (2005)

Conforme os dados do gráfico 4.12, a análise comparada de desempenho em fatores selecionados indica uma posição favorável à Região das Hortênsias. Nas cinco escalas investigadas, a melhor performance de média coube à região mencionada. Individualmente, o quesito que apresentou a diferença mais significativa foi em fatores de produção (articulação e organização), com média 3,31 para a Região das Hortênsias e 2,17 para a Região das Missões. Por outro lado, a menor diferença ficou no item formação de redes, em que a média apresentada equivale a 2,76 para a Região das Hortênsias e 2,50 para a Região das Missões.

Dada a complexidade que envolve uma análise de fatores de competitividade setorial, pode-se inferir que os índices do gráfico 4.12 demonstram uma melhor utilização de recursos humanos, ativos físicos, tecnologias e uso da informação à Região das Hortênsias. Esses indicadores têm consonância com os dados apresentados individualmente nos fatores descritos na seção 4.3, quando se analisou o desempenho de entidades regionais com ações empreendidas no setor de turismo. Tais constatações também estão respaldadas nas diferentes formas de operacionalização para “impulsionar a estratégia de desenvolvimento” (CASTELLS, 1999, p. 122) a fim de traduzir-se em

“fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo” (THUROW, 1997, p. 104) para a região.

Os resultados apresentados nesta pesquisa têm concordância com as constatações de Becker (2001) no documento PRÓ-RS II – volume 2 (A organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul). Segundo o autor:

a origem da atual formação econômica da região [Hortênsias] pode ser encontrada no modo de sua ocupação. A área em torno de Porto Alegre, nos vales e na encosta da serra, foi ocupada pela colonização promovida pelo governo central e pelo governo provincial no século XIX, significando a introdução da pequena propriedade e de artesãos urbanos em zona praticamente desocupada. Desse processo, alguns aspectos podem ser citados, pois são relevantes para o entendimento dos fatores que influenciam o perfil do desenvolvimento do Estado [RS] e, em especial, da Macrorregião Nordeste (...). O conjunto das oito microrregiões que formam a Região Nordeste [Hortênsias, Litoral, Metropolitano, Parahana, Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Taquari] é responsável por 59% do PIB total do estado. (p. 76).

Identifica-se que tanto nos estudos antes referenciados, quanto nos indicadores de resultados apresentados para análise nessa seção, tem-se que os atributos da competitividade são amplamente facilitados quando respaldados pelas organizações sociais coletivas, pois “essas instituições e organizações regionais foram e são insumo e produto da estrutura sociocultural vigentes em cada uma das regiões” (BECKER, 2003, p. 91). Nesse cenário, esta tese se fundamenta nas constatações apresentadas e que são corroboradas com as hipóteses de que a competitividade é impulsionada pelo “esforço doméstico” (PORTER, 1989; COUTINHO, 1992; CASTELLS, 1999; BECKER, 2002) das organizações regionais.

Conclusivamente, os dados comparados apontam que os melhores desempenhos em fatores de competitividade induzem o uso mais efetivo das capacidades, competências e habilidades de entidades e instituições no contexto regional. A esse melhor desempenho, associam-se as melhores oportunidades para o desenvolvimento territorial, mediante um conjunto de valores institucionalizados nas dimensões econômica, social, política e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca do objetivo central implicou, primeiramente, um aprofundamento conceitual e uma contextualização do tema e do problema da investigação propostos nesta tese. As evidências constatadas durante as etapas sugerem que o processo de desenvolvimento contemporâneo convive com uma dinâmica de mudanças quantitativas e qualitativas carregadas de expectativas cambiantes e flexíveis. Essas acabam dando forma e conteúdo à incerteza, que, por sua vez, acabam configurando-se numa das principais variáveis a serem reconsideradas no processo decisório de organização de uma ação futura.

Nesse ambiente de mudanças, tem-se que o entendimento dos multifatores que compõem o desenvolvimento regional se apresenta como a matriz que melhor se adapta para tratar as diferenças regionais em qualquer escala espacial. A indicação metodológica do agir é para que se adote uma perspectiva ampla, dinâmica e aberta, em que o todo representa uma abrangência maior do que a simples soma das partes. Por conseguinte, o tratamento requerido para lidar com as desigualdades regionais depende, em grande parte, da complexa organização social e da vida política e econômica das regiões e lugares.

Embora se reconheça que existam limites à participação social por meio de suas organizações e entidades nos processos decisórios, parece mais adequado recomendar que sejam criadas organizações promotoras da discussão permanente dos problemas regionais e da participação da comunidade nas ações públicas relacionadas com o desenvolvimento. O elemento central desse enfoque é dado pela ampliação do capital social que resulta na elevação da eficiência e facilitação de ações coordenadas.

Mesmo que a mensuração de elementos imateriais requeira certa cautela para se avaliar dados e validar resultados, tem-se presente, contudo, que as pesquisas sobre capital social vêm ganhando destaque no campo das ciências sociais e necessitam avançar na construção de mecanismos que possam ajudar pesquisadores e praticantes a caminharem juntos em direção à maior clareza temática. Outras

limitações podem estar relacionadas à percepção dos dirigentes entrevistados acerca da valorização da sua participação nas ações coletivas.

Feitas essas considerações, os resultados apresentados no capítulo 4 corroboram com a hipótese de que a competitividade regional está baseada na capacidade endógena de solução de problemas por parte dos próprios atores regionais. Constatou-se que a região que apresentou melhores índices de desempenho (Região das Hortênsias) em fatores de capital social (associativismo, confiança e solidariedade, participação e frequência em reuniões comunitárias, informação e comunicação e capacitação de agentes), também obteve melhor desempenho na comparação de fatores de competitividade selecionados na pesquisa (qualificação profissional, organização dos fatores de produção, região como meio inovador, formação de redes empresariais e interinstitucionais e atração de investimentos).

As prováveis causas dessa menor dotação de capital social na Região das Missões estão fortemente relacionadas com os motivos constatados em pesquisa, com semelhante natureza de investigação, realizada por Putnam (2002). A pesquisa mencionada examina a dotação de capital e reflexos nas dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento entre o Sul e o Norte da Itália. O autor constatou que a Região Norte da Itália – mais desenvolvida –, apresentou maior dotação de capital social em relação à Região Sul. Expõe que as razões dessa diferença na dotação de capital social têm suas raízes na análise da evolução histórica dos dois contextos estudados, desde o período medieval. Salienta-se que o modelo institucionalizado no Sul da Itália consolidou mecanismos de organização social vinculados a uma estrutura verticalizada de associações, fortemente marcadas pela hierarquia e dependência.

Por outro lado, no Norte da Itália, configurou-se desde o início de sua formação um ambiente em que predominavam formas de associações horizontais, consolidando instituições mais democráticas e menos direcionadas pelas diferenças de poder. Examina que a diversidade presente nas formas de relações sociais e normas de reciprocidade são resultantes das heranças históricas diferenciadas.

Traçando-se um paralelo com as constatações apresentadas

nesta tese, constata-se que a semelhança recai especialmente no contexto da formação sociocultural ocorrida durante o processo de formação histórica das regiões em estudos (Região das Hortênsias e Região das Missões). Na Região das Missões, o padrão de ocupação inicial baseou-se nas grandes propriedades rurais e resultou num modelo de concentração de renda e poder político que, corroborando com a hipótese observada em Putnam (2002), podem ter favorecido o desenvolvimento de estruturas sociais mais propensas à verticalização e à dependência.

Em contexto diverso, na Região das Hortênsias, a formação histórica foi marcada pela ocupação das terras devolutas com a imigração européia. Portanto, inseriu-se, inicialmente, um conjunto de hábitos e valores trazidos de seus países de origem, implantando um regime de produção agrícola moldado na pequena propriedade de subsistência, com características de trocas e cooperação comunitária. Nesse meio, desde o início configurou-se no território um ambiente favorável ao desenvolvimento de estruturas sociais mais voltadas às formas horizontais de relações sociais.

A vinculação da importância do capital social para o desenvolvimento do turismo se processa, essencialmente, pela natureza das atividades operacionais e conexões que esse setor requer com os demais segmentos econômicos e sociais da região. É necessário que os recursos físicos e humanos estejam alinhados com as práticas e as relações sociais a fim de se transformarem em vantagem competitiva para atrair turistas e investidores para seu território. Tais constatações podem ser notadas na avaliação dos fatores de competitividade comparados. Os melhores índices atribuídos ao conjunto das entidades da Região das Hortênsias, nos itens qualificação profissional e formação de redes, indicam um melhor tratamento na organização dos fatores de produção e na captação de investimentos.

A grande força do turismo, à luz da pesquisa realizada, não está na simples presença de recursos físicos disponíveis em determinado espaço, mas na capacidade endógena dos territórios para elaborar, executar e monitorar planos de ação, programas e projetos estruturantes, com diretrizes estratégicas e priorização de fatores de competitividade, como os examinados nesta tese. Por essa lógica, cabe destacar que a competitividade depende da organização dos próprios atores regionais

(capital social), a partir de uma postura autopoiética.

Conclusivamente, entende-se ter cumprido com os requisitos necessários que requer uma tese, tanto em relação à originalidade, quanto ao grau de contribuição teórico e prático que a presente pesquisa traz para esta área do conhecimento. Nesse sentido, é fundamental que as constatações aqui apresentadas não sejam entendidas ou aplicadas de modo acabado ou prescritivo, mas percebidas como um processo em construção. O estudo abre a possibilidade de aprimoramento das investigações, com pesquisas mais específicas nas relações de governança local, dando-se continuidade a esta linha de pesquisa vinculada ao desenvolvimento regional.

NOTAS

- ¹ Em sentido amplo, o desenvolvimento regional que tratamos tem por base a melhoria constante do padrão de vida da população, por meio de um conjunto de fatores associados às variáveis sociais e econômicas (SEN, 2000; BECKER, 2002; BANDEIRA, 2003; PUTNAM, 2002, SCHUMPETER, 1984).
- ² No capítulo 4, apresenta-se com detalhes o conjunto das entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil que participaram da pesquisa, bem como os aspectos operacionais e metodológicos empregados no trabalho de campo.
- ³ Trabalho elaborado no âmbito do Grupo Técnico sobre Capital Social, do Banco Mundial, com a participação dos seguintes autores: Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Verônica Nyhan Jones, Michael Woolcock.
- ⁴ “Cidades e regiões na nova economia” (tradução livre do autor).
- ⁵ “Quase tão popular quanto a idéia do desenvolvimento local é agora a idéia do desenvolvimento endógeno. E também é uma idéia quase tão confusa quanto o conceito anterior. O conceito do desenvolvimento endógeno nasce como reação ao pensamento e a prática dominante na matéria do desenvolvimento territorial nas décadas de 50 e de 60, pensamento e prática enquadrados no paradigma industrial fordista e na difusão do “centro-para baixo” das inovações e dos impulsos da mudança” (tradução livre do autor).
- ⁶ Atualmente estão em vigor 13 Programas Mesorregionais. No Rio Grande do Sul, tem-se o Programa Metade Sul do RS e Grande Fronteira do Mercosul.
- ⁷ Dados extraídos da Secretaria Estadual da Coordenação e Planejamento/RS, verificados no Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transporte no RS (Projeto Rumos 2015) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS).

- ⁸ Informações fornecidas pelo Consórcio Booz Allen (Projeto Rumos 2015), na parte que trata de fatores de desempenho regional.
- ⁹ O 1º Festival do Cinema Brasileiro de Gramado aconteceu de 10 a 14 de janeiro de 1973, passando a realizar-se todos os anos. Durante os dias 14 a 19 de agosto de 2006 ocorreu a 34ª edição. Considerado como o maior evento cinematográfico nacional, o referido evento é oficializado pelo Instituto Nacional de Cinema – INACEN.
- ¹⁰ O Natal Luz é realizado anualmente por ocasião das comemorações de final de ano e desenvolve-se por ampla programação simbolizada no espírito do Natal. De 11 de novembro de 2006 a 14 de janeiro de 2007 realizou-se a 21ª edição.
- ¹¹ Dados do relatório de diagnóstico e potencialidades no âmbito do Projeto Rota Missões.
- ¹² Veja-se nesse sentido (BANDEIRA, 2000; BECKER, 2003; RIEDL e VOGT, 2003; MARTINELLI e JOYAL, 2004; PERIN, 2004; WITTMANN, 2004).
- ¹³ A comunidade cívica em Putnam (p. 102) assume as seguintes características: “na comunidade cívica, a cidadania se mantém por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência” (p. 102).
- ¹⁴ A virtude cívica de que se trata compreende a adesão a certos valores que legitimam os acordos institucionais.
- ¹⁵ Distrito Industrial: “entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico (...). As instituições incluem o mercado, a empresa, a família, a igreja e a escola, mas também as autoridades e as organizações políticas e sindicais locais (BENKO & LIPIETZ, 1994, p. 19)”.
- ¹⁶ Sistema Local de Produção: “Trata-se de um sistema de pequenas empresas, especializadas em diferentes funções da produção, resultante da divisão do trabalho e do alargamento do mercado” (COURLET & PECQUEUR, 1994, p. 49).
- ¹⁷ Redes Empresariais: “A cooperação e os sistemas de rede oferecem a única possibilidade de dividir custos e riscos, bem como de manter-se em dia com a informação constantemente renovada. (...) Como característica da economia informacional/global surgiu a empresa em rede” (CASTELLS, 1999, p. 191).
- ¹⁸ Atores em Rede: Segundo os autores, “Colaboração entre grandes e pequenas empresas em termos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) em certas especialidades, união de esforços de pequenas empresas desejosas de ampliar seu mercado externo, colaboração no quadro dos tecnopólos, com o objetivo de transferir tecnologia etc. Também se pensa nas diferentes formas de parceria social, nos sindicatos, nas associações, nas instituições de ensino etc. Representantes dos escalões administrativos podem servir como agentes de ligação entre os grupos, antes de dar lugar a uma organização de apoio às iniciativas locais, devidamente eleitas para desempenhar tal papel” (MARTINELLI e JOYAL, 2004, p. 110).

- ¹⁹ Arranjos Produtivos “São definidos como um fenômeno vinculado às economias de aglomeração, associadas à proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços. A concentração geográfica permite ganhos mútuos e operações mais produtivas. Entre os aspectos que devem ser observados, destaca-se o papel de autoridades ou instituições locais para a organização e a coordenação das empresas, pois apenas um grupamento de empresas não é suficiente para ganhos coletivos” (GUARNERI, 2000, p. 197).
- ²⁰ Um exemplo característico no setor de turismo é o ganho conjunto proporcionado por uma atração isolada.
- ²¹ A pesquisa foi realizada por Michael Porter (livro intitulado “VANTAGEM COMPETITIVA DAS NAÇÕES”) em mais de 100 indústrias localizadas em 10 países: Grã-Bretanha, Dinamarca, Alemanha, Itália, Japão, Coreia, Cingapura, Suécia, Suíça e Estados Unidos.
- ²² Bandeira (2000, p. 39), citando um documento produzido pelo UNDP – United Nations Development Programme, indica que a “A governança pode ser vista como o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar um país em todos os níveis”. Compreende os mecanismos, processos e instituições através dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercitam seus direitos legais, cumprem com suas obrigações e medeiam suas diferenças.
- ²³ Cidades do amanhã (Tradução livre do autor)
- ²⁴ O poder local é um termo amplamente utilizado no meio jurídico para caracterizar o espaço da municipalidade, ou seja, o termo local compreende a base municipal.
- ²⁵ Um exemplo disso é encontrado no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), que desenvolve o Programa REDES DE COOPERAÇÃO EMPRESARIAL nas vinte e quatro regiões do Estado, em Convênio com Universidades.
- ²⁶ Na tese de Edgar Morin, o pensamento sistêmico é concebido da seguinte forma: “existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes” (2002 p. 14). Para maior aprofundamento sobre o pensamento sistêmico, ver ainda Niklas Luhmann (1992), Maturana e Varela (1997), Fritjof Capra (1996), Pedro Demo (2002).
- ²⁷ O território é aqui caracterizado como um ambiente específico que congrega um determinado grupo de atores identificados por peculiaridades compartilhadas.
- ²⁸ A figura mencionada está caracterizada em quatro amplos atributos: 1) condições de fatores; 2) condições de demanda; 3) indústrias correlatas e de apoio e 4) estratégia, estrutura e rivalidade das empresas. Esses atributos modelam o ambiente no qual as empresas competem e que promovem (ou impedem) a criação da vantagem competitiva.
- ²⁹ Tem o formato de um losango com função de um sistema mutuamente

fortalecedor dos demais e dos determinantes da vantagem competitiva.

- ³⁰ Para uma revisão conceitual sobre turismo, veja-se o documento intitulado: Agenda para Planificadores Locais: Turismo sostenible y gestión municipal, Organización Mundial Del Turismo (OMT), Edición para América Latina y el Caribe, 1999.
- ³¹ O Plano Nacional do Turismo é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo em orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do turismo.
- ³² Veja-se, adiante na figura 3.3, a estrutura de um Sistema de Turismo proposto pelo autor Mario Beni (SISTUR).
- ³³ Obra referencial sobre estudos econômicos comparados (para um aprofundamento consultar a obra original). Dados detalhados na bibliografia deste trabalho.
- ³⁴ Como, por exemplo, o estudo do *cluster* de turismo apresentado neste trabalho.
- ³⁵ Para aprofundar os estudos sobre a Teoria de Sistemas, consultar: Pedro Demo, 2001; Mario Carlos Beni, 1998; Edgar Morin, 2002; Fritjof Capra, 1996; Niklas Luhmann, 1992, Maturana e Varela, 1997.
- ³⁶ No âmbito do Sistur os subsistemas (ecológico, social, econômico e cultural) têm a tarefa de harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços e estes com os demais setores.
- ³⁷ Região das Hortênsias e Região das Missões conforme caracterização descrita no capítulo dois desta tese.
- ³⁸ Com igual delimitação do COREDE MISSÕES – Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.
- ³⁹ Dirigentes de entidades privadas e do terceiro setor, como os sindicatos, cooperativas e demais segmentos sociais da região, bem como de dirigentes representantes do setor público.
- ⁴⁰ A escolha baseou-se quanto ao grau de abrangência regional e da capacidade de articulação dos diversos segmentos da sociedade.
- ⁴¹ Relativo às secretarias de turismo e associações comerciais e industriais restringiu-se aos municípios mais representativos no âmbito de desenvolvimento de atividades turísticas.
- ⁴² Segundo Lakatos & Marconi (1990), pela escala de Likert, obtém-se uma graduação quantificada das proposições, que são distribuídas entre os indivíduos pesquisados, podendo ser calculada a nota de cada um deles.
- ⁴³ Anexo neste trabalho.

- ⁴⁴ Em geral são estratégias que indicam similitudes (semelhanças) ou diferenças que permitem ao pesquisador buscar analogias em sistemas diferentes.
- ⁴⁵ No âmbito deste trabalho, consideram-se associações formais aquelas legalmente constituídas com estatuto e registro nos órgãos competentes; e não formais, os movimentos organizados sem registro, como exemplos clubes de mães, desportivos e outras organizações civis.
- ⁴⁶ ALICAVI (Associação de Produtores de Licores, cachaça e Vinho), com sede no município de São Miguel das Missões/RS e 21 produtores associados; a COOPERCANA (Cooperativa de Produtores de Cana) com sede no município de Porto Xavier/RS e 450 produtores associados; e a REDEMEL (Rede de Produtores de Mel), com sede no município de Caibaté/RS e 40 associados.
- ⁴⁷ Firmas que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar.
- ⁴⁸ Pesquisa empírica realizada pelo Laboratório de Observação Social – LABORS – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS –, sob coordenação técnica dos professores Pedro Silveira Bandeira e Benedito Tadeu César.
- ⁴⁹ Tomou como referência o recorte geográfico dos Coredes e subdividiu o Estado do RS em quatro regiões: Nordeste 1 (eixo metropolitano de Porto Alegre), Nordeste 2 (Serra e Litoral), Norte (Planalto e Alto Uruguai) e Sul.
- ⁵⁰ Um exemplo recente foi do envolvimento das entidades em priorizar verbas orçamentárias na esfera estadual, que nos dois últimos governos disponibilizou recursos através de instrumentos de consulta, como o Orçamento Participativo e Consulta Popular.
- ⁵¹ O desenvolvimento endógeno a que se faz referência tem uma estreita associação com a cultura local, em que os atores não se portam como receptores passivos, mas sim com estratégias que lhes permitem incidir na dinâmica socioeconômica local.
- ⁵² Projetos mencionados detalhadamente no início deste capítulo.
- ⁵³ Um bom exemplo do caráter territorial da inovação tecnológica vem do Vale do Silício na Costa Oeste norte-americana que “desmistifica a idéia de que para a inovação tecnológica na era da informação a localização é sem importância” (CASTELLS, 1999 p. 58)
- ⁵⁴ Pesquisa já referenciada neste trabalho, no item 4.2.1

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Ensaios de Economia Aplicada*. São Paulo (SP): EDUSP, 1999.

ALBUQUERQUE, F. *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico*. Fortaleza (CE): BNB, 1998.

AMATO NETO, J. (Org.). *Redes entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional*. São Paulo (RS): Atlas, 2005.

ARAÚJO, H. N. *Estudo da competitividade setorial no grupo de relação*. 2003. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Mestrado e Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC): UFSC, 2003.

ÁVILA, V. F. de. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e conceitos*. Campo Grande (MS): UCDB, 2001.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. 2000/2001. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 14/03/2006.

BANCO MUNDIAL. GROOTAERT, C. et al. (Orgs.). *Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)*. Grupo temático sobre capital social, 2003. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 14/03/2006.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2000.

_____. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003. p. 15-59.

BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis

(SC): UFSC, 2002.

BARBOSA, M. A. C. ; ZAMBONI, R. A. *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito/MS*. Brasília (DF): IPEA/CEPAL, 2000.

BARQUERO, V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre (RS): FEE, 2001.

BARRETO, M. *Planejamento e organização em turismo*. São Paulo (SP): Papirus, 1996.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano. In: BENKO G.; LIPIETZ (Orgs.) *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (Portugal): Celta, 1994.

BECKER, D. F. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. *Revista Redes*, v.6, n.3, Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2001.

_____. (Org.). *Pró-RS II – por uma organização social pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2002.

BECKER, D. F. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, S. M. S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003. p. 85-121.

_____. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.) *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2000, p.129-147.

_____.; BANDEIRA, P.S. *Caracterização do Rio Grande do Sul: desenvolvimento regional, Cultura Política e Capital Social*. Porto Alegre (RS): UFRGS/IFCH, 2002.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo (SP): SENAC, 1998.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. O novo debate regional. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (Portugal): Celta , 1994.

BERNARDO, M. S; SILVA, A. C.; SATO, S. *Distritos industriais – clusters*. Texto para discussão. São Paulo (SP): FEA/USP, 1999.

BERTINI, S. et al. *Análise da competitividade do setor agroalimentar de Santa Catarina*. Florianópolis (SC): BRDE/FDRI, 1998.

BIANCHI, P. *Nuevo enfoque en el diseño de políticas para las pymes: aprendiendo de la experiencia europea*. Buenos Aires (Argentina): EPAL, 1996.

BOISIER, S. *Desarrollo (Local): ¿De qué estamos hablando?*. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2000, p. 151-185.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007*. Brasília (DF), 2003. Disponível em: <http://turismo.gov.br>. Acesso em: 30/06/2005.

BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul (RS). EDUNISC, 1999.

BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 1988.

CABRAL, A. C. A. *Novos arranjos cooperativos: alianças estratégicas e transferência de tecnologia no mercado global - Competitividade, alianças estratégicas e gerência internacional*. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 14 ed. São Paulo (SP): Cultrix, 1996.

_____. *O ponto de mutação*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo (SP): Cultrix, 1998.

CARVALHO, M. M. *Relações entre empresas, competências coletivas e tipos de governança em clusters de alta tecnologia do Estado de São Paulo*. In: AMATO NETO, João (Org.). *Redes entre organizações*. São Paulo (SP): Atlas, 2005.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento regional*. São Paulo (SP): Atlas, 1998.

CASTELLI, G. *Turismo: análise e organização*. Porto Alegre (RS): Sulina, 1975.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução: Roneide Venâncio

Majer. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução: Arlene Caetano. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2001.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL – COREDE. *Pró-RS II*: In. BECKER, D. F. (Org.). Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2002.

CONSÓRCIO BOOZ ALLEN. Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no RS. *Projeto Rumos 2015*. Porto Alegre (RS): FIPE/HLC, 2005.

COURLET, C.; PECQUEUR, B. *Sistemas Industriales Locales en Francia: Un Nuevo modelo de desarrollo*. En: BENKO, G.; LIPIETZ A. (Eds.). *Las Regiones que Ganan*. Valência (Espanha): Alfons el Magnànim, 1994.

COUTINHO, L. *A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudanças*. Economia e sociedade. Campinas (SP): UNICAMP, 1992.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade de indústria brasileira*. Campinas (SP): Papirus, 1994.

DAWBOR, L. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social*. São Paulo (SP): Cortez, 2001.

FERRAZ, J.; KUPFER D.; HAGUENAUER L. *Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1997.

FERREIRA, M. A. F. *Gestão municipal da saúde: gasto público e ordenamento do sistema em tempos neoliberais*. *Revista REDES*. Santa Cruz do Sul (RS). EDUNISC, set/dez 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 05/10/2006.

GALVÃO, O. J. A. *Velhas e novas políticas de desenvolvimento regional à luz dos conceitos de especialização flexível e de novos espaços industriais*. *Revista Econômica do Nordeste do Brasil*, Fortaleza (CE): ETENE, 1998.

GALVÃO, C. *Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana* –

complexo calçadista do RS. Texto para discussão n. 617. Brasília (DF): IPEA, 1999.

GARCIA, R. Sistemas locais de produção e cadeias globais: uma análise integrada e aplicações para a indústria brasileira. In: AMATO NETO, J. (Org.). *Redes entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional*. São Paulo (SP): Atlas, 2005.

_____. A importância da dimensão local da inovação e a formação de clusters em setores de alta tecnologia. *Ensaio FEE*, v. 22, Porto Alegre (RS): FEE, 2001. p. 143-160.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. *Projeto Rumos 2015*. Porto Alegre (RS): FIPE/HLC, 2005.

GUARNERI, L. S. Características gerais do apoio a arranjos produtivos locais. *Revista BNDES - Setorial*. Rio de Janeiro (RJ): n.12, set. 2000. p. 195-204.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. IPEA - *Planejamento e políticas públicas n° 15*. Brasília: PPP/IPEA, 1997.

IOTTI, L. H. *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul/Porto Alegre: EDUCS/Assembléia Legislativa do RS, 2001.

JORDÃO, A. C. S. (Org.) Bases para um consenso Pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul – *Pró-RS III*. Porto Alegre (RS): CORAG, 2006.

JORNAL SEBRAE. Ano 3 - n.54, abr.mai.jun., 2004.

KHUN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo (SP): Perspectiva, 1982.

KLIKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo (SP): Cortez, 2001.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo (SP): Atlas, 1990.

- LAVINAS, L. et al. (Org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1994. p. 15-170.
- LEWIS, J. *Alianças estratégicas: estruturando e administrando parcerias para o aumento da lucratividade*. São Paulo (SP): Pioneira, 1992.
- LOPES, R. *Competitividade, inovação e territórios*. Oeiras (Portugal): Celta, 2001.
- LUHMANN, N.; DE GEORGI, R. *Teoría de la sociedad*. Guadalajara (México): Universidad de Guadalajara, 1992.
- MARQUES, H. R. Representações sociais e desenvolvimento local. In: MARQUES H.R.; RICCA D.; FIGUEIREDO G. P.; MARTÍN J. C. (Orgs.). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande (MS): UCDB, 2001.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri (SP): Manole, 2004.
- MARTINI, M. L. *Sobre o caboclo-camponês, "um gaúcho a pé"*. 1993. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre (RS): 1993.
- MARTINS, G. I. V. Desenvolvimento local: da teoria à prática. In: MARQUES, H. R. et al (orgs.). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande (MS): UCDB, 2001.
- MATURANA, H.; VARELA, F. *De máquinas a seres vivos: autopoiese – a organização do vivo*. Porto Alegre (RS): Artes Médica, 1997.
- MÉNDEZ, R. Innovacion y desarrollo territorial. *Revista Eure* (Pontificia Universidad Católica de Chile). Santiago (Chile): v.28, n.84, 2002.
- MICHEL T. *La promocion de clusters industriales em América Latina*. Instituto Alen de Desarrollo. Buenos Aires (Argentina): Pymes Publicaciones, 2001.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Tradução: M. A. Sampaio Dória. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2002.
- NÓVOA, A. *Formação para o desenvolvimento*. Lisboa (Portugal): Fim de Século, 1992.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Cities and Regions in the New Learning Economy*, 2001. Disponível em: <http://www.oecd.org> - Acesso em: 14/06/2006.

OLIVEIRA, M. A. F.; WITTMANN, M. L. Sistema Integrado de gestão: uma nova abordagem para integrar a competitividade das organizações com o desenvolvimento regional. In: WITTMANN, M. L.; BECKER, D. F. (Orgs.) *desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003, p. 285-318.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Agenda para planificadores Locales: Turismo sostenible y gestión municipal*. Edición para América Latina y El Caribe. Madrid (Espanha): OMT, 1999.

PERIN, Z. (Org.). *Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção*. Erechim (RS): EDIFAPES, 2004.

PETROCCHI, M. *Planejamento e gestão*. São Paulo (SP): Futura, 1998.

_____. *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo (SP): Futura, 2001.

PINHO, C. M.; D. B. PINHO. *Sistemas econômicos comparados*. São Paulo (SP): EDUSP, 1984.

PIRES, M. S. *Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do MERCOESTE*, 2001. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Mestrado e Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis (SC), 2001.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2000.

PORTER, M. *Estratégia competitiva - técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1986.

_____. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1989.

PORTER, M. *Criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1992.

_____. *Competição – On Competition*. estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1999.

PROJETO ROTA MISSÕES. Sebrae setorial. Disponível em: <http://www.rotamissoes.com.br> - Acesso em: 08/07/2006.

PRÖHL, M. (Hrsg.). *Kommunale Wirtschaftsförderung*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 1998.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2002.

RIEDL, M.; VOGT, O. P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA S. M. de S. (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003.

RODRIGUES, S. B. *Competitividade, alianças estratégicas e gerência internacional*. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

ROTTA, E. *A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de integração entre o regional e o global*. Ijuí (RS): UNIJUÍ, 1999.

RUIZ, M. *Fatores de produção*. Disponível em:

<http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=103>. Acesso em: 16/04/2006.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável*. 8 ed. São Paulo (SP): Papirus 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XI*. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2001.

SANTOS, M. O. *Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS*, 2004. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro (RJ), 2004.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de sociologia*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 1998.

SCHUMPETTER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo (SP): Nova Cultural, 1984.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.

SIEGEL, S. *Estatística não-paramétrica*. São Paulo (SP): McGraw-Hill, 1975.

SILVA, J. A. S. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*, 2004. Tese (Escola de Comunicação e Artes). Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. São Paulo (SP): 2004.

SILVA, A. S. et al. *Metodologia das ciências sociais*. Porto (Portugal): Afrontamento, 1999.

THUROW, L. C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro (RJ): Rocco, 1997.

VARGAS, M.; SANTOS FILHO N.; ALIEVI R. M. *Sistema gaúcho de inovação: considerações preliminares e avaliação de arranjos locais selecionados*. Nota Técnica nº 11 mar/1998. (Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)). Disponível em <http://www.ie.ufrj.br> - Acesso em: 14/05/2006.

ZARTH, P. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí(RS): UNIJUI, 1997.

WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF V. A. Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades. In: WITTMANN M. L.; RAMOS M. P. *desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2004.

_____. *Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado*. In: WITTMANN M. L.; BECKER F. B. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Daniel Grassi, Porto Alegre (RS): Bookmann, 2001.

ZAWISLAK, P. A. *A constituição de sistemas locais de inovação e produção no Rio Grande do Sul: uma análise das redes*. Porto Alegre (RS): FEE/SEDAI, 2002.